



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

---

**MARCUS WAGNER ANTUNES LOUREIRO**

**OS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: um balanço da produção  
acadêmica**

**DOURADOS-MS**

**2017**

**MARCUS WAGNER ANTUNES LOUREIRO**

**OS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: um balanço da produção  
acadêmica**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, junto a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kênia Hilda Moreira

**DOURADOS-MS**

**2017**

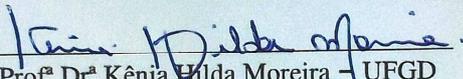
**MARCUS WAGNER ANTUNES LOUREIRO**

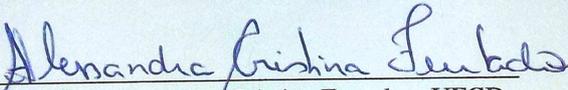
**OS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: um balanço da produção acadêmica**

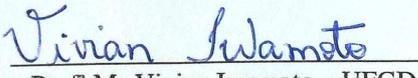
Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, junto a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora.

Dourados, 16 de março de 2017.

  
Profª Drª Kênia Hilda Moreira – UFGD  
Presidente e Orientadora

  
Profª Drª Alessandra Cristina Furtado – UFGD  
1ª Examinadora

  
Profª Ms Vivian Iwamoto – UFGD  
2ª Examinadora

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

L8921 Loureiro, Marcus Wagner Antunes

Os livros didáticos de Educação Física: um balanço da produção acadêmica /  
Marcus Wagner Antunes Loureiro -- Dourados: UFGD, 2007.  
126f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Kênia Hilda Moreira

TCC (Graduação em Educação Física) - Faculdade de Educação,  
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Educação Física. 2. Livro Didático. 3. Pesquisas. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**

“A gente quer que os livros didáticos e os materiais didáticos sejam objetos de cursos de formação de professores. Os professores têm que saber o que é o livro-didático. Porque, na realidade, eles usam o livro didático, mas não conhecem verdadeiramente o que ele vem a ser” Circe Bittencourt (2007).

Dedico esta pesquisa aos que, como eu, acreditam que nas mãos da Educação estão as rédeas do mundo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à inteligência suprema, causa primária de todas as coisas.

LOUREIRO, Marcus Wagner Antunes. **Os livros didáticos de Educação Física**: um balanço da produção acadêmica. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados - MS, 2017.

## RESUMO

Esta pesquisa monográfica apresenta um mapeamento das pesquisas acadêmicas (artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses) sobre livros didáticos de Educação Física produzidas no Brasil entre 1993 e 2016. O conjunto de 45 fontes que compõem o *corpus* documental foi localizado por meio de bases de dados com conteúdo disponível digitalmente e gratuitamente. Nosso objetivo foi compreender melhor o processo histórico da Educação Física no Brasil enquanto disciplina escolar, utilizando como fonte as pesquisas sobre livro didático de Educação Física (LDEF) produzindo uma síntese destas pesquisas, como observado por Choppin (2004). Utilizamos como referencial teórico a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977 apud MOREIRA, 2006), o que nos permitiu delinear um panorama das produções nacionais sobre LDEF, sua distribuição geográfica e institucional, a ordem cronológica das publicações, bem como os eixos temáticos em que se caracteriza, levando-se em conta os objetivos e abordagens de cada uma. Conclui-se que há uma crescente produção acadêmica acerca dos LDEF, principalmente nas últimas duas décadas, e em grande parte destinam-se em analisar conteúdos de LDEF que foram utilizados ou que ainda são, e também propor novos livros didáticos para atender as demandas de uma Educação Física entendida como cultura corporal de movimento.

**Palavras-chave:** Educação Física. Livro Didático. Pesquisas.

## RESUMEN

Esta investigación monográfica presenta un mapeo de la investigación académica (artículos, trabajos académicos, tesis y disertaciones) sobre los libros de texto de Educación Física producidos en Brasil entre 1993 y 2016. El conjunto de 45 fuentes que componen el corpus documental se encontró a través de bases de datos con el contenido disponible en formato digital y libre. Nuestro objetivo era entender mejor el proceso histórico de la Educación Física en Brasil como disciplina escolar, utilizando como fuente de investigación los libros de texto de Educación Física (LDEF) que produce una síntesis de estos estudios, según lo observado por Choppin (2004). El marco teórico para el análisis de contenido fue Laurence Bardin (1977 apud MOREIRA, 2006), que nos permitió trazar un panorama de las producciones nacionales sobre LDEF, geográfica y institucionalmente, el orden cronológico de las publicaciones, así como en los temas, que se caracteriza, teniendo en cuenta los objetivos y enfoques de cada uno. Llegamos a la conclusión de que existe una creciente producción académica sobre LDEF, especialmente en las últimas dos décadas, y en gran medida la intención de analizar el contenido LDEF que se han utilizado o que todavía se usan, y también proponer nuevos libros de texto para satisfacer las demandas de una Educación Física entendida como cultura del cuerpo en movimiento.

**Palabras clave:** Educación Física. Libro de texto. Investigación.

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ABE** - Associação Brasileira de Educação
- ACF** - Associação Cristã Feminina
- ACM** - Associação Cristã de Moços
- Caldeme** - Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBD** - Confederação Brasileira de Desportos
- CBL** - Câmara Brasileira do Livro
- CMEF** - Centro Militar de Educação Física
- CMEUSP** - Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP
- CND** - Conselho Nacional de Desportos
- CNED** - Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
- CNLD** - Comissão Nacional do Livro Didático
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Colted** - Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
- CPII** - Imperial Colégio de Pedro II
- DED** - Departamento Educação Física e Desporto
- DEF** - Divisão de Educação Física
- ENEFD** - Escola Nacional de Educação Física e Desportos
- EsEFEx** - Escola de Educação Física do Exército
- EUA** - Estados Unidos da América
- FAE** - Fundação de Assistência ao Estudante
- Fename** - Fundação Nacional do Material Escolar
- FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBICT** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- Inep** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INL** - Instituto Nacional do Livro
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LETPEF** - Laboratório de Estudos e Trabalhos Pedagógicos em Educação Física
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- PATEF** - Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física
- PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PIDIC** - Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural

**PNLD** - Programa Nacional de Livro Didático

**PRODED** - Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos

**SEPH** - Secção de Educação Physica e Higiene

**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso

**TDEF** - Trabalho Dirigido de Educação Física

**UNED** - Universidad Nacional de Educación a Distancia

**Usaid** - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação sumária das fontes .....	58
Quadro 2 - Distribuição geográfica das pesquisas sobre LDEF.....	61
Quadro 3 - Distribuição temporal.....	63
Quadro 4 - Abordagens presentes nas pesquisas sobre LDEF .....	66
Quadro 5 - Distribuição do conjunto de fontes por eixo temático .....	66

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Taxa de produção por década.....	64
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
1 A Educação Física no Brasil: história de uma disciplina .....	17
1.1 A educação física no Império Brasileiro e início da República.....	17
1.2 A educação física na Era Vargas: o militarismo e a pedagogização .....	24
1.3 A Educação Física competitivista: a esportivização .....	36
1.4 A Educação Física popular e a LDB nº 9.394/1996.....	39
2 Livro didático: considerações iniciais .....	44
2.1 Livro didático e conceitos .....	44
2.2 O livro didático como objeto/fonte historiográfico.....	46
2.3 As pesquisas científicas sobre livros didáticos .....	48
2.4 O livro didático e os números .....	50
2.5 O livro didático de Educação Física.....	52
3 Metodologia e análises de conteúdo.....	55
3.1 Procedimentos metodológicos de busca e apresentação sumária das fontes.....	55
3.2 Codificação das fontes .....	60
3.3 Análise quantitativa.....	61
3.4 Análise qualitativa.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	70
REFERÊNCIAS .....	72
APÊNDICE A - Apresentação das fontes codificadas.....	82
APÊNDICE B - Inventário de livros didáticos de Educação Física .....	122

## INTRODUÇÃO

A Educação Física tradicionalmente não faz uso de livros didáticos (LD), destoando dos demais componentes curriculares neste aspecto. Enquanto disciplina escolar se caracteriza por conteúdos caracteristicamente práticos e dinâmicos, pautados no movimento do corpo e numa cognição motora. Por estas características em seus conteúdos e pela aparente ausência da utilização de instrumentos pedagógicos literários, como é o caso dos LDs, iniciamos nosso intento de esclarecer estas questões e verificar as implicações que rodeiam o assunto.

O interesse pelo tema iniciou-se no ano de 2015 em uma “passada” pela porta de uma biblioteca escolar. Aguardava uma orientação na escola onde minha filha estuda, quando ao transitar pelos corredores da escola “passei” pela porta da biblioteca e me interroguei: - Será que há livros de Educação Física? Pelo menos na “minha época” não havia. Ao entrar na biblioteca constatei rapidamente que realmente não havia livros direcionados ao ensino de Educação Física (EF). Iniciou-se aí uma série de questões inquietantes para mim, acadêmico do curso de licenciatura em Educação Física. Por que não há? Será que há? Já houve? Será que a Educação Física é deserdada deste instrumento? Será que não são necessários? Indagações estas que trouxeram reflexões acerca de como a EF é vista e como foi considerada durante sua trajetória enquanto disciplina escolar no Brasil.

Com estas interrogações ainda em pauta e por mais que estivesse entusiasmado em investigá-las, não foi tão fácil encontrar um pesquisador que aceitasse orientar nossos propósitos, mas certo dia alguém falou: “Há uma professora que estuda livros didáticos”. Esta fala sintetiza de maneira sintética como são vistos os pesquisadores de livros didáticos, como alguém isolado, que está distante, que estuda “essas coisas”. Diversas foram as vezes que ao ser perguntado sobre o que seria nosso trabalho de conclusão de curso, respondi que era sobre livro didático e não foram raras respostas como “e existe livro didático na Educação Física?”. Estes comentários traduzem o estranhamento por parte de uma comunidade, no caso a de professores e acadêmicos do curso de Educação Física, ao entrarem em contato com um elemento que não faz parte do seu entendimento acerca daquela área do saber, afinal, Educação Física usa livros didáticos? Percebíamos aí que a interrogação não era apenas nossa.

Transposta a etapa de projeto de pesquisa e a procura de orientador, iniciamos as buscas em duas bibliotecas de livros escolares que tinham seu catálogo disponível na internet, e encontramos 25 títulos, grande parte deles do fim do século XIX e início do século XX com assuntos relacionados à ginástica. Algumas daquelas questões começavam a ser respondidas, pois havia sim LDEF e não eram poucos, mas como o conteúdo destas obras não estavam

disponíveis digitalmente percebemos que seria inviável por ora analisá-las, e partimos para uma segunda linha de ação, a de investigar o panorama atual de pesquisas acadêmicas sobre o livro didático de Educação Física (LDEF). Com objetivo de apresentar um balanço da produção científica brasileira que teve como objeto/fonte de estudo o LDEF, utilizamos pesquisa bibliográfica de revisão de literatura em bases de dados acessíveis digitalmente e procuramos por artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses que se alinhassem com nossa procura. O referencial teórico metodológico foi Laurence Bardin (1977 apud MOREIRA, 2006) e os resultados foram satisfatórios e demonstraram que havia um interesse por tal assunto.

Por motivos de diversas pesquisas encontradas referirem-se a períodos diversos em que a Educação Física utilizou livros didáticos, fez-se necessário aprofundar o conhecimento da história dessa disciplina escolar, e para isso nos valem dos estudos de André Chervel (1990). Ao penetrar nos engendramentos históricos desse componente curricular, fomos listando diversos manuais, compêndios e livros utilizados para o ensino de conteúdos que hoje têm seus saberes compilados na EF, como ginástica, atletismo e desportos, fato este que nos remeteu às pesquisas de Alain Chopin (1992; 2004) sobre manuais escolares. Os aspectos históricos da Educação Física, desde as medidas higienistas e sanitaristas, aos treinamentos físicos militares até os esportes, se constituíram tão importantes ao longo da pesquisa que acabamos nos estendendo em suas perquirições.

O presente trabalho de conclusão de curso, sobre forma de pesquisa monográfica, está estruturado da seguinte forma: no Capítulo 1, apresentamos um histórico da Educação Física no Brasil, desde suas práticas como treinamento físico militar até as abordagens pedagógicas contemporâneas e sua consolidação como disciplina escolar.

No Capítulo 2, realizamos alguns apontamentos sobre os desdobramentos históricos acerca das pesquisas sobre livros didáticos no Brasil, desde que reclamados por Alain Choppin (2004) ao dizer que faltam trabalhos de síntese acerca dos livros didáticos, até as propostas de diversos materiais que tem sido feitas no campo da Educação Física.

No Capítulo 3, descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados e realizamos a codificação dos dados constantes no conjunto de fontes selecionadas. Num primeiro momento procedemos uma análise quantitativa na qual consideramos a localização geográfica e o período temporal das produções, e em seguida uma qualitativa, classificando-as em eixos temáticos, conforme os objetivos e abordagens de cada uma.

Logo após os três capítulos, apresentamos alguns apontamentos de conclusão que permitiram verificar a crescente produção acadêmica acerca dos livros didáticos de Educação Física e o interesse de alguns pesquisadores em agregar esse instrumento no ensino.

Ao final desta monografia, dispomos dois apêndices, onde no primeiro apresentamos as 45 fontes que constituíram o *corpus* documental de nossas investigações, acrescidos de mais quatro pesquisas que chamamos de “outras fontes”. No outro apêndice constam os diversos títulos de LDEF que foram sendo identificados no decorrer da pesquisa, alguns na nossa primeira busca nas bibliotecas de livros escolares, e outros citados no conjunto de fontes.

No Apêndice A, apresentamos as 45 pesquisas que compuseram nosso conjunto de fontes, selecionados após a pesquisa bibliográfica. Procuramos registrar alguns dados que consideramos fundamentais, como título, ano, autor (es), orientador, instituição, curso, volume de páginas, objetivo, metodologia e conclusões que cada pesquisa apontou. Paralelamente fizemos considerações relacionadas aos nossos propósitos de esclarecer o cenário relativo aos LDEF.

No Apêndice B, listamos todos os LDEF que identificamos ao longo da pesquisa, nos quais 23 foram localizados nos LIVRES, dois no MANES e 24 citados na conjunto de fontes, totalizando 49 obras. Acrescentamos ao título de cada livro outras informações como autor, ano de publicação, editora, referência de localização e outros dados que foram possíveis registrar. Acreditamos que este apêndice pode servir de base para futuras pesquisas sobre a história da Educação, da Educação Física e dos livros didáticos bem como da cultura escolar, pois não encontramos nenhum trabalho semelhante a ele.

Esperamos contribuir de alguma forma para futuras pesquisas que tenham por objeto/fonte os livros didáticos de Educação Física, pois mesmo que este instrumento não tenha sido tão utilizado como nos demais componentes curriculares, os que foram revestem-se de importante fonte historiográfica, tanto por seus conteúdos, sua materialidade e suas representações.

## 1 A Educação Física no Brasil: história de uma disciplina

O presente capítulo objetiva apresentar sucintamente o desenvolvimento da Educação Física (EF) enquanto processo histórico de um saber que foi sendo ressignificado até culminar em uma disciplina escolar. Inicialmente abordaremos as primeiras impressões registradas de seu início no Brasil enquanto prática sistematizada, já que o exercício por si próprio é tão antigo quanto à própria história humana. Utilizamos o termo “início” com conotação de introdução social desse saber enquanto atividade pensada, planejada, ordenada, objetivizada e com finalidades específicas e, por isso, dita sistematizada.

Para mais ampla compreensão do processo histórico da EF, Ghiraldelli Júnior (2003) propõe uma divisão por períodos, apesar da discordância de Ribeiro (1997), em considerar essa divisão muito reducionista e ingênua, por não considerar alinhamentos históricos mais precisos, mas por ora, vamos a ela: a) Higienista até 1930; b) Militarista de 1930 a 1945; c) Pedagógico de 1945 a 1964; d) Competitivista de 1964 a 1985; e por fim e) Popular de 1980 em diante. Consideraremos este penúltimo período como esportivista, tendo em vista mais frequência de uso do termo.

### 1.1 A educação física no Império Brasileiro e início da República

Primeiramente, gostaríamos de elucidar o porquê de grafarmos o termo como o fizemos neste subtítulo, pois além da ortografia oficial naquele momento, adquire conotação diferente da que temos sobre ele. Ao nos familiarizarmos com os primeiros momentos da EF no Brasil, por ocasião das leituras que fizemos nesta pesquisa, o termo educação física passou a nos remeter a todo um contexto ao qual discorreremos agora.

A Educação Física (EF) foi historicamente introduzida no Brasil pelo Exército Imperial, na primeira metade do século XIX, sobre o nome de *gymnastica*<sup>1</sup>.

Na Escola Militar da Praia Vermelha - com esta denominação desde 1840 - a ginástica já era praticada, assim como esgrima de baioneta, de sabre, florete e espada, canoagem, pesca, além de escaladas em elevações como o Pão de Açúcar e Morro da Urca (MARINHO, 1952 apud ALMEIDA, 2010, p. 7).

---

<sup>1</sup>“Filha das fileiras militares, guiada por preceitos médicos, os nossos primeiros *professores* de *gymnastica* foram os soldados de D. Leopoldina, esposa do Imperador Dom Pedro I e Imperatriz do Brasil de 1822 a 1826, ano de sua morte. Trouxe consigo um grupo pequeno, porém, muito importante formado por cientistas e pela sua guarda pessoal. Esta guarda pessoal praticava exercícios que foram adotados pelos nossos soldados” (ARANTES, 2008, p. 2).

Outros exemplos da influência do exército na introdução da educação física foram o Decreto Nº 2.116 de 1º março de 1858, que aprovava reformas na Escola de Aplicação do Exército e do Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e nos estatutos da Escola Militar da Corte, que no Art. 21º previa a prática de esgrima e natação. Em 1º maio de 1858, o Decreto Nº 2.116 determina para a Escola de Marinha no Art. 3º, prática de esgrima e ginástica uma vez por semana e natação duas vezes por mês e aos domingos antes da missa. Já no Art. 31º, nas quintas-feiras à tarde em dias que não houvesse lições de desenho e aos domingos de manhã lições de esgrima e ginástica. No Art. 82º a contratação de um mestre de esgrima e ginástica e um mestre de natação. No Decreto Nº 3.705, de 22 de setembro de 1866, previa para as Escolas Preparatórias no Art. 5º “Theoria e pratica de administração de Companhias e de Corpos, e instrucção pratica elementar das differentes Armas do Exercito, comprehendendo gymnastica, natação e esgrima” (BRASIL, 1866, p. 1).

Cabe considerar que, naquele período, a expressão “educação physica” denotava conceitos higienistas de “infância, aleitamento, alimentação, vestuário, degeneração e desenvolvimento (físico e orgânico) do homem” (PAIVA, 2003, p. 237). Na busca de indivíduos mais saudáveis e úteis para “uma vida completa”, a educação physica<sup>2</sup> era uma ferramenta higiênica para colaborar na educação da natureza biológica do homem, modulando e formatando o comportamento social para um estado desejado, sob os auspícios eugenistas de manter o indivíduo “robusto” e “mais forte”:

Rodeado de cuidados, e amparado pela prudencia, e pela circumspecção de practicas, dictadas pela razão, e pelo amôr, o menino victorioso, e sadio as tempestuosas phases de sua primeira infancia, e rasgar diante de si uma nova era, em que, mais robusto, e mais forte, ainda certamente o joguete de tantos agentes destruidores... (MELLO, 1846 apud PAIVA, 2003, p. 351).

As primeiras menções relativas às práticas de exercícios físicos em ambiente escolar que encontramos são do Imperial Colégio de Pedro II (CPII), fundado em 02 de dezembro 1837, exatamente no dia em que o futuro Imperador completava 12 anos de idade. Em 31 de janeiro de 1838, seu primeiro regulamento, o de Nº 8, que continha “Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo”, em seu Art. 54º estava previsto lições de “dansa” para os dias de feriados,

---

<sup>2</sup> A Revista Educação Physica editada no Brasil no período de 1932 a 1945 caracteriza bem essa concepção eugênica e higiênica da educação física no Brasil, tanto pela grafia do termo como pelos conteúdos publicados. Ver o artigo “A revista Educação Phyica (1932 - 1945): fórmula editorial, prescrições educacionais, produtos e publicidade” de Schneider e Toledo, publicado na Revista Brasileira de História da Educação, nº 20, p. 193-229, maio/ago. 2009.

e no Art. 55º constava que, nas quintas-feiras e domingos de manhã, os alunos poderiam nadar nos lugares que o Reitor, de acordo com os professores de saúde, houvesse escolhido. Percebe-se que eram práticas orientadas e não eram ensinadas em horários similares às demais disciplinas. Os locais e tempo dessas duas atividades indicam uma menor importância às demais disciplinas. No entanto, Penna (2008, p. 113) afirma que, mesmo sendo vistas como “um recreio”, não significa um entendimento de menor valor, pois pleitearam um prédio exclusivo para se dedicar unicamente a elas.

A seguir, apresentamos duas citações que identificam a intervenção médica-higienista nos espaços escolares. A primeira de Paiva (2003), que resume os conceitos e objetivos higienistas que, dentre outros, no dizer do Dr. Mello, também tinha na ginástica a solução para a saúde do corpo. Em seguida, o discurso do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos<sup>3</sup>, em sessão no dia 10 de outubro de 1838, em relação à tentativa de se adquirir um prédio exclusivo para a prática de ginástica.

Todos geralmente reconhecem as vantagens, que traz ao corpo o exercício, regularmente feito; e ninguém pôde duvidar por consequencia, quanto influiria sobre o vigor, e robustez dos meninos a criação d’um gymnasio, onde a mocidade fosse entregar-se á diversos generos de exercicio (MELLO, 1846 apud PAIVA, 2003 p. 361).

Os estatutos são notáveis pela muita regularidade que estabelecem; o seu fim é fortalecer o corpo e as faculdades dos meninos; eles determinam que aprendam a nadar, a dançar, a música vocal e ordenam outros recreios. Tinha eu ordenado ao vice-reitor do colégio que comprasse um prédio, onde pretendia estabelecer a ginástica, segundo as ideias do Coronel Amaro. **Fizeram-se esforços para se adquirir esse prédio;** mas havia dificuldade, porque os proprietários exigiam alto preço, e não se pôde levar a efeito este plano de um estabelecimento em que fizessem exercícios, que, segundo ideias modernas, muito convêm à mocidade para o seu completo desenvolvimento físico (PENNA, 2008, p. 112, grifos nossos).

Mesmo que a dança e a natação estivessem presentes desde 1838, apenas em 1854 seria determinado pelo Decreto Nº 1.331, de 17 de fevereiro, que tratava sobre reformas do ensino do Município da Corte, conhecida como Reforma Couto Ferraz, a prática de exercícios *gymnasticos*. Em consonância com tais reformas, exatamente um ano depois, o estatuto foi alterado e já acrescentava a ginástica em seus currículos. Tais alterações foram incorporadas ao estatuto da instituição por meio do Decreto Nº 1.556, de 17 de fevereiro de 1855, no qual

---

<sup>3</sup> Fundador do Colégio D. Pedro II. Idealizador do primeiro estatuto que continham 239 artigos que descreviam todos os pormenores sobre o funcionamento do colégio. Foi Ministro dos Negócios do Império e da Justiça, de 1837 a 1839.

previa em seu Artigo 1º o ensino de dança e exercícios ginásticos para a primeira classe, e logo após, no Artigo 7º, continuava destinando para as duas práticas as horas de recreação.

Doria (1997) diz que a ginástica está presente desde 1838 no currículo do Colégio, pois se refere a um ofício que Antônio de Arrábida, primeiro e então reitor do colégio, teria emitido para o Ministro do Império, em 27 de maio de 1838, tratando de algumas irregularidades ocorridas no início das aulas, principalmente por ocasião da "aula de Ginástica, e na de Latim". Cunha Junior (1996) não reconhece que este ofício seja suficiente para afirmar que a prática de ginástica tenha iniciado no CPII em 1838, e considera que tal inserção só ocorreu de fato em 1941. Ambos reconhecem que a ginástica haveria sido inserida nas práticas do colégio antes mesmo da sua regulamentação em 1855, e Cunha Junior cita uma carta que faz referência à contratação do primeiro mestre de ginástica do CPII, o ex-capitão do Exército Imperial, Guilherme Luis de Taube, em 1941:

Aos pés do Throno Imperial de V.M. vêm submissasse o cidadão Brasileiro, ex-Capitão do Exercito Imperial por Decreto de 24 de Novembro de 1830, suplicar uma graça [...] vêm elle offerer-se V.M.I. p.<sup>a</sup> para introduzir e ensinar no Collegio, que tomou o glorioso nome de V.M., exercicio gymnastico aos estudantes. Estes exercicios são reccommendados pela Revista Medica como meios de utilidade para mocidade: estes exercicios são adoptados em todos os Collegios e Lyceos da Europa, como meios de desenvolver as forças do corpo, e tambem as d'alma (CUNHA JUNIOR, 2003, p. 2).

Segundo Cunha Junior (2003), esta carta é de autoria do próprio Taube, endereçada ao Reitor Joaquim Caetano da Silva, médico formado em Paris, que por sua vez após avaliar os documentos do pretendente, contratou-o sem mais delongas, pois na Europa era comum a prática de ginástica nas principais escolas. A introdução da prática no colégio foi bem vista aos olhos dos dirigentes imperiais. Faltava agora acertar vencimento, carga horária e titulação. Quanto ao primeiro foram-lhe oferecidos a importância de 400 mil reis anuais, o mais baixo pago aos mestres e professores do CPII. Já quanto à titulação foi-lhe concedido o título de mestre, pois o de professor só era conferido aos que de posse de conhecimento acadêmico detinham o saber necessário para avaliação dos alunos nos "Exames Gerais", e como o seu saber era eminentemente prático, consideravam que ele não teria preparo para julgar os alunos nas diversas matérias ofertadas. Resquícios destes ideais que norteavam o seu entendimento ainda rondam atualmente os saberes e as práticas da EF enquanto disciplina escolar, colocando sua identidade em litígio, ora entendida como promotora da saúde, ora como saber pedagógico, como se não fossem faces do mesmo prisma, como se o saber pedagógico

enquanto cultura corporal contido no conteúdo curricular não coadunasse nem pudesse coexistir mutuamente com a promoção da qualidade de vida física e orgânica.

Mas se por parte dos militares havia uma preocupação com a prática, as instituições médicas ocupavam-se mais com conhecimento científico, prescrições de exercícios, hábitos, postura corporal, etc. Por meio da higiene<sup>4</sup>, o eugenismo<sup>5</sup> opera e intervém nas práticas sociais. Algumas publicações caracterizam esse momento: Em 1828, Joaquim Jerônimo Serpa publica o *Tratado de Educação Física-Moral dos Meninos* (GUTIERREZ, 1980); Em 1845, o Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba defende a tese *Algumas considerações sobre a Educação Física* (MARINHO, 1952) e em 1867, *Estatutos Higiênicos sobre Educação Física, Intelectual e Moral do Soldado*, de autoria de Eduardo Pereira (MARINHO, 1952). Mais adiante em 1930 durante a Era Vargas, a EF passa a ser vista como “uma atividade de modelação do corpo e majoração de sua força muscular impulsionada pelo Estado” (ALMEIDA, 2010, p. 6).

Considerando a “prática” da educação física como ferramenta higiênica, inicialmente por meio da ginástica, que foi inserida na escola por ter o respaldo de profissionais de diversas áreas, como médicos, pedagogos e políticos renomados como Rui Barbosa, dava-lhes o *status* científico, para que a escola cumprisse seu papel de formar novos cidadãos. Mesmo assim sofreu retaliações, pois antigas concepções de que trabalho manual e exercício físico eram considerados desprestigiados e relegados aos escravos e ao proletariado, ainda eram bastante evidenciadas, tanto que no Colégio D. Pedro II, foram implementados inicialmente somente para o sexo masculino.

Gymnastica no contexto da escola era o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, tornando o aluno então sadio física e moralmente, alegre e resoluto, consciente de seu valor e de suas responsabilidades, e a justificativa de sua inclusão se dava pela divulgação de práticas de higiene corporal e de disciplina, bem como pela formação de hábitos morais (SOUZA, 2011, p. 14).

---

<sup>4</sup>O higienismo pode ser visto como “[...] uma tendência mais ampla da medicina que entendia a prática da higiene como forma revolucionária de atuação na coletividade. ‘Prevenir antes de curar’, erradicar o mal antes que ele se manifeste era o lema dos higienistas especialistas no ramo” (SCHWARCZ, 1993 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 2246).

<sup>5</sup>“Em um artigo publicado na **Revista Brasil Médico** em 1918, escrito pelo professor e doutor João Henrique - artigo este citado por Schwarcz (1993) -, a eugenia é definida como uma nova ciência que “[...] consiste no conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças, visando à perfectibilidade da espécie humana, não só no que respeita o físico como o intelectual. [...] a eugenia não é outra coisa senão o esforço para obter uma raça pura e forte [...]” (SCHWARCZ, 1993 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 2247).

Neste contexto, uma figura bastante emblemática aparece, a do Professor Arthur Higgins. Nascido no Rio de Janeiro, tomou posse do cargo de mestre de ginástica no Colégio D. Pedro II em 2 de janeiro de 1891. Trabalhou ainda na Escola Normal da Corte, no Asilo de Meninos Desvalidos (Instituto Profissional João Alfredo) e nos Colégios Alfredo Gomes, Mairink e São José. Marques (2011) menciona a professora Mariza Lira:

A Professora recorda que Higgins passa a tratar do físico, por meio de exercícios ginásticos, após conselho do Dr. Tôres Homem, percebendo rápidas melhoras em seu corpo enfraquecido, matriculando-se, então, na aula de ginástica do Capitão Ataliba Fernandes - professor da Escola Normal. Segundo ela, Higgins possuía grande popularidade e seria o - professor da moda, além de não esconder seus ideais republicanos. Nas palavras de Mariza, “da prática de seus longos anos de labor, resultaram obras de grande valor na época para a completa orientação do ensino de educação física no Brasil” (MARQUES, 2011, p. 98).

A respeito do legado de Higgins para a ginástica brasileira, Souza (2011) menciona os três compêndios de autoria do professor: *O Compendio de Gimnastica e Jogos Escolares* (1896), destinado principalmente aos professores; o *Manual de gymnastica hygienica* (1902), visava dar autonomia aos praticantes sem necessidade de um professor; e o *Compendio de Gymnastica Escolar Methodo Sueco-Belga* (1909), edição aperfeiçoada e ilustrada de seu primeiro trabalho e atualizada em 1934 com o nome de *Gymnastica Escolar Methodo Sueco-Belga-Brasileiro*. Marques (2011) aborda com mais profundidade o conteúdo destes manuais.

Segundo Marques (2011), Higgins se acentuava por sua personalidade e por seu currículo público, já que fora repórter em *O Cruzeiro* (1880), e fundara os jornais *O Século XIX* (1881), *A Lente* (1882) e *A Lanterna de Diógenes* (1883), mas além dele, outros mestres se destacaram na inserção da ginástica na escola. Junto a Higgins havia Pedro Manuel Borges no Rio de Janeiro, Antonio Martiniano Ferreira em Ouro Preto e o mais eminente, o português Paulo Lauret, defensor da escola sueca de ginástica desde que lecionou em seu país natal. Conforme menciona Moreno (2015), o *Manual Theorico Pratico de Gymnastica*, publicado em 1881, por Lauret, foi utilizado na Escola Normal Sabará.

Outro evento importante para a educação física no Brasil foi a chegada da Associação Cristã de Moços (ACM). Nascida por volta de 1840, na Inglaterra, idealizada pelo membro da Igreja Presbiteriana George Williams, teve sua primeira associação fundada em 1844. Como narra Baía (2012), após um grande movimento de expansão, chegando ao fim do século XIX a 1.415 sedes implantadas no mundo, em 1871, desembarca no Brasil, o missionário Myron Augusto Clark, que em breve implantaria sedes no Rio de Janeiro, em 1893, Porto Alegre, em

1901 e São Paulo, em 1902. Nesse período imediato de transição entre Império e República, como já era de costume, o Brasil importava hábitos e tendências europeias, e não seria diferente em relação ao esporte. Na impossibilidade de estabelecer um início do esporte enquanto fenômeno cultural, já que se derivou de uma série de transformações e adaptações durante o tempo, em 1863 foram criadas na Inglaterra a “Football Association” e a “Rugby Union”, primeiras ligas que difundiram a prática destes dois como esportes sistematizados. Já com início mais caracterizado, o basquetebol proposto em 1891 pelo professor James Naismith e o voleibol em 1895, pelo Professor Willian G. Morgan, ambos nos Estados Unidos da América em ACM, chamadas naquele país de *Young Men's Christian Association* (YMCA), tiveram um início mais delimitado, pois foram propostas planejadas.

Nesse contexto, os chamados esportes modernos – bastante elitizados, por serem consideradas práticas civilizadas e educativas – surgem como prática orientada para o fortalecimento do espírito, da mente e do corpo. Segundo Cancelli (2010), no Brasil as ACM foram notáveis difusoras destes, mesmo não sendo instituições propriamente esportivas, mas tinha inserida em sua pedagogia a prática desses esportes como meio de atingir seus objetivos sociais. Num ambiente nacional no qual predominava a ginástica alemã, a ACM difundiu a ginástica calistênica<sup>6</sup>, e foi responsável não só por introduzir o voleibol, basquetebol e futebol de salão no país, mas também pela relação entre esporte e movimentos sociais, entre jogos e voluntariado, chamado de movimento acmista, evidenciado até hoje em políticas e práticas públicas. Em 1915, ocorre o primeiro torneio de basquetebol no país na cidade do Rio de Janeiro.

Podemos perceber que desde seu início com práticas de treinamento físico militar, paralelamente aos cuidados médicos em prol da higiene pública, importando hábitos europeus, seu início nas instituições escolares por meio da ginástica, primeiramente no Colégio Pedro II, e em seguida as contribuições da ACM para sua introdução mais generalizada na escola, a Educação Física foi incorporando à cultura social gradativamente, sempre defendida por uns e combatida por outros. Da mesma forma, veremos agora os períodos chamados de militarista e pedagogização.

---

<sup>6</sup> Etimologicamente do grego *Kallistenés* (kallos = belo, sthenos = força). Na Grécia antiga a força harmoniosa compreendia o equilíbrio físico, mental e espiritual, o que se verifica na máxima do poeta Juvenal na Décima Sátira: “*Mens sana in corpore sano*” (MENDES, 2005, p. 19). O método calistênico enquanto sistematização de exercício físico é entendido por Inezil Penna Marinho como “um sistema ginástico que encontra suas origens na ginástica sueca e que apresenta como características, a predominância de formas analíticas, a associação de música ao ritmo do movimento e a predominância de movimentos sobre as posições e exercícios à mão livre e com pequenos aparelhos” (MARINHO, 1952 apud CORRÊA, 2002, p. 18).

## 1.2 A educação física na Era Vargas: o militarismo e a pedagogização

Aqui mais uma vez gostaríamos de esclarecer o termo utilizado antes de adentrar ao conteúdo em si. Grafamos educação física com iniciais minúsculas porque naquele momento a expressão ainda não designava uma disciplina escolar propriamente dita, pois as discussões sobre sua área de abrangência ainda estavam em pauta, e se definiriam legalmente com a Constituição de 1937. Apesar da classificação citada no início do capítulo, na qual consta o período denominado pedagogização iniciado em 1945, optamos por tratar deste período juntamente com o militarista justamente porque ambas as discussões ocorreram de maneira dialógica, na qual o pensamento militar e o pedagógico, ora se encontravam, ora se afastavam, apesar do período propriamente dito de introdução da EF na escola tenha ocorrido nos anos que antecederam aos governos militares e se consolidado logo após o início deles.

A Era Vargas, período compreendido entre 1930 a 1945, costuma ser dividida em três períodos: um governo provisório de 1930 a 1934, caracterizado pelos personagens militares no governo dos estados, gerando atritos com as velhas oligarquias dando origem ao que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932. Esta provocou a constituição de uma Assembleia Nacional Constituinte, momento em que os militares perderam espaço por causa das rugas com as oligarquias econômicas. Segundo Linhaes (2006) após o processo eleitoral, surge a nova constituição de 1934, dilatando poderes do executivo e construindo os alicerces das reformas das leis trabalhistas, além de prever a primeira eleição presidencial, na qual Vargas sagrou-se eleito, dando início ao governo constitucional de 1934 a 1937. Nesse período observa-se a chamada Intentona Comunista, na qual ações comunistas se deram dentro de quartéis do Exército em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Mesmo refreado esse movimento, o presidente anulou a nova eleição de 1937 e dissolveu o poder legislativo, declarando estado de sítio em virtude de uma nova tentativa de intervenção comunista, o Plano Cohen. Inicia-se aí o Estado Novo, como terceiro período, que perduraria até 1945. Esse período é marcado pelo início da 2ª Guerra Mundial, pela industrialização nacional e a relação da política varguista com a classe trabalhadora, marcada pela Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943.

Essa síntese sobre a Era Vargas se faz necessária para o entendimento da educação física nesse momento, que segundo Castellani Filho (1994), estão entre os dois períodos mais importantes para a EF brasileira, a ditadura do Estado Novo e a de 1964. Importante lembrar os momentos de instabilidade política, com disputas e litígios entre governo e comunistas, tudo isso inserido em um cenário bélico mundial, marcada pelos governos totalitários de

Mussolini e Hitler. Esse idealismo bélico somado com disputas de governo talvez expliquem as preocupações varguistas em almejar uma sociedade melhor preparada fisicamente para o combate, para a indústria e para o trabalho. Segundo Linhales (2006), os dois pilares do militarismo, hierarquia e disciplina, também eram preceitos desejados na organização da indústria e do trabalho, ou seja, o trabalho fabril, das máquinas e da industrialização, e o trabalho febril, da energia orgânica e da sociedade de massas. Um artigo de Hélios Póvoas, de 1938, denominado *A marcha para as alturas* configura bem este pensamento:

Entreguemos ao Exército todos os poderes para que, no setor de Educação Física, ponha em prática em todo o território nacional a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um evangelho salutaríssimo à nação. Para nos pôr a salvo das tormentas, organizando a nossa defesa, o Exército glorioso precisa de um 'Homem Brasileiro', com todas as letras maiúsculas, bem maiúsculas. Confiantes, entreguemo-nos a ele, porque só ele dispõe dos elementos necessários a um renascimento de vigor físico indispensável à organização bélica de uma Pátria, ainda que a mais pacífica, como a nossa. Seja o Brasil, no tocante à Educação Física, uma Escola de Educação Física do Exército (CASTELLANI FILHO, 1994, p. 87).

E no dizer de Gustavo Capanema, Ministro da Educação, que mais tempo ficou na função, de 1934 a 1945, exaltação da nacionalidade e do ensino profissionalizante, com ideários de uma educação a serviço da nação:

quando dizemos que a Educação Física ficará ao serviço da nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve reger-se por uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da nação, e que, por isso, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado (CASTELLANI FILHO, 1994, p. 83).

Esse sentimento de exaltação e ideários nacionalistas, que são permeados pela noção de manter a soberania da Pátria, conduziu a critérios de homogeneidade e uniformização tão comuns às fileiras militares, chegando ao extremo de considerar como deficiência física os alunos que não pudessem participar dos exercícios ordinários das aulas de EF, como se vê em “A educação física será dada a grupos homogêneos, organizados independentemente do critério da seriação escolar. Os alunos que, por defeito físico ou deficiência orgânica, não possam fazer os exercícios ordinários seriam submetidos a exercícios especiais” (BRASIL, 1942, p. 6). Em face desse contexto, tão vinculado à questão bélica, torna-se necessário lembrar o percurso da EF no Exército Brasileiro.

Segundo Soeiro e Tubino (2003), em 1922, por meio do Boletim do Exército Nº 431, publicado dia 20 de janeiro, foi criado o Centro Militar de Educação Física (CMEF), na

Escola de Sargentos de Infantaria, no Rio de Janeiro, entretanto este centro não chegou a formar nem a primeira turma de instrutores, porque em meados do mesmo ano ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana, ocasionando o fechamento do CMEF. Passados sete anos, a Escola recebe a visita do Presidente da República Dr. Washington Luís, acompanhado pelo Ministro de Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos e, este último, entusiasmado com o trabalho produzido com os alunos, determina providências imediatas para criação do Curso Provisório de Educação Física. Em 1929 foi diplomada a primeira turma em Educação Física do Brasil, constituída de 10 Oficiais, 28 Sargentos e 20 professores públicos do então Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro), que foram matriculados por solicitação do Doutor Fernando de Azevedo, Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal.

Em 1932, o CMEF realizou um curso regular de medicina especializada, com a duração de um ano, destinado aos oficiais médicos das Forças Armadas, mas contou também com a matrícula de médicos não militares. Os mesmos autores apontam que somente em 19 de outubro de 1933 o Governo Vargas, pelo Decreto N° 23.252, muda a denominação do CMEF para Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), dando-lhe nova organização, atualizando os seus currículos e ampliando os seus objetivos. Em 1936 é criada a Colônia de Férias da EsEFEx. Esta ação pioneira foi liderada pelo capitão Ignácio de Freitas Rolim e pelo sargento Custódio Batista Lobo com o objetivo de ministrar atividades recreativas para as crianças carentes das cercanias da Urca. Esta colônia de férias ocorre anualmente desde sua criação e sua última edição foi a de número setenta e nove em janeiro de 2017. Em 1954 uma comissão de três militares foi designada para realizar estudos nos Centros de Treinamento Físico dos Estados Unidos, ocasionando a implantação da calistenia no Exército Brasileiro.

Retornando ainda ao início da Era Vargas, destacamos em 1931 a chamada Reforma Campos, por meio do Decreto N° 19.890, em seu Art. 9° determinava que “Durante o anno lectivo haverá ainda, nos estabelecimentos de ensino secundario<sup>7</sup>, exercicios de educação physica obrigatorios para todas as classes” (BRASIL, 1931, p. 2). É possível que tal obrigatoriedade esteja calcada nos ideais nacionalistas, com intuito de preparar de antemão os alunos do ensino secundário para o ingresso nas Forças Armadas, bem como para preparar uma classe operária, visando o desenvolvimento econômico do país por meio da produção. Esse pensamento de progresso econômico caracteriza-se pela criação de algumas empresas estatais por Vargas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do

---

<sup>7</sup>Corresponde atualmente do 5° ao 9° ano do Ensino Fundamental e do 1° ao 3° ano do Ensino Médio.

Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945).

Em 1935, o VII Congresso Brasileiro de Educação, realizado no Rio de Janeiro pela Associação Brasileira de Educação, teve como tema a Educação Física e *slogan* “pátria forte quer filhos fortes”. Quatro anos antes, em 1931, a Educação Física já havia se tornado obrigatória para o ensino secundário a partir do Decreto Nº 19.890, e seis anos após, em 1937, essa abrangência seria ampliada às escolas normais e ao ensino primário. Segundo Betti (1991) dos 613 estabelecimentos de ensino secundário pesquisados pelo Departamento de Educação Física, em 1940, a EF era praticada em 611. No Art. 131 da constituição de 1937 lê-se:

a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (BRASIL, 1937, p. 28).

Consideramos digno de nota a introdução desta constituição que caracteriza bem as preocupações do governo em relação a supostas ameaças:

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em **luta de classes**, e da extremação, de **conflitos ideológicos**, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta **iminência da guerra civil**;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela **infiltração comunista**, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e **permanente**;

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de **defesa** da paz, da **segurança** e do bem-estar do povo;

Sem o apoio das **forças armadas** e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País (BRASIL, 1937, p. 1, grifos nossos).

Segundo Linhales (2009), esse extrato constitucional demonstra o momento social e político que atravessava o cotidiano brasileiro. Termos como “lutas de classes”, “conflitos ideológicos”, “guerra civil”, “infiltração comunista”, “remédios, de caráter radical e permanente”, “defesa”, “segurança” e “forças armadas” deixam claro a apreensão varguista. Seria incomum que as políticas de educação, com suas reformas e aspirações, não estivessem permeadas de tais resguardos. A EF também se manteve no limiar ideológico de Vargas, o que explica, em partes, o chamado militarismo na EF, que naquele momento era percebida como ferramenta de preparação para as adversidades externas, desenvolvendo características pré-militares e não somente condicionamento físico como geralmente é percebida, mas outras como adestramento, disciplina e uniformidade, necessárias para promover um modelo de produção mais eficiente. A hierarquia e a disciplina, conceitos que tão bem caracterizam o militarismo, são também desejáveis na indústria e no trabalho fabril.

Cabe registrar ainda, um embate de perspectivas ocorrido a partir da década de 1930 para projetar os rumos da EF no país, assim, em 1924, foi criada, com sede no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE), que não discutia apenas educação escolar, mas todos os espaços tidos como potencialmente educativos. Especificamente para o campo da EF esta associação criou a *Secção de Educação Physica e Higiene*<sup>8</sup> (SEPH), que funcionou por onze anos, de 1926 a 1937, e discutia educação higiênica e educação física, conforme consta em suas atas estudadas por Linhales (2009). Estas duas áreas seriam delimitadas somente no ano de 1929, com a ampliação dos debates pedagógicos em torno da EF como disciplina escolar, que colocara em pauta a formação necessária do professor de EF, já que relativo à educação higiênica era consolidado que ficava a cargo dos médicos. Neste ano a SEPH foi dividida em Seção de Higiene e Seção de Educação Física e, após quatro anos, reunificada. A ABE articulava diálogos com o Centro Militar de Educação Física (CMEF), Associação Cristã de Moços (ACM) e sua similar, Associação Cristã Feminina (ACF), estes dois primeiros já citados anteriormente. Esse debate além de trazer perspectivas e entendimentos sobre a EF gerou uma tentativa de construção de um “Projeto de Educação Física Nacional” entre 1933 e 1935, algo não tão simples, tendo em vista os diversos atores presentes.

Em 1929, o então Ministro da Guerra, General Sezefredo, elaborou um anteprojeto de lei sobre a EF e enviou ao Congresso Nacional, em maio de 1930. Segundo Linhales (2009),

---

<sup>8</sup> A ABE se ocupou da educação não apenas através de reuniões e conferências nacionais, mas também publicou o Boletim da ABE (1925 a 1929) e a Revista Schola (1930-1931), ambos espaços de discussão, como menciona Linhales (2009).

este anteprojeto ao se tornar público, foi alvo de diversas críticas por parte da ABE, que por sua vez promoveu um inquérito sobre o problema da EF, pois não corroborava com tal projeto, entendendo-o como de militarização da escola, baseado no método de ginástica francês. A associação entendia que na própria França, como aponta Grunennvaldt (1998), tal método já estava em decadência. Cabe lembrar que no mesmo ano o General Sezefredo acompanhado do Presidente da República, havia visitado a Escola de Sargentos de Infantaria e determinado um curso provisório de EF e, ainda, que nessa escola que estava instalado o CMEF desde 1922, criado sobre influência da Missão Militar Francesa.

A ABE representada para isso pela SEPH emitiu um parecer encaminhado ao congresso em março de 1930. Intitulado “A Educação Física no Brasil”, o documento pretendia corrigir quatro erros que considerava que o anteprojeto militar continha. O primeiro relativo à impropriedade de se adotar um método único para o país todo, a segunda questão salientava que a EF já havia se emancipado das feições militares e, por isso, não deveria entregar a educação infantil a um grupo especializado em adestrar adultos. Num terceiro momento ressalta a necessidade de se criar uma Escola Nacional Superior de Educação Física e critica duramente o curso provisório, então vigente, de formação de instrutores de EF na Escola de Sargentos e, por último, critica a proposta militar de centralizar a gerência da EF no Brasil no Ministério de Guerra, por não estar apto ainda à orientação profissional adequada, pois iniciativas privadas com profissionais contratados organizavam a EF naquele momento. Essa discussão de perspectivas influenciou a obrigatoriedade da EF no ensino secundário determinada pela Reforma Campos, em 1931.

Em 1930 foram realizadas mais três reuniões, e após um período de inércia, a SEPH retomou suas reuniões, em junho de 1933. Esse intervalo de tempo coincidiu com a discussão que estava em pauta naquele momento, a laicidade do ensino, que ocasionou a saída de todos os membros católicos da ABE. O retorno das reuniões da SEPH foi marcado pela unificação das Seções de EF de Higiene, retornando o uso da nomenclatura original, e o fato da assunção do novo presidente, o médico e Presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), Dr. Renato Pacheco. Mesmo com a unificação, duas comissões foram criadas, e foi nomeado para comissão de higiene o Dr. Gustavo Lessa, acompanhado de mais dois médicos, e para a de educação física, o Capitão do Exército e presidente da Confederação Brasileira de Atletismo, Orlando Eduardo da Silva, acompanhado de Oswaldo Diniz Magalhães, formado em Educação Física pelo Instituto Técnico das Associações Cristãs. Tanto pela figura do presidente, quanto dos integrantes das comissões, ficava caracterizado o perfil esportivista da

Seção. Como cita Linhares (2006), o esporte era unidade e doutrina e estava na ordem do dia e a serviço da Pátria.

Do retorno das atividades da SEPH, até outubro de 1934, as reuniões da Seção giraram em torno de um Projeto de Educação Física Nacional, que se preocupou com quais ambientes e com quem deveria praticar a Educação Física. As duas comissões apresentaram seus relatórios e foi determinado que ambas elaborassem um único plano. Foi nesse ínterim que o termo educador físico foi proposto em substituição de monitor. O plano propunha um projeto mais amplo, que possibilitasse a EF a toda a população, “penitenciárias e casas correcionais, abrigos e patronatos, campos de recreação, fábricas e centros industriais, estabelecimentos de ensino e instrução, clubes e associações esportivas” (LINHALES, 2009, p. 84). Além destes ambientes, um lugar curiosamente denominado de “educação física de populares” foi mencionado, mas a expressão não foi definida. O espaço extraescolar, que se resumia a esportes, estava visivelmente sobreposto ao espaço escolar, e neste, previa uma educação física balizada por ginástica e jogos, para as escolas primárias e secundárias, normais e superiores, salientando que se deveriam considerar as idades fisiológica e mental dos alunos, e não a cronológica.

O Dr. Celso Kelly, membro do Conselho Diretor da ABE, fez considerações sobre tal proposta da SEPH e sugeriu que os objetivos da seção deveriam estar mais colimados aos da associação, pois esta concebia a educação em moldes escolares, como vemos a seguir em trecho de uma carta sua, na qual dava o seu parecer ao Presidente da Seção Renato Pacheco:

em face do problema da educação integral, que papel ocupa a educação física? Resposta: há duas teorias a respeito:

I) a dos que entendem que a educação física é autônoma, absolutamente independente do processo educativo geral, e, segundo alguns, articulada com o serviço militar, integrando-se, mesmo, nas atividades de exercício [...]

II) a dos que entendem que a saúde, o desenvolvimento físico, o desenvolvimento intelectual, a formação moral, a aquisição de conhecimentos gerais e profissionais constituem parte de um só e grande problema: o problema da educação integral, para a plena formação do homem, em todos os seus domínios. Partes de um mesmo problema estão intimamente entrelaçadas [...]

Conclusão: ficamos, logicamente com a segunda corrente (LINHALES, 2006, p. 212, grifos do autor).

A SEPH atendeu a recomendações e redigiu novo projeto mais alinhado com os entendimentos da ABE, tanto pedagógicos como políticos, mas Linhares (2006) ainda comenta que é provável que tenha sido “engavetado” no Ministério da Educação e Saúde, pois não há indícios desse projeto em publicações deste órgão. Em consequência destas

diferenças de perspectivas entre ABE e SEPH, muitos militares deixaram de frequentar as seções, já que o intento da “nacionalização da Educação Física” ganhava espaço em outros setores federais. Cabe lembrar que esse momento histórico era palco da Revolução Constitucionalista, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e da Lei de Segurança Nacional.

Segundo Linhales (2006), essa discussão já ocorria desde 1920 e tinha como bandeiras a “mentalidade desportiva” e a “mentalidade clínica médico-pedagógica”, expressões estas utilizadas pelos seus próprios defensores. Os primeiros, da área da educação, tentavam aproveitar o alastramento popular dos esportes, chamado de “surto dos *sports*” por Sevckenko (1998), que seguia tendências inglesas da popularização dos esportes, principalmente do *football*, na tentativa de trazer uma “vida muscular mais alegre”, trazendo-os para práticas pedagógicas e escolares. Já os segundos, ainda imantados aos conhecimentos da medicina, no intuito de educar hábitos prejudiciais, propondo outros mais saudáveis, investidos da flâmula da saúde pública. Como vimos anteriormente, a respeito dos projetos de EF para o ensino secundário, a discussão já era polarizada entre ABE e militares. Estes defendiam uma EF praticada em ambiente militar e civil, o que não é difícil de entender, pois o esporte coletivo tem sua prática balizada por regras, normas e sanções, o que aproxima a filosofia do esporte da filosofia militar. Em artigo de autoria de Illydio Rômulo Colônia, “único oficial brasileiro com curso da Escola de Joinville-le-Pont da França” (FERREIRA NETO, 1999 apud LINHALES, 2006, p. 101), identificamos tais entendimentos em sua fala:

É que os jovens americanos e ingleses, fortes, resistentes, virilizados pela educação física, postos quase subitamente nos campos de batalha, imaginavam-se num vasto campo de ‘rugby’ habituados como estavam com a disciplina esportiva, ao prazer da competição (LINHALES, 2006, p. 101).

A ABE também era de acordo com a introdução do esporte na escola, mas temia que se tornasse um projeto de militarização das escolas, como ocorrera na França com a implantação dos batalhões escolas. Considerando esse contexto, seria reducionista de nossa parte afirmar que o litígio de ideias ocorreu de maneira polarizada entre militares e ABE apenas, pois o pensamento de uma EF para todos também tinha adeptos não militares. Nesse momento, já iniciavam considerações de ampliar a abrangência da EF, abarcando também os jogos e esportes para “energizar o caráter”, que até então era compreendida basicamente como ginástica, adaptada do método francês, segundo as concepções militares.

Linhales (2006) menciona no Boletim da ABE de 1929, uma proposta curricular no texto intitulado “Programa de Educação Física” que na 1ª série continham “bola americana, malho, foot-ball e basket-ball”, na 2ª série “volley-ball, malho, bola americana, peteca, natação, waterpolo, foot-ball e basket-ball” e nas 3ª e 4ª séries os mesmos previstos na 2ª série acrescidos de “tennis”. O que estava em disputa não era a prática da EF em si, seja da ginástica ou do esporte, mas sim os objetivos ocultos em tais propostas.

Gostaríamos de abrir um parêntese em nossas reflexões trazendo a tona novamente o VII Congresso Brasileiro de Educação, realizado em 1935 pela ABE, que teve como tema Educação Física e como *slogan* “pátria forte quer filhos fortes”. Após a realização de seis conferências nacionais, sendo a primeira em 1927 em Curitiba, o sétimo evento ganhou o nome de congresso e foi realizado no Rio de Janeiro, ao invés da Bahia, como estava planejado. Durante a preparação os militares foram convidados a integrar a comissão Executiva do evento, sob a gerencia do Coronel Newton Cavalcanti, da EsEFEx. Estes haviam reivindicado participação, pois nas conferências anteriores ficaram aquém da organização e representação. O VII CBE expressou claramente a situação de litígio com relação aos rumos da EF em busca de uma identidade, mas deixa claro a intenção de encontrar uma intersecção entre as duas perspectivas, uma pedagógica que pronunciava a liberdade, e outra utilitarista calcada na eficiência. Lourenço Filho, presidente da ABE, já na abertura do congresso pronuncia assim:

Nações há que procuram resolver os problemas de eficiência, mesmo às custas das liberdades individuais. Outros, que preferem manter todos os ditames de uma romântica liberdade individual, pereça embora a eficiência... Entre tais extremos, simplistas ambos, e ambos perigosos, os estadistas mais avisados começam a compreender que ‘eficiência com liberdade’ ou ‘liberdade com eficiência’, só num cadinho se fundem – e esse é o da educação (LINHALES, 2006, p. 34).

O Congresso foi bastante ousado em seus objetivos, trazendo temas anteriormente tratados no Plano Nacional de Educação Física proposto pela ABE, como a nacionalização do da EF e dos esportes, e a ideia da EF ser um complemento da educação integral, e não mais uma prática autônoma e desvinculada da escolarização. Uma das inovações foi a pauta tratando sobre questões raciais na EF, o que era muito pertinente considerando aquele momento histórico, contemporâneo ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que propunha uma educação para todos e laica, além de questões de intolerância racial e religiosa como ocorriam nos EUA, fenômeno conhecido como Ku Klux Klan, no qual em um dos seus

episódios na década de 1920, causou hostilidades entre grupos étnicos. Cabe lembrar que um dos objetivos do congresso era estudar a EF no estrangeiro, principalmente no continente americano, o que poderia remeter a questões raciais.

Mas o congresso teve peculiaridades com relação a sua execução. Foram realizadas diversas apresentações, excursões, visitas, paradas, desfiles, espetáculos musicais e demonstrações, sendo criada para a gerência desse conjunto de atividades uma Comissão de Demonstração, o que fez com que o Dr. Guilherme Lessa ponderasse sobre o caráter acadêmico do evento. Duas foram as participações de pesquisadores estrangeiros, a professora norte-americana Frey Warner apresentou o trabalho *Tendências modernas na recreação*, e o professor Júlio Rodriguez, com o tema *A Educação Física no Uruguai*. Outra pauta digna de nota era a intenção de lançar as bases para o 1º Congresso Pan-Americano de Educação Física, que foi realizar-se somente em 1943, no Rio de Janeiro.

Apesar de alguns momentos científicos, a intenção era repercutir e impressionar. Linhales (2006) menciona que havia uma preocupação em mostrar os benefícios da EF ao público e, para isso, foi evidenciado o papel da medicina, os quais gráficos e mapas demonstravam progressos já atingidos, aparelhos e instrumentos utilizados na EF foram expostos, prescrições esportivas foram abordadas, as especificidades dos exercícios para as mulheres e até mesmo o escotismo teve seu lugar no evento. A autora cita ainda que foram visitadas diversas instituições no âmbito pretendido, como ACM, ACF, EsEFEx, Colégio Militar, ginásios, escolas, dentre outras e, somados a isso, uma parada esportiva com cerca de 15 mil atletas e uma demonstração orfeônica, regida pelo próprio Maestro Villa-Lobos, que comandou cerca de 20 mil alunos de escolas públicas do Distrito Federal durante a apresentação no Estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama. Estas visitas sugerem uma espécie de reconhecimento do *locus*, um turismo pelas paisagens, onde a EF estava e deveria intervir, uma espécie de feira de variedades, onde o clima era de *show business*. O fato é que se os objetivos prioritários do VII CNE era mostrar e impressionar, foram alcançados, apesar de não ser possível apontar o peso que tal evento teve na tomada de decisões das políticas públicas em relação à EF no Brasil.

Pós-congresso durante uma reunião da SEFH em 1936, primeira reunião sobre a presidência do Capitão Ignácio Rolim, um dos autores do *Regulamento Geral de Educação Física*, nome dado à versão brasileira do método francês, dentre outras pautas, uma nos interessa particularmente, a de letra “c” na qual constava, “pesquisas de diversas naturezas tais como organização da Educação Física no Brasil e fora dele, **livros existentes na biblioteca da ABE**” (LINHALES, 2006, p. 157, grifos nossos), pois por parte da seção já

havia uma preocupação com os livros disponíveis na biblioteca da Associação, o que por si só demonstra o interesse por parte dos militares nas literaturas que versavam sobre EF, e mais especificamente, remete a reflexões a acerca do uso de livros didáticos na Educação Física.

Em 1937, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional elabora um projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional de Desportos, do Instituto Nacional de Educação Física e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Como se observa, a EF estava ligada a um projeto de segurança nacional, algo muito mais complexo do que simples preocupações com uma disciplina escolar. Fato que no mesmo ano o Ministério da Educação e Saúde Pública (criado em 1930), passa a denominar-se Ministério da Educação e Saúde, tendo como órgãos de administração o Departamento Nacional de Educação e o Departamento Nacional de Saúde. O primeiro por sua vez subdividia-se em oito divisões: a) de Ensino Primário; b) de Ensino Industrial; c) de Ensino Comercial; d) de Ensino Doméstico; e) de Ensino Secundário; f) de Ensino Superior; g) de Educação Extraescolar; e por fim h) de Educação Physica. Já o Departamento de Saúde dividia-se em quatro divisões: a) de Saúde Pública; b) de Assistência Hospitalar; c) de Assistência a “Psychopathas”; e d) de Amparo à Maternidade e à Infância.

Cabe aqui considerar dois aspectos para melhor compreendermos os desenvolvimentos da EF no Brasil como disciplina escolar. Por uma ótica, o que consideramos aspecto positivo, a EF enquanto instituição era subordinada ao Departamento de Educação, distanciando-se do Departamento da Saúde, pelo menos em termos legislativos, pois em sua *praxis* ainda promove embates e discussões a esse respeito, exemplo disto são os cursos de licenciatura e bacharelado em educação física, uns ligados às faculdades de saúde, outros à de educação. Mas tal determinação nos termos da lei denotava uma intenção de especificar os objetivos da EF enquanto área do conhecimento. Por outro lado, o que consideramos aspecto negativo, a EF como setor do Departamento de Educação mantinha-se de certa forma a parte das demais divisões de ensino propriamente escolares, se é que podemos nos expressar assim. Se por um lado ela se desvencilhava dos preceitos médicos, por outro se mantinha segmentada com relação aos outros setores da educação escolar.

Segundo Fávero (2006), é também em 1937 que é instituída a Universidade do Brasil, o que ocorreu com extinção da Universidade do Distrito Federal, tendo seus cursos transplantados para aquela. Para melhor compreender a formação do profissional em EF, buscamos em Silva (2009), uma breve síntese desse histórico.

Depois de formada a primeira em 1929 no Centro Militar de Educação Física, atual Escola de Educação Física do Exército, como citamos anteriormente, o primeiro curso

destinado exclusivamente para civis ocorre no Espírito Santo em 1931, e de forma mais consolidada em 1934, no Estado de São Paulo, onde também em 1939 ocorre o primeiro curso de graduação superior na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) na Universidade do Brasil, com dois anos de duração. Um ano antes, em 1938, o Departamento de Educação Física, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, realiza por meio da Escola Superior do Exército um curso emergencial:

com uma proposta que nos permitirá identificar a ocorrência de uma primeira dualidade na formação em Educação Física, com dois profissionais distintos: o instrutor de Educação Física para atuar junto à sociedade civil, e o professor de Educação Física, para atuar na docência e também na ENEFD (SILVA, 2009, p. 9).

Percebemos que o processo de pedagogizar a EF recebe diversas influências e é alvo de interesse de várias instituições. Se por um lado, o pensamento militar considera que as práticas de treinamento físico promovem a saúde, a virilidade e a força, devendo integrar os currículos escolares como ferramenta de disseminar esses ideais, bem como servindo de uma espécie de preparação para o serviço militar obrigatório, por outro lado, temos os educadores junto à Associação Brasileira de Educação entendendo a EF como parte da educação escolar e, por isso, com seus saberes na escola, para escola e da escola. Estes dois modelos de pensamento eram fortes por si só, mas quando integrados e subsidiados também pelo elemento médico que conferia o status de saber científico, essa tríplice se torna ainda mais forte politicamente.

Se estes três elementos já consolidam a intenção de tornar a EF uma prática escolar, ainda temos um quarto fator talvez ainda mais primordial, o Estado. Se historicamente alguns estadistas defendiam a prática da EF, como Rui Barbosa, por exemplo, naquele momento era de interesse de Vargas a sua consolidação, tanto que na Constituição de 1937 a EF é determinada legalmente. Naquele contexto entre guerras, disputas entre nações democráticas e totalitárias, e iminências bélicas em estado latente, somados aos interesses da ABE em escolarizar a educação física, aos pressupostos militares de segurança nacional e ao amparo médico que salvaguardava a promoção à saúde pública, fica mais fácil compreender como que a EF se tornou uma disciplina escolar.

Por estes fatores citados acima que optamos por não tratar da pedagogização da EF dentro do período proposto por Ghiraldelli Júnior (2003), ou seja, de 1945 a 1964. Se a Educação Física foi inserida em 1851 no currículo do Colégio Pedro II, nas décadas de 1890 e 1900 aportou no país nos moldes da Associação Cristã de Moços, em 1937 foi decretada na

constituição de 1937, se em 1942 torna-se prática obrigatória para o ensino secundário até vinte e um anos, em 1961 obrigatória para os cursos primário e médio até a idade de 18 anos, e em 1971 sem limite de idade<sup>9</sup>, não poderíamos delimitar em duas décadas apenas o processo de sua escolarização.

Um resumo dos ideários sobre a EF na Era Vargas estava presente na Revista do Ensino, publicada a partir dos primeiros anos da década de 1930, que “apresentou discursos próprios do cidadão a que se aspirava na Era Vargas: um cidadão saudável, forte para o trabalho e apaixonado pela sua pátria<sup>10</sup>” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 44).

### **1.3 A Educação Física competitivista: a esportivização**

Como fizemos anteriormente nos demais itens, iniciaremos aqui explicando o porquê de utilizarmos Educação Física com iniciais maiúsculas. Nesse período, chamado competitivista, a EF já havia adquirido o *status* de disciplina escolar, por mais que isso só tenha se consolidado em 1996 como abordaremos a seguir. Utilizaremos o termo esportivização para caracterizar este período.

Se o impasse entre ABE e militares havia sido parcialmente superado, pois mesmo os militares defendendo uma EF para todos, havia um consenso pelo menos quanto à adoção dela pela escola como disciplina, ficando em aberto outras questões, como os moldes em que isso se daria, quem seriam os profissionais que atuariam na escola e, principalmente, qual seriam os conteúdos de EF na escola. A experiência e o conhecimento militar com a ginástica faziam estes defenderem uma EF por meio do desenvolvimento das capacidades física e orgânicas, enquanto educadores a viam dentro do escopo das demais disciplinas com um conteúdo específico, e não uma prática pela prática, o que descaracterizaria o entendimento de educação.

Em 1941, por meio do Decreto-Lei Nº 3.199, em seu Art. 1º, fica instituídos, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos (CND), com o propósito de orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país. Aqueles ideais de uma EF para todos, tão discutido pelos militares com a ABE, tomava forma. Agora havia legalidade em disseminar a prática da EF por toda a população, fortalecendo concepções de uma nação sadia, forte e apta aos enfrentamentos da modernidade. O CND, por meio das

---

<sup>9</sup> Decretos: Nº 4244, de 9 de abril de 1942; Nº 4024, de 20 de dezembro de 1961; Nº 5692, de 11 de agosto de 1971.

<sup>10</sup> A capoeiragem, que havia sido proibida em 1890 por meio do Decreto-Lei Nº 487, teve sua prática liberada em 1937 por Getúlio Vargas, e em 1940, o novo Código Penal Brasileiro não a criminalizava mais (SOUZA, 2013).

diversas confederações, empreenderia a coordenação da aplicabilidade dos dispositivos desta lei. No mesmo decreto ficam instituídas estas confederações, as quais ficavam com a responsabilidade do exercício do poder desportivo no território nacional: a) Confederação Brasileira de Desportos; b) Confederação Brasileira de Basket-ball; c) Confederação Brasileira de Pugilismo; d) Confederação Brasileira de Vela e Motor; e) Confederação Brasileira de Esgrima; e f) Confederação Brasileira de Xadrez. À Confederação Brasileira de Desportos caberia fomentar as práticas de futebol, tênis, atletismo, remo, natação, saltos, polo aquático, voleibol e handebol. Estava configurado legalmente o fenômeno de esportivização da EF.

Apenas cinco anos após o início do Regime Militar, a Lei Nº 705, de 25 de julho de 1969, alterava a redação do Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, e seu novo texto determinava que, além da obrigatoriedade em todos os níveis de escolarização, deveria haver uma predominância esportiva no ensino superior. Segundo Pinto (2003), foram produzidos 11.600 mil cópias impressos entre cadernos técnicos, cadernos didáticos, desportes, revista em quadrinhos, fôlderes, livro de regras, caderno cultural, *Revista Brasileira de Educação Física* e jornais, com o objetivo de disseminar o esporte. O Brasil passaria por intenso processo de divulgação e implementação desportiva, culminando as estratégias de *marketing* com a vitória na Copa do Mundo de 1970, no México.

Alguns relatos colhidos por Pinto (2012), de professores experientes, como o que segue, mostram a mudança no decorrer de tais políticas: “No início [década de 1960] não tinha nada de Esporte. Não tinha Esporte nenhum. Era a Ginástica e Corrida. O Esporte foi depois [década de 1970]” (PINTO, 2012, p. 142). O Esporte torna-se prática na Educação Física, a partir das políticas do Regime Militar no Brasil, e algumas estratégias foram adotadas para se alcançar esses objetivos. Segundo Pinto (2012), em 1969 foi produzido uma avaliação sobre o cenário da Educação Física e das práticas esportivas, o que ficou conhecido como “Diagnóstico de 1969” e, a partir dele, as transformações sociais esportivas começaram a ocorrer de forma mais sistematizada no ambiente legal. A Divisão de Educação Física (DEF) passou para a denominação de Departamento Educação Física e Desporto (DED), incorporando o termo desporto ao nome. O DED era subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e tinha certa autonomia administrativa, pois percentual da Loteria Federal era destinada a ele.

A partir de 1971, esse departamento empreende um vasto plano para superar os problemas que havia sido identificado no diagnóstico e dentre os 26 objetivos elencados para esse intento, um deles era o de elevar o nível do desporto nacional em estrutura, investimento e rendimento

técnico. Três grandes programas ficaram responsáveis por essas mudanças: a) PRODED, Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos; b) PATEF, Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física; e c) PIDIC, Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural. Uma ação de conscientização, chamada de Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), desenvolvida pelo MEC por meio do DED, e sobre coordenação do Capitão Roberto Jenkins de Lemos, é lançada a Revista de História em Quadrinhos DEDINHO<sup>11</sup>.

Em pesquisa que registrou memórias de professores que atuaram entre 1950 e 1970 em MG, Pinto (2012) cita relatos de diversos professores que mencionam a Revista Dedinho:

Mas **não tinha muita bibliografia** nesta época. Em [19]70 teve um aumento da Educação Física. De duas passou pra três aulas por semana, aulas no noturno, passou ter aula na faculdade. Eu acho que foi nessa época mesmo. Quer dizer, a Educação Física estava valorizando. Tinha uma **revista em quadrinhos** era um nomezinho... **DEDINHO**<sup>12</sup> isso aí (PINTO, 2012, p. 95, grifos nossos).

[...]

Sobre a Campanha do Governo Federal, a Campanha lá do DED, eu não só mostrava a revista em quadrinhos como distribuía nas horas de intempéries, de chuvas. Nós discutíamos com os alunos. **Era uma forma de você ter uma parte teórica** e mostrar que existia o envolvimento nacional naquilo que eles estavam aprendendo. Então pro menino do interior, pro menino mais pobre da escola pública aquilo ali era um incentivo. [...] O Machado de Assis você mandava o menino ler ele não entendia o que ele queria dizer. **Agora o DEDINHO ele entendia. Falava a linguagem dele.** [...] A gente fazia concursos pra ver quem conseguia desenhar o DEDINHO passando barreiras. [...] Agora pra isso o professor tem que ter um envolvimento e não receber a revista e simplesmente distribuir. Ele tinha que estudar aquela revista (PINTO, 2012, p. 125, grifos nossos).

As falas destes professores demonstram como a revista teve inserção na escola. Conforme Pinto (2012 apud BETTI, 1991) esse movimento era uma via de mão dupla, o de

---

<sup>11</sup>Impresso do gênero Revista de História em Quadrinhos (RHQ) que circulou no Brasil na década de 1970. Idealizada pelo Departamento de Educação Física e Desportos (DED), órgão criado em 1970 e subordinado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), a coleção continha seis números, cada um com a temática de uma modalidade esportiva distinta, e era destinada a crianças de 7 a 14 anos no intuito de incentivar a prática de esportes. Produto da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, a cartilha foi produzida pela Editora Abril, vencedora da licitação, com tiragem de um milhão de exemplares por número da revista, sendo que três destes foram reeditados com a mesma tiragem, ou seja, a revista teve um total de nove milhões de unidades, ficando atrás apenas da produção do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em questão de números, e superando a produção de A Turma da Mônica em cinco vezes. O personagem principal era Dedinho, nome estendido de DED, sigla do departamento que o concebeu. Foram as seguintes edições: a) Nº 1 - Pernas, pra que te quero! – sobre Atletismo/Corridas; b) Nº 2 - O Pulo do gato – sobre Atletismo/Saltos; c) Nº 3 - Braço é braço – sobre Atletismo/Arremessos; d) Nº 4 - Cesta, minha gente! – sobre Basquetebol; e) Nº 5 - Bola pra cima – sobre Voleibol; f) Nº 6 - Bola no barbante – sobre Handebol. Ver (PINTO, 2003).

“esportivização” da sociedade por meio da Educação Física e de “escolarização” do Esporte. Castellani Filho (1994) diz que ambos se referiam ao período da Ditadura como o momento de *esportivização* das aulas de Educação Física, ou seja, esporte e educação física se tornam quase sinônimos. Mas como os demais períodos da EF, este também não se restringiu a período de tempo demarcado. Pinto (2003) menciona que diversos estudos indicam que a escolarização do esporte iniciou ainda na década de 1930 (Castellani Filho, 1988; Betti, 1991; Bracht, 1992; Soares et al., 1994), e que apenas se intensificou no Regime Militar, e Betti (1990) diz que a esportivização inicia na década de 1950 por meio do Método Desportivo Generalizado e atinge seu clímax na de 1970, chegando a ocorrer a subordinação da Educação Física escolar ao esporte.

#### **1.4 A Educação Física popular e a LDB nº 9.394/1996<sup>13</sup>**

A partir da década de 1980 com término dos governos militares e o processo de redemocratização, começam a surgir propostas a respeito do objeto de estudo da Educação Física no Brasil. O ambiente democrático que retornara ao país convidava a novas perspectivas, o que caracterizou o que Ghiraldelli Júnior (2003) chamou de Educação Física popular. Alguns expoentes da área fizeram propostas pedagógicas com objetivo de apontar novos rumos a essa disciplina escolar. Depois de aproximadamente um século de saberes e práticas relacionadas à higiene, ginástica, eugenismo, disciplina, segurança nacional, competitivismo e esportivização, estes intelectuais reportam aos conteúdos da EF algumas teorias sociológicas e educacionais. Vejamos algumas delas nos apoiando em Darido (2001; 2008) e Rosário (2006): Psicomotricidade, Desenvolvimentista, Construtivista, Crítico-superadora, Críticoemancipatória, Saúde Renovada e Parâmetros Curriculares Nacionais (ocasionadas pela LDB de 1996).

A Psicomotricidade, influenciada pelo pensamento do francês Jean Le Boulch, estabeleceu propostas em torno do movimento e suas potencialidades como lateralidade, equilíbrio, consciência corporal, coordenação motora, temporalidade, força, dentre outras, e teve suas considerações apropriadas por outras áreas como a psicologia, psiquiatria e educação infantil em geral. Alguns cursos superiores de EF possuem a disciplina chamada psicomotricidade. Encontra-se em seu início relacionada e aplicada à educação especial.

---

<sup>13</sup>A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada pela Lei Nº 4.024/61, mas a que influencia de maneira direta os conteúdos da EF é a Lei Nº 9.394/96.

A Construtivista, proposta pelo Professor João Batista Freire em 1989, em *Educação de corpo inteiro*. Caracteriza-se pela educação de comportamentos baseados na experiência do aluno, sem considerar diferenças individuais para conduzir suas práticas. O sujeito deve construir seu próprio aprendizado a partir da interação com o meio onde está inserido, e não apenas num processo unilateral com o professor. Utiliza em seus conteúdos, brincadeiras e jogos populares, com mudanças e construção de novas regras, observando sempre o universo lúdico e cultural. Tem suas bases nos estudos do francês Jean William Fritz Piaget.

A Desenvolvimentista, proposta no Brasil em *Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*, de 1988, de autoria de Go Tani. Projeta o desenvolvimento nas suas diversas faces, fisiológico, motor, cognitivo e afetivo-social, já que o movimento é o principal meio e fim da Educação Física. Aborda a lógica do desenvolvimento motor relacionado às fases de desenvolvimento. Recupera as considerações de Gallahue a respeito das habilidades básicas, como as locomotoras de andar, correr, saltar, saltitar, as manipulativas de arremessar, chutar, rebater, receber, as de estabilização como girar, flexionar, realizar posições invertidas. Seus conteúdos são esportes, jogo, dança e atividades industriais.

A Saúde Renovada, tem em Nahas (1997) e Guedes e Guedes (1996) seus principais promotores. Baseia-se em uma EF para atender à saúde pública e a qualidade de vida, respaldada em saberes biológicos e fisiológicos, a fim de minimizar distúrbios orgânicos e crônicos causados pela falta de exercícios físicos. Conteúdos giram em torno de exercícios físicos, ginástica, a construção de indivíduo ativo com conhecimentos sobre nutrição e capacidades físicas. “Denomino esta proposta de biológica renovada porque ela incorpora princípios e cuidados já consagrados em outras abordagens com enfoque mais sócio cultural” (DARIDO, 2001, p. 8).

A Crítico-superadora, insuflada pelos ideários marxistas, tem em José Libaneo e Dermerval Saviani suas maiores influências. Teve como publicação mais relevante *Metodologia do ensino da Educação Física* (SOARES et al., 1992). Antes dela ainda pode-se citar *Educação Física cuida do corpo... e mente* (MEDINA, 1983), e *Educação Física e aprendizagem social* (BRACHT, 1992). Esta abordagem pretende colocar o sujeito mais consciente do seu papel social, apontando que toda produção tem características que são próprias do período em que se dá e da classe social que produz. Conhecimentos críticos em relação às questões de poder, interesse, esforço e contestação devem ser abordados no processo de ensino. Jogos, esportes, dança, ginástica, capoeira e contexto da cultura corporal devem permear seus conteúdos. O pensamento crítico-superador aproxima a EF do projeto

político-pedagógico da escola, pretende construir sujeitos críticos as suas próprias realidades, superando o modelo esporte/aptidão física e as manipulações ideológicas da classe dominante.

A Crítico emancipatória tem como seu maior representante o Professor Elenor Kunz, e suas mais relevantes publicações *Educação física: ensino & mudanças* (KUNZ, 1991) e *Transformação didático-pedagógica do esporte* (KUNZ, 1994). Esta abordagem tem algumas semelhanças em objetivos com a crítico-superadora, na qual as práticas escolares reproduzem o contexto social, determinado pela indústria cultural e a massificação do conhecimento. Se nesta a proposta é superar as relações de poderes com a classe dominante do conhecimento, naquela a emancipação deve vir pela autocrítica, ou seja, pelo conhecimento de si mesmo, dos desejos, das ilusões e dos falsos interesses. A crítico emancipatória não rejeita a crítico-superadora, porém vai além, pois propõe uma crítica a respeito da própria alienação.

Outro momento distinto da EF no Brasil, e o último que abordaremos nesse capítulo, é a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. Neste documento, a EF adquire o *status* de componente curricular obrigatório e inicia a desconstrução do paradigma de ser apenas uma atividade. O conceito de Base Nacional Comum dá origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados nos dois anos seguintes, em 1997 para 1º ao 4º ano, e em 1998 para 5º ao 8º ano, e possuem um conteúdo em comum, que são os temas transversais: Saúde, Meio Ambiente, Ética, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, e Trabalho e Consumo, e os conteúdos próprios de cada componente. Entendida como cultura corporal na construção da cidadania, o princípio da inclusão, as dimensões dos conteúdos atitudinais, conceituais e procedimentais e os temas transversais perpassam as práticas.

Os PCNs para 1º ao 4º ano e 5º ao 8º ano são distribuídos em 10 volumes cada um, e os volumes sete e oito correspondem aos de EF, respectivamente. Esses documentos reúnem diversos conteúdos como conhecimentos sobre o corpo, esportes, jogos, lutas, ginásticas e atividades rítmicas e expressivas, todos entendidos como cultura corporal de movimento no exercício da cidadania. O entendimento de cultura presente neles possibilitou reunir os conteúdos historicamente aplicados na EF e também à ampliação destes numa perspectiva mais social para a cidadania. Percebemos que não foram desprezados os diversos aspectos que a caracterizaram ao longo do processo histórico, e sim que foram ressignificados visando colimar objetivos comuns. A ginástica está presente, os esportes, os jogos, o cuidado com o corpo, a promoção à saúde, a família, o trabalho e consumo, o meio ambiente, a orientação sexual, a diversidade entre outros, o que demonstra a construção de uma Educação Física inserida e produtora de cultura.

Considero que seja possível convergir esse prisma de abordagens construindo uma Educação Física mais crítica, mais social, mais humana, sem desprezarmos o legado dos que nos antecederam, todos com seus contributos e também paradigmas, que nada mais são que “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornece problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1991, p. 13), mas que devem ser superadas quando não satisfazem mais epistemologicamente.

Segundo Daolio (2004), o conceito de cultura renovou a educação física nas décadas de 1980 e 1990, e menciona no prefácio de seu livro que “Cultura corporal”, “cultura de movimento”, “cultura física”, “cultura corporal de movimento”, “cultura motora”, em suas diversas nomenclaturas, são faces do entendimento de que a cultura tornou-se o principal objeto conceitual da área no Brasil, iniciando o processo de libertação dos saberes estritamente biológicos e fisiológicos. “Qualquer abordagem de Educação Física que negue esta dinâmica cultural inerente à condição humana, correrá o risco de se distanciar do seu objetivo último: o homem como fruto e agente de cultura. Correrá o risco de se desumanizar” (DAOLIO, 2001, p. 38).

Ontem a Educação Física era entendida como promotora de hábitos saudáveis e higiênicos, depois como ordem e disciplina, mais adiante como força e hegemonia, há pouco tempo como esporte e, hoje, é compreendida como cultura do movimento.

É o movimento humano com determinado significado/sentido, que por sua vez, lhe é conferido pelo contexto histórico-cultural. O movimento que é tema da educação física é o que se apresenta na forma de jogos, de exercícios ginásticos, de esportes, de dança, etc. (BRACHT, 1992, p. 16).

Apesar de uma divisão didática e histórica da EF em períodos, percebemos que algumas concepções se mesclam durante os períodos e transições, e outras continuam presentes em novas perspectivas. Quando o professor de hoje diz aos alunos que EF faz bem à saúde e que é preciso beber água, algo do higienismo está presente, quando alguns personagens da escola esperam nele um disciplinador, ou quando alguém ao passar pelo lado de fora da escola vê-o utilizando um apito, e pensa: “olha lá o professor militar”, um pouco do militarismo está ali, ou quando no primeiro dia de aula ao perguntar para os alunos se alguém sabe dizer o que é EF e recebe como respostas: “é esporte”, “é jogar bola”, o esportivismo se faz presente e, indo mais além, quando qualquer aluno ingressa no processo de escolarização e por consequência recebe o ensino de EF como disciplina escolar, a pedagogização atingiu

um de seus objetivos. Nos períodos, há predominâncias de conceitos que sobrepõem outros, mas em nenhum deles podemos afirmar que antigos entendimentos não existem mais.

## 2 Livro didático: considerações iniciais

Neste capítulo faremos algumas considerações acerca do nosso objeto de estudo, como conceitos, temporalidade das pesquisas, abordagens, políticas de produção e, por fim, os livros didáticos de Educação Física e algumas propostas privadas e públicas. Fez-se necessário recorrer aos estudos e pesquisas sobre livro didáticos inseridos em outras áreas, já que em Educação Física o tema não está consolidado, tanto por causa do seu uso restrito, como a falta de contato com esta materialidade em relação às outras disciplinas.

### 2.1 Livro didático e conceitos

Para iniciar, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a definição em torno dos livros didáticos (LDs). Não que devamos ter unicidade de conceituação, longe disso, até porque talvez isso nem fosse possível na sua integralidade, mas com relação a convergir percepções para possibilitar o diálogo entre sujeitos. Todo livro pode ser utilizado como material didático, mas esse fato não o torna um LD como menciona Bunzen (2001).

Choppin (1980) afirma que são raros os estudos históricos que deram importância em definir esse objeto, como se sua aparência tão familiar determinasse uma realidade indiscutível e delimitações precisas, como se fosse de senso comum sua definição, sem defini-lo, mas ressalta que a questão deve ser levantada. Cita uma crônica de setembro de 1968 do jornal francês *Bibliographie de la France*:

livros didáticos são todos os livros produzidos com a intenção de servir à educação. Como tal, são dirigidos a todos os estudantes de todas as classes de todas as seções, para todos os exames e certificados e diplomas. Eles também são dirigidos aos professores: eles são destinados também aos mestres, primeiro indiretamente através do livro do aluno e, especialmente, em seguida, pelo livro do professor (CHOPPIN, 1980, p. 5).

Podemos encontrar algumas propostas expressivas com relação a conceitos e definições acerca da questão. Apesar das variações, perceberemos que há certos pontos de intersecção nos diversos entendimentos. A seguir, apresentamos a definição de livros didáticos para alguns autores:

didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática (LAJOLO, 1996, p. 2);

[...]

um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia (GÉRARD; ROEGIERS, 1998, p. 19);

[...]

Quanto à definição do livro didático, a sua fluidez, ao que parece, está relacionada ao lugar que esse dispositivo ocupa exatamente na cultura escolar, como se verá adiante. Uma definição provisória, adotada por muitos pesquisadores, enuncia que o livro didático é qualquer livro, em qualquer suporte - impresso em papel, gravado em mídia eletrônica etc. -, produzido explicitamente para ser utilizado na escola, com fins didáticos (MUNAKATA, 2016, p. 3);

[...]

“material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”; materiais “caracterizados pela seriação dos conteúdos”; “mercadoria”; “depositário de conteúdos educacionais”; “instrumento pedagógico”; “portador de um sistema de valores”; “suportes na formulação de uma História Nacional”; “fontes de registros de experiências e de relações pedagógicas ligados a políticas pedagógicas da época”; e ainda materiais “reveladores de ângulos do cotidiano escolar e do fazer-se da cultura nacional” (GATTI JÚNIOR, 1997, p. 2);

[...]

aquele constituído de um conjunto extenso de conteúdos curriculares, com progressão em unidades e favorecendo usos coletivos e individuais. E também como instrumento pedagógico inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, métodos e condições do ensino de seu tempo (MOREIRA, 2011, p. 16).

Como podemos perceber em diversos conceitos trazidos pelos autores, há pelo menos seis pontos em comum: a) literatura impressa ou não; b) sistematizados e estruturados; c) intencionalidade na elaboração; d) instrumento, ferramenta, suporte; e) destinado ao processo ensino e aprendizagem; e f) mercadoria, produto. Percebemos que os LDs são produzidos com intenção para determinados fins, por meio da escrita primeiramente, e otimizados posteriormente com imagens e gravuras e todo o processo editorial e de diagramação, sistematizado para atender a didática do ensino e para servir de intermediário entre o professor e o aluno. Como resultado final torna-se um produto, e mesmo no caso do LD público, quando o aluno o recebe sem indenizá-lo imediatamente, as editoras o comercializam.

A definição do objeto reveste-se de vital importância para que as pesquisas colimem entendimentos, afinal, o que podemos considerar por LD? Uma obra clássica da literatura brasileira como, por exemplo, Obras Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, amplamente utilizadas em sala de aula, seria um livro didático? Um atlas cartográfico ou fluvial utilizado em aulas de geografia também o é? Podemos considerar um dicionário de inglês/português usado nas aulas de Língua Inglesa como livro didático? O clássico

Dicionário Aurélio seria um? E mais precisamente em aulas de EF um livro contendo regras de determinado esporte é LD? E um atlas do corpo humano mostrando sistema muscular e esquelético? E um manual de ginástica sueca se for utilizado? Estas todas são questões pertinentes para um diálogo inteligível entre pesquisadores. Face estes entendimentos, longe de buscar uma definição única e inequívoca, já é possível diminuir algumas divergências ou ausências de conceitos e convergir direções para que, epistemologicamente, um conhecimento venha a contribuir com outros.

## 2.2 O livro didático como objeto/fonte historiográfico

O livro didático (LD) que historicamente foi relegado a apenas um objeto que serviu de aparelho de massificação ideológica das classes dominantes, têm despertado o interesse de alguns historiadores nas últimas décadas. Tal fato talvez se justifique e tenha sido possibilitado pela chamada Nova História, corrente historiográfica que teve como marco inicial a publicação da obra *Fazer a História*, organizada pelos franceses Jacques Le Goff e Pierre Nora, em 1974, contendo três volumes, os quais os próprios títulos remetem as suas propostas: *novos problemas*, *novas abordagens* e *novos objetos*. Neste espectro, os LDs passaram a serem vistos como possíveis fontes e objetos de historiografia. Ainda assim por muito tempo a academia negligenciou tal instrumento como fonte histórica, o qual passou a atrair a atenção de pesquisadores de diversos países nas ultimas décadas, mais intensamente a partir da década de 1990:

Citaremos, notadamente, para o Japão, Tomitaro Karasawa, *Kyôkasho no rekishi - kyôkasho to nihonjin no keisei* [História do livro didático - o livro didático e a formação dos japoneses] (Tóquio, 1956); para os Estados Unidos, Charles H. Carpenter, *History of American schoolbooks* (Philadelphia, 1963); para a Coréia, Chong Kuk Lee, *Han Kuk Kyo Kwa So* [Os livros didáticos da Coréia] (Seul, 1991); para a Nova Zelândia, Hugh Price, *School books published in New Zeland to 1960* (Palmerston North, 1992); para a França, Alain Choppin, *Les manuels scolaires: histoire et actualité* (Paris, 1992); para o Brasil, Circe Maria Fernandes Bittencourt, *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar* (Tese de doutorado, São Paulo, 1993); para a Espanha, Augustín Escolano Benito (Dir.), *Historia ilustrada del libro escolar em España*, 2 vol. (Madri, 1997-1998); para a Itália, Giorgio Chiosso (org.) *Il Libro per la scuola tra Sette e Ottocento* (Brescia, 2000) (CHOPPIN, 2004, p. 549).

Percebe-se que antes da década de 1990 apenas dois estudos foram apontados, mas que após este período, diversos outros começaram a emergir. Apesar dos estudos acerca do

LD terem crescido exponencialmente, não anula o fato da lacuna que estes deixaram no conhecimento do processo histórico. Um enorme hiato se fez por parte da comunidade acadêmica que negligenciou tal objeto. Alguns fatores são apontados por Choppin (2004) como prováveis influenciadores nessa omissão. Ele aponta quatro principais óbices ao estudo do LD: a) Primeiro, sobre a definição do objeto de estudo, com sua variedade de termos empregados que nem sempre mantém o mesmo significado para o mesmo vocábulo no decorrer dos anos, gerando ambiguidade; b) Segundo, a própria natalidade desse tipo de pesquisa ser ainda tão recente, com escassez de obras de síntese e pelo fato das pesquisas se constituírem basicamente de artigos, o que dificulta a localização; c) Terceiro, pelo crescimento vertiginoso que estas pesquisas apresentam, pois o LD é abordado sobre diversas perspectivas e ciências; d) E por fim, salienta especificamente a questão de diversidades de línguas, o que dificulta a localização nas bases de dados de um país para outro.

Munakata (2016), além da questão conceitual, aponta ainda para outra dificuldade, a do entendimento do que é cultura, cultura escolar e cultura material, pois devido às polissemias do próprio conceito de cultura, pode-se ou não considerar o LD como parte integrante da cultura da escola e, num sentido mais macro, como parte integrante de nossa própria cultura. Afinal como ele mesmo menciona, não há como negar que há coisas que só existem na escola, como por exemplo, o próprio livro didático. Prossegue dizendo em tom bem humorado que, mesmo na biblioteca de um colecionador excêntrico, ou na mesa de um avaliador ou pesquisador, a existência do livro didático só se justifica na escola e pela escola, ou seja, se não houvesse escola, não haveria livro didático, pelo menos não na concepção que temos dele.

Somados àqueles quatro óbices às pesquisas sobre LD listados por Choppin, poderíamos ainda acrescentar a repulsa no qual foi tomado tal instrumento, por motivos de ser identificado como portador de ideologias dominantes. Algumas publicações caracterizam bem esse pensamento, como *A ideologia no livro didático*, 1984, de Ana Lúcia G. de Faria, *Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros: prefácios cívicos e impressos no Brasil republicano*, tese de 2008, de Cleber Santos Vieira.

Os estudos realizados na década de 1970 e 1980 sobre o assunto eram marcados pela concepção de que o livro era uma construção da Indústria Cultural com objetivos ideológicos determinados. Essa ideia cristalizou-se entre muitos pesquisadores e intelectuais, determinando trabalhos acadêmicos que realizavam recortes de pesquisa dentro da própria concepção da Escola de Frankfurt, como é o caso do trabalho de Maria de Lourdes C.

Deiró, *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos* (FIALHO, 2007, p. 5).

Mesmo com os tantos obstáculos às pesquisas que utilizam LDs como objeto/fonte historiográfica, os esclarecimentos que tais estudos têm trazido ao entendimento dos processos sociais têm justificado estes trabalhos, pois os currículos escolares oficiais nem sempre traduzem com precisão o conhecimento que o aluno adquiriu no decorrer do processo de escolarização.

### 2.3 As pesquisas científicas sobre livros didáticos

“Até os anos de 1980, realizar investigações científicas sobre livros didáticos (como são chamados no Brasil) era um verdadeiro tabu” (MUNAKATA, 2003, p. 2). Restringir-se a esse universo de pesquisa era visto como servir de marionete do aparelho ideológico do Estado, principalmente durante o regime militar. Se ocupar desse objeto de estudo era ser conivente com as ideologias dominantes, era “colaborar com a ditadura” (MUNAKATA, 2003, p. 3). Fica aí imortalizado a expressão “muleta” pra designar os professores que utilizavam LDs em suas práticas pedagógicas, como se não fosse possível valer-se deles sem perder o gerenciamento das aulas, como se o simples fato de fazer uso dele já caracterizasse o profissional como alienado, acrítico ou “coxo por formação”. O autor cita em tom muito bem humorado um comentário feito a ele por um colega, na ocasião em que apresentou seu projeto de doutorado sobre produção de LD: “Para que serve isso? O que tem a ver com a Educação?” (MUNAKATA, 2003, p. 2).

O Brasil não fugiu às tendências e também iniciou suas perquirições acadêmicas em meados da década de 1980. Segundo Moreira (2006, p. 11), o marco inicial das pesquisas que se propuseram a apresentar um panorama das publicações acerca dos LDs no Brasil ocorre com a obra *O estado da arte do livro didático no Brasil*, de Barbara Freitag et al. (1987), a pedido do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), com a finalidade de apresentar o cenário da produção de LD no país, e é sucedida dois anos depois com *Que sabemos sobre o livro didático: catálogo analítico*<sup>14</sup>, publicado pela Faculdade de Educação da UNICAMP.

Cabe citar duas monografias apresentadas no curso de pedagogia da UNICAMP, e mesmo que tenham menos densidade, são dignas de nota por evidenciarem interesse no

---

<sup>14</sup>“É especialmente dedicado aos professores de 1º e 2º graus, visando auxiliá-los na análise crítica dos manuais escolares. Por isso, está organizado conforme as diversas áreas do currículo escolar.” Nota da Editora UNICAMP

assunto. *O Livro Didático Brasileiro*, de Cláudia Rathlef, de 1989 e *Utilização do livro didático: problema em questão*, de Sandra Helena Dolcimáscolo, de 1991, ambas com considerações bastante preliminares acerca dos LDs. A Educação Física também teve seu contributo, mesmo que esquecido no tempo, a pesquisa *Ginastica Jazz: guia para professores e alunos de Educação Física*, dissertação defendida por Maria Eugenia Penha Morato, em 1981, na Escola de Educação Física da USP. O trabalho não fazia discussões sobre o LD e suas perquirições, mas consistia em uma proposta de ser um guia, uma espécie de manual para ser utilizado por professores e alunos e, por esse motivo, a mencionamos aqui. Conceitualmente, a proposta de Morato seria classificada como paradidático, já que aborda um conteúdo específico.

Mas é em 1993 com a tese de doutoramento de Circe Bittencourt, intitulada *Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar*, defendida na USP, que se dá o “impulso inicial” à produção acadêmica no Brasil sobre o LD, mesmo que tenha sido publicada somente em 2008 sobre forma de livro, pois superava o “tabu” vigente de pesquisar LD, trazendo para discussão outros temas e possibilidades, muito além apenas da tão aclamada “denúncia ideológica” (MUNAKATA, 2012, p. 183).

O Professor Rui Vieira de Castro<sup>15</sup> inicia sua ata relativa ao I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares: Manuais Escolares - Estatuto, Funções, História, realizado na Universidade do Minho em 1998, com a seguinte interrogação: “Já agora, não se pode exterminá-los?”, bastante sugestiva por sinal, contrapondo os paradigmas de proibição do estudo do LD como fonte histórica, amparado pelo expressivo número de participantes do evento.

Outro evento que é pertinente lembrar é o Simpósio Internacional “Livro Didático: Educação e História”, realizado na USP em 2007, contando com 34 trabalhos aprovados e a submissão de 176 comunicações de pesquisadores de diversos países. A conferência de abertura foi proferida por Alain Choppin, considerado o maior pesquisador de LDs do mundo. O evento foi organizado pelo Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP (CMEUSP), por intermédio do grupo de pesquisadores do Projeto Temático “Educação e memória: organização de acervos de livros didáticos”.

---

<sup>15</sup>Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Minho. Corresponde ao cargo de Professor titular no Brasil. Atualmente, coordena o *Projeto Basic Education 3rd Cycle curriculum Development* (Timor-Leste), financiado pela UNICEF. É consultor do Ministério da Educação de Portugal. Foi Diretor, entre 1998 e 2003, da Revista Portuguesa de Educação.

Mesmo com todas essas dificuldades que estão atreladas a este campo de pesquisa, o volume de publicações continua em crescimento, segundo Emmel (2011, p. 51), 265 pesquisas foram publicados no período de 1999 a 2010, considerando a base SciELO e anais de eventos de educação nacionais. Munakata (2012, p. 181) aponta que entre os anos 2001 e 2011, cerca de 800 trabalhos produzidos sobre LD, prevendo ainda que esse número deve ter sido maior, por causa do aumento exponencial dessas pesquisas.

## **2.4 O livro didático e os números**

Outro aspecto relevante é o tempo gasto em sala de aula com o uso de LD. Todos nós nos lembramos de diversos momentos de nossa própria educação escolar no trato com tais instrumentos, a ponto de ser impossível desvincular nossas memórias das disciplinas escolares dos LD utilizados em cada uma delas.

Nos Estados Unidos, país bastante diferente do nosso, calcula-se que cerca de 75% do tempo em sala de aula é gasto no trabalho com livros didáticos, e que 90% do tempo de estudo em 214 casas são ancorados neste mesmo instrumento educacional. Em nosso país, não existem dados tão precisos quanto estes. Porém, é possível afirmar, com pouca chance de erro, que, no Brasil, encontramos-nos em um nível se não maior, pelo menos, muito próximo daquele que se apresenta nos Estados Unidos (GATTI JÚNIOR, 1999, p. 4).

Somados a esse número de 75% do tempo de sala de aula no uso do LD, podemos somar outro mais surpreendente ainda, o de 90% do tempo de estudo em casa utilizando o LD, conforme Apple (1995). Mas se os índices do tempo de uso de LD são impressionantes, as cifras relativas ao mercado destes objetos são ainda mais surpreendentes. Quando o assunto é a produção e a lucratividade das editoras com o comércio de LDs no Brasil, as estatísticas são ainda mais impactantes:

Dados dos últimos dez anos demonstram o crescimento e a predominância dos livros didáticos na produção das editoras nacionais. Segundo a Câmara Brasileira do Livro - CBL, em 1996, os livros escolares representaram 61% dos exemplares vendidos e 55% do faturamento do setor.

Na França, a título de comparação, as editoras, neste mesmo ano e nicho de mercado, concentraram aproximadamente 20% do negócio editoriais. As editoras norte-americanas, em 1980, concentravam cerca de 25% do seus negócios no ramo dos livros escolares, o que, em valores absolutos, alcançou 1,5 bilhão de dólares (GATTI JÚNIOR, 1999, p. 4).

Munakata (2012) cita a produção em 2009 de 386.367.136 exemplares de livros no Brasil, segundo dados da Câmara Brasileira do Livro, sendo que deste montante 183.723.605 exemplares (47,55%) correspondiam a 19.721 títulos de obras didáticas da Educação Básica. Ainda em 2009, a venda de livros no país chega à marca de 371 milhões de unidades, sendo que os LDs corresponderam a 207 milhões de exemplares (55,79%). Num universo de faturamento total de 3,38 bilhões de reais, 1,73 bilhões correspondem a LD, ou seja, mais da metade.

Estes montantes explicam o interesse da indústria do livro pela produção de LDs. O próprio escritor e editor Monteiro Lobato, declarou estratégia de produção em uma carta de 1º de dezembro de 1923, dizendo estar “refreando as edições literárias para intensificação das escolares”. (MUNAKATA, 2012, p. 59). Esses fatores contribuem para que o honorável autor insira seus personagens lúdicos às edições didáticas, como cita Alcanfor (2010), *Reinações de Narizinho* (1931), *História do mundo para as crianças* (1933), *Emília no país da gramática* (1934), e *Aritmética da Emília e Geografia de Dona Benta*, ambas de 1935, *Dom Quixote das crianças* (1936), dentre outros.

O Ministério da Educação cria em 1937 o Instituto Nacional do Livro (INL) por meio do Decreto-Lei nº 93 de 21 de dezembro e, mesmo que em 30 de dezembro do ano posterior o Presidente Getúlio Vargas tenha assinado o Decreto-Lei nº 1.006, criando a Comissão Nacional do Livro Didático<sup>16</sup> (CNLD) que estabelecia as condições de produção, importação e utilização do livro didático no país. Nesse ambiente de políticas e publicações, impossível esquecer o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), criado em 1985, por meio do Decreto Nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, mesmo que o discurso do Ministério da Educação e Cultura (MEC) considere em seu sítio oficial que o programa tenha surgido em 1929, com outra denominação, Cassiano (2017). Em 1966, um acordo entre MEC e Usaid (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional) resultou na criação de outra comissão, a Colted<sup>17</sup>, o que permitiu a distribuição gratuita de 51 milhões de livros por um período de três anos. Em 1976, o Estado assume a compra de considerável parcela da produção de LD nacional e o INL é extinto, logo a Fename<sup>18</sup> torna-se responsável pela execução do programa do livro didático, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para

---

<sup>16</sup>Composta por 15 membros nomeados diretamente pelo Presidente da República, escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, que tinham competência para dispor sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático (FRANCO, 1982 apud CASSIANO, 2007, p. 19).

<sup>17</sup>Colted - Comissão do Livro Técnico e Livro Didático

<sup>18</sup>Fename - Fundação Nacional do Material Escolar. Para saber mais sobre ambas as instituições, ver artigo As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a COLTED e a FENAME (FILGUEIRAS, 2015).

participação das Unidades da Federação, os estados. Em 1983, em substituição a Fename, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Em 2002, o PNLD atinge recorde mundial e é citado pelo *Guinness Book* como o maior programa de avaliação e distribuição de LDs do mundo (MACIEL, 2014).

## 2.5 O livro didático de Educação Física

A Educação Física (EF) enquanto disciplina escolar adquire sua maioria em 1996, com as Leis de Diretrizes e Bases promulgadas naquele ano. Ela que até então era “apenas” uma atividade, a partir de então passava a condição de componente curricular obrigatório. Esse talvez um dos motivos para que a EF não utilize historicamente o LD (SOARES JUNIOR, 2015). Em nossas pesquisas iniciais, antes mesmo de nos propormos a realizar um balanço de pesquisas, havíamos buscado identificar livros didáticos de Educação Física (LDEF) em bibliotecas de obras didáticas<sup>19</sup>, e encontramos 25 títulos utilizados ao longo do processo histórico da disciplina. Como não tivemos acesso ao conteúdo destas obras, não é possível ainda apontar o público para quem elas foram elaboradas, se para o professor, para o aluno, ou para ambos.

Fato é que elas estão catalogadas como obras didáticas e para maiores aprofundamentos teríamos que analisar o teor de cada uma delas. Considerando apenas o título e algumas informações contidas nas descrições, podemos presumir que grande parte delas é do período higienista, momento este que a EF ainda era guiada pelo preceito médicos e militares. São manuais de instrução destinados aos professores em sua maioria. Fizemos uma breve síntese destes títulos encontrados nessas bibliotecas, e, somados outros 24 que encontramos no decorrer de nossa pesquisa, registramos no Apêndice B as 49 obras no período entre 1828 a 2014.

Segundo Soares Junior et al. (2015), é somente em 1976 que ocorre a primeira proposta de LDEF dentro dos conceitos considerados por nós, ou seja, o de servir de intermediário entre professor e aluno e que contenha conteúdos sistematizados. É o *Trabalho Dirigido de Educação Física* (TDEF) do Professor Hudson Ventura Teixeira, obra que seria revisada e publicada com alterações em 1996, sob o nome de *Educação Física e Desportos*, ambas do mesmo autor e destinadas a alunos a partir do sexto ano do fundamental. Esta

---

<sup>19</sup>Explicaremos melhor no capítulo 3, metodologia.

possuía a mesma ordem dos mesmos conteúdos temáticos daquela, apenas acrescido das unidades futebol/futsal e ginástica olímpica.

Como primeira proposta de livro didático público de EF, destacamos a publicação do Estado do Paraná, que em 2006 propõe uma coleção de livros didáticos públicos e, entre eles, o de Educação Física. Elaborado por meio do Projeto Folhas no qual os professores da rede de ensino público do Paraná enviavam àquela secretaria de educação “folhas” contendo proposta de conteúdo. Este LD é utilizado ainda hoje naquele estado. Fato é que este projeto abriu caminhos e apontou tendências, pois depois dele, outras propostas surgiram por parte de estados e municípios, entre elas podemos citar: a) Educação Física: linguagens, códigos e suas tecnologias, em 2009, no Estado de São Paulo; b) Lições do Rio Grande - Referenciais Curriculares, cadernos do professor e do aluno, também em 2009, no Rio Grande do Sul; c) Roteiros de Atividades, Educação Física – Fundamental 6º ao 9º ano, em Minas Gerais; e) Guias de Orientações para a Intervenção Pedagógica do Estado do Espírito Santo; f) Livro Didático Público de Educação Física da Prefeitura de João Pessoa-Paraíba em 2012; e g) Cadernos Pedagógicos do Município do Rio de Janeiro, em 2014.

As demais disciplinas escolares tradicionalmente fazem uso do LD e, historicamente, há um elevado número de volumes e edições, mas “para se ter uma ideia no levantamento realizado pelo LIVRES<sup>20</sup>, de 1990 até 2007, foram publicados 653 livros didáticos de história e 698 de português, já em relação à Educação Física nenhum livro foi catalogado nesse período” (SOARES JUNIOR et al. 2010, p. 485). É que “historicamente, as aulas de EF se restringiam (e até certo ponto se mantêm assim) a oferecer um conhecimento que advém da repetição e da prática dos movimentos” (DARIDO et al., 2010, p. 3), o que de certa forma afastou a disciplina do uso dos LDs, destinados aos alunos e, em menor grau, também aos professores.

Como podemos perceber no decorrer deste capítulo, o livro didático, em seus desenvolvimentos históricos, enfrenta sérios preconceitos e hostilidades, por ser considerado aparelho de ideologias dominantes e sem conteúdo historiográfico, e que essa “cisma” está sendo superada gradativamente por pesquisas que o consideram como fonte de dados importantes. No que tange os livros didáticos de Educação Física, percebe-se que foram utilizados historicamente e que há interesse por parte dos pesquisadores em estudá-los e em realizar novas propostas. Por parte das políticas públicas de educação, em alguns estados brasileiros, o LDEF já é uma realidade, pois há diversos títulos catalogados que merecem ser

---

<sup>20</sup>Banco de dados de livros didáticos brasileiros. Teve início em 1994 na Faculdade de Educação da USP.

melhor compreendidos. Assim sendo, passamos agora ao processo metodológico de nossa pesquisa.

### 3 Metodologia e análises de conteúdo

Neste capítulo descreveremos os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar nossos objetivos e faremos as análises qualitativa e quantitativa para codificar os dados encontrados. Na primeira distribuímos o *corpus* documental geograficamente e temporalmente, no intuito de identificar os locais e a temporalidade em que foram produzidos, e na segunda classificamos em eixos temáticos para melhor compreender os objetivos e abordagens de cada produção. A apresentação detalhada do conjunto de fontes que constituiu nosso *corpus* documental compõe o Apêndice A.

#### 3.1 Procedimentos metodológicos de busca e apresentação sumária das fontes

Esta pesquisa pretendeu compreender melhor o processo histórico da educação física no Brasil enquanto disciplina escolar, utilizando como fonte as pesquisas sobre livro didático de Educação Física (LDEF) e produzir uma síntese destas pesquisas, aproveitando as portas que foram abertas por pioneiros que passaram a estudar a história das disciplinas escolares e os livros didáticos em estudos historiográficos como André Chervel e Alain Choppin.

Para isso realizamos uma investigação semelhante ao que fez Souza Júnior et al. (2015), com a diferença que objetivamos ampliar o campo de pesquisa, incluindo outras bases de dados, bem como considerar revistas e repositórios sem critério de qualis/CAPES<sup>21</sup>, tendo em vista identificar preocupações com o tema em diversos momentos históricos, na tentativa de perceber possíveis movimentos em torno do estudo de LDEF em diversos espaços-tempo. Choppin (2004, p. 16) enfatiza a necessidade de se produzir documentos de síntese sobre o LD das diversas disciplinas escolares para servir de guia e facilitar pesquisas futuras.

Neste contexto, seguindo o que foi sugerido por Alain Choppin, na tentativa de esclarecer aquele universo de questionamentos que nos instigaram em 2015, sobre a existência de LDEF em bibliotecas escolares, passamos à tentativa de localizar e identificar

---

<sup>21</sup>O Qualis-Periódicos é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

É importante ressaltar que apenas os periódicos que tenham recebido produção no ano ou período de classificação serão listados e classificados, portanto, não se trata de uma lista exaustiva de periódicos, mas sim uma lista de periódicos efetivamente utilizados pelos programas de pós-graduação no período em análise.

O aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos é o Web Qualis, e pode ser acessado em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas>>.

livros didáticos que tenham sido utilizados no processo histórico da disciplina EF. Com essa primeira intenção investigativa utilizamos duas bases de dados, o MANES<sup>22</sup> e o LIVRES<sup>23</sup>. No primeiro localizamos cinco obras. Duas publicações brasileiras, o *Programa Experimental do Ensino Pré-primário e Elementar do Estado da Bahia* (1944), e *Jogos infantis na escola elementar*, do Ministério da Educação e Cultura, INEP e CALDEME, duas publicações de autores portugueses: *Hoje há educação física: 3º ciclo* (2003), de João Barata, e *Ser activo: Educação física: 3º ciclo* (2004), de Jorge Abrantes, e uma publicação britânica de 1948, *Athletics*. Já na segunda base de dados alguns títulos mais antigos estão catalogados, num total de 23 obras. São duas obras ainda do Período Imperial, mais precisamente do Segundo Reinado, 20 do Brasil República, sendo seis da República Velha, cinco da Era Vargas, duas da República Populista e uma dos Governos Militares e, por fim, sete pós Regime Militar, totalizando 28 obras (APÊNDICE B).

Como o objetivo inicial era identificar e selecionar livros didáticos de educação física (LDEF) utilizados ao longo do percurso da disciplina no Brasil, analisar os conteúdos incorporados e desvendar se esses conteúdos poderiam ter influências na construção das diversas abordagens pedagógicas da Educação Física escolar, e o resultado da busca de obras foi bastante expressiva. Este intento tornou-se inviável por ora, já que o projeto necessitaria de um tempo mais amplo devido à originalidade dos objetivos e densidade da metodologia, bem como a dificuldade que teríamos em acessar o conteúdo das obras encontradas. Em face destes possíveis escolhos, optamos por realizar um balanço das pesquisas que tiveram como objeto de estudo o LDEF, bem como suas aplicações históricas, nos diversos ambientes escolares, postergando a análise pormenorizada de tais obras em futuros projetos de pesquisa.

Neste novo contexto de pesquisa, foram consideradas as bases de dados CAPES<sup>24</sup>, SciELO<sup>25</sup>, LILACS<sup>26</sup>, NUTESSES<sup>27</sup>, CRUESP<sup>28</sup>, PROTEORIA<sup>29</sup>, Oasis IBICT e BDTD

---

<sup>22</sup>Centro de Investigación MANES, *Manuales Escolares* – criado em 1992 pela *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (UNED), com sede em Madrid – Espanha. É um centro de investigação interuniversitário dedicado ao estudo histórico dos livros didáticos da Espanha, Portugal e América Latina, especialmente nos séculos XIX e XX. Disponível em: <<http://www.centromanes.org>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

<sup>23</sup>Banco de dados de livros didáticos brasileiros. Teve início em 1994 na Faculdade de Educação da USP e tem por objetivos referenciar, preservar, divulgar e localizar os livros didáticos brasileiros para auxiliar pesquisas sobre o tema. Disponível em: <<http://www2.fe.usp.br:8080/livres/#>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

<sup>24</sup>Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

<sup>25</sup>Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

<sup>26</sup>Disponível em: <<http://lilacs.bvsalud.org/>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

<sup>27</sup>Disponível em: <[http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde\\_busca/](http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde_busca/)>. Acesso em: 21 dez. 2016.

<sup>28</sup>Disponível em: <<http://www.repositorio.cruesp.sp.gov.br/>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

<sup>29</sup>Disponível em: <<http://proteoria.org/modules/publisher/search.php>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

IBICT<sup>30</sup>. Os descritores utilizados a priori foram “livro didático educação física”, mas também foram considerados termos correlatos como “texto didático”, “material impresso”, “obra didática”, “manual didático”, “livro texto”, “libro de texto”, “manual escolar”, “compêndio”, “cartilha”, “textbook”, “livro de conteúdo” e “livro escolar”. Todas estas 12 variações sempre acompanhadas de “educação física” entre aspas duplas. As buscas foram feitas no singular e também no plural. Nas bases de dados foram pesquisados simultaneamente nos campos título, resumo e assunto, sempre utilizando os operadores “E” e “OU”.

A diversidade de denominações e a instabilidade de conceitos são antigas. No final do século XIX e início do século XX, as nomenclaturas “manual” e “compêndio” foram muito utilizadas. Os termos “manual escolar” e “livro texto” são comuns em traduções e obras em língua espanhola e inglesa, respectivamente e, atualmente, já se percebe uma convergência no uso do termo “livro didático”. No Decreto-Lei Nº 1.006 de 1938, podemos perceber que o LD é tratado de várias formas:

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Durante a pesquisa nas bases de dados não houve restrição cronológica nas buscas, pois justamente esta era uma das questões a ser investigada, ou seja, a primeira publicação encontrada demarcaria o início de nosso recorte temporal. Após os procedimentos metodológicos de busca, avaliação e seleção, utilizando os princípios de exaustividade, homogeneidade e pertinência, como sugere Bardin (1977 apud MOREIRA, 2006), chegamos às fontes que foram analisadas e consideradas nesta pesquisa. Os resultados de busca nos forneceram um total de 69 produções e, após examinadas todas pormenorizadamente, concluímos que algumas, apesar de conter os descritores no resumo, não tinham como objeto e nem fonte o LDEF. Finalizada essa etapa de análise inicial do conteúdo, selecionados 45 produções bibliográficas com base nos nossos procedimentos e critérios de seleção e busca,

---

<sup>30</sup>As bases de dados BDTD IBICT (teses e dissertações) e Oasis IBICT (além de teses e dissertações inclui monografias, artigos e capítulos) foram bastante expressivas, pois iniciamos a pesquisa pelas demais bases, e quando fomos vasculhar estas duas, encontramos cerca de 80% dos resultados anteriores, ou seja, se tivéssemos iniciado a busca por estas duas haveríamos otimizado o tempo de pesquisa. Disponível em:<<http://bdttd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 23 dez. 2016; Disponível em:<<http://oasisbr.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

sendo: cinco teses, 15 dissertações, quatro pesquisas monográficas apresentadas como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 21 artigos. No Quadro 1 apresentamos esses 45 trabalhos contendo título, tipo de pesquisa e autor-data, ordenamos pela ordem alfabética do sobrenome dos autores.

**Quadro 1 - Apresentação sumária das fontes**

<b>Pesquisa</b>	<b>Tipo</b>	<b>Autores (as)</b>
Livro didático nas aulas de Educação Física escolar: utopia ou realidade? Análise no contexto de Irati – PR	Artigo	Alves; Timossi; Santos (2009)
Sistematização do conhecimento declarativo em educação física escolar de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental	Artigo	Antunes; Dantas (2010)
Hip Hop na escola: para além da proposta curricular do Estado de São Paulo	TCC	Barros (2013)
A utilização de material didático impresso para o ensino de um modelo de classificação do esporte na educação física escolar	Tese	Barroso (2015)
Das prescrições às práticas de pesquisa/formação compartilhadas: o lugar do livro didático na educação física	Dissert	Bolzan (2014)
Propostas didático-pedagógicas e suas projeções para o ensino da educação física	Artigo	Bolzan; Santos (2015)
Análisis de libros de texto en Brasil y en España: una introducción al tema en el área de Educación Física	Artigo	Botelho; Neira (2014)
Discussão sobre o livro didático na educação física a partir da proposta do Estado do Paraná e da cidade de João Pessoa	Dissert	Carlos (2016)
O livro como recuso didático no ensino do futebol	Dissert	Carmo (1999)
O livro didático público de educação física para o ensino médio do Estado do Paraná: uma proposta marxista?	Dissert	Costa (2014)
A construção de um livro didático na educação física escolar: discussão, apresentação e análise	Artigo	Darido et al. (2008)
Livro didático na Educação Física escolar: considerações iniciais	Artigo	Darido et al. (2010)
Livro didático uma ferramenta possível de trabalho com a dança na Educação Física Escolar	Artigo	Diniz; Darido (2012)
Análise dos livros de atletismo como subsídio para o seu ensino no campo escolar	Dissert	Faganello (2008)
Atletismo e promoção da saúde nos livros-texto brasileiros	Dissert	Ferreira (1993)
Pluralidade cultural e Educação Física: elaboração de material didático	TCC	Ferreira (2011)
A Educação Física escolar, o basquetebol e o livro didático: avaliação do contexto da aprendizagem	TCC	Fraiha (2012)
Avaliação da utilização do livro didático com conteúdos de basquetebol nas aulas de educação física a partir da opinião de alunos	Artigo	Fraiha et al. (2016)

Pedagogia do esporte: O livro didático como um mediador no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos	Dissert	Galatti (2006)
Pedagogia do Esporte: livro didático aplicado aos Jogos Esportivos Coletivos	Artigo	Galatti; Paes; Darido (2010)
Livro didático público de educação física do Estado do Paraná: potencial formativo	Dissert	Gilioli (2013)
Livro didático como tecnologia educacional: uma proposta de construção coletiva para a organização curricular do conteúdo voleibol	Tese	Impolcetto (2012)
Mobilização para o saber, discurso pedagógico e construção de identidades: uma análise do livro didático público de Educação Física do Estado do Paraná	Tese	Marangon (2009)
A saúde nos livros didáticos no Brasil: concepções e tendências nos anos iniciais do ensino fundamental	Tese	Monteiro (2012)
A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa	Artigo	Moreno (2015)
O manual didático de educação física na relação educativa: uma abordagem contemporânea	Artigo	Neves (2011)
Educação Física e atividades circenses: "O estado da arte"	Artigo	Ontañón; Duprat; Bortoleto (2012)
Relações raciais no livro didático público do Paraná	Dissert	Pacífico (2011)
Estereótipos de gênero nas imagens dos livros didáticos de Educação Física do Brasil	Artigo	Palomares; Altmann; Cao (2015)
O trato com o conhecimento da ginástica: um estudo sobre possibilidades de superação	Artigo	Paraíso (2011)
O livro como ferramenta pedagógica para a inserção da educação física e da ginástica no ensino público primário paranaense (fim do século XIX e início do século XX)	Artigo	Puchta; Oliveira (2015)
Basquetebol na escola: construção, avaliação e aplicabilidade de um Livro Didático	Dissert	Rodrigues (2009)
O livro didático na Educação Física escolar: a visão dos professores	Artigo	Rodrigues; Darido (2011)
A Educação Física na escola e suas interfaces com os conteúdos de História e Ciências nos livros didáticos	Dissert	Rosário (2006)
Os conteúdos escolares das disciplinas de história e ciências e suas relações com a organização curricular da Educação Física na escola	Artigo	Rosário; Darido (2012)
"Campos de luta": o processo de construção coletiva de um livro didático na Educação Física no ensino médio	Dissert	Rufino (2012)
Livro didático e educação física escolar: interlocuções e entrelaçamentos	TCC	Rufino (2013)
Tema transversal ética nas aulas de Educação Física: avaliando o processo de implementação de um livro didático	Artigo	Rufino; Darido (2011)

Educação física escolar, tema transversal, saúde e livro didático: possíveis relações durante a prática pedagógica	Artigo	Rufino; Darido (2013)
Temas transversais e livro didático: possibilidades para a Educação Física escolar brasileira	Artigo	Rufino et al. (2012)
Valores em jogo: possibilidades para Educação Olímpica na Educação Física escolar	Dissert	Santos (2012)
Estratégias de Ensino e Recursos Pedagógicos para o Ensino do Aluno com Deficiência Visual na Atividade Física Adaptada	Tese	Seabra Junior (2008)
Educação Olímpica no ensino médio: validação qualitativa de um material didático de educação em valores por meio do esporte	Dissert	Silva (2014)
O professor da moda: Arthur Higgins e a Educação Física no Brasil (1885-1934)	Dissert	Souza (2011)
Educação Física e livro didático: entre o hiato e o despertar	Artigo	Souza Júnior et al. (2015)

Fonte: Elaborado pelos autores

### 3.2 Codificação das fontes

A codificação das fontes é a sistematização dos dados brutos selecionados na pesquisa bibliográfica, ordenando por particularidades e características, imprimindo unidades aos dados, possibilitando apontar quantificações e qualificações de determinados grupos de elementos (Bardin, 1977 apud MOREIRA, 2006). De posse das 45 pesquisas que compuseram no nosso conjunto de fontes, buscamos estabelecer relações entre elas que pudessem indicar congruências e similaridades. O fator geográfico das produções pode apontar qual segmento da comunidade científica está mais interessada no assunto, e ao agrupá-las temporalmente, é possível estabelecer uma relação entre a produção e o contexto social, político e econômico nas quais foram publicadas.

O intuito de identificar as abordagens que direcionaram tais pesquisas pode balizar os paradigmas vigentes naquele contexto científico e as tendências que estavam imersos os pesquisadores. Considerando que um saber influencia outros saberes construídos a partir dele, é comum que em alguns momentos pesquisas contemporâneas entre si denotem um mútuo entrelaçamento. Face estas questões, buscamos tecer uma teia de interconexões com intuito de trazer a lume o interesse acadêmico por livros didáticos de Educação Física.

Inicialmente, percebemos que das 45 fontes, apenas oito não foram produzidas em programas de pós-graduação em Educação Física ou periódicos da área. As oito pesquisas que destoaram, três teses, três dissertações e dois artigos, foram produzidas em programas de pós-

graduação e periódicos de educação, ou seja, apenas 17,7% são da área de educação e os demais 82,3% são de programas de pós-graduação e periódicos de Educação Física.

### 3.3 Análise quantitativa

Num primeiro momento apresentamos um mapeamento quantitativo das pesquisas que tiveram por objetivo/fonte o LDEF, considerando-os em dois aspectos de produção, o geográfico e o temporal. No Quadro 2, distribuimos as 45 pesquisas selecionadas conforme a localização e instituição, sendo que, para as teses, dissertações e TCC consideramos a instituição na qual eles foram produzidos, e para os artigos científicos, o local onde o trabalho foi produzido e, quando isto não foi possível, o periódico no qual ele foi publicado.

**Quadro 2 - Distribuição geográfica das pesquisas sobre LDEF**

Região	Estado	Universidade	Qtde	Autores (as)
Sudeste	São Paulo	UNESP	21	Rosário (2006)
				Darido et al. (2008)
				Faganello (2008)
				Seabra Junior (2008)
				Rodrigues (2009)
				Darido et al. (2010)
				Galatti; Paes; Darido (2010)
				Rodrigues; Darido (2011)
				Ferreira (2011)
				Neves (2011)
				Rufino; Darido (2011)
				Diniz; Darido (2012)
				Rufino et al. (2012)
				Fraiha (2012)
				Impolcetto (2012)
				Rufino (2012)
				Barros (2013)
				Rufino (2013)
				Rufino; Darido (2013)
				Barroso (2015)
		Fraiha et al (2016)		
				Antunes; Dantas (2010)
				Monteiro (2012)

		<b>USP</b>	3	Rosário; Darido (2012)	
		<b>UNICAMP</b>	2	Carmo (1999)	
				Galatti (2006)	
				<b>26</b>	<b>TOTAL SÃO PAULO</b>
	<b>Espírito Santo</b>	<b>UFES</b>		3	Silva (2014)
					Bolzan (2014)
					Santos (2012)
				<b>3</b>	<b>TOTAL ESPÍRITO SANTO</b>
	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>UFRJ</b>		1	Ferreira (1993)
				<b>1</b>	<b>TOTAL RIO DE JANEIRO</b>
	<b>Minas Gerais</b>	<b>UFMG</b>		2	Puchta; Oliveira (2015)
					Moreno (2015)
		<b>UFJF</b>		1	Souza (2011)
				<b>3</b>	<b>TOTAL MINAS GERAIS</b>
	<b>TOTAL DA REGIÃO SUDESTE</b>			<b>33</b>	
<b>Sul</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>UFRGS</b>	3	Ontañón; Duprat; Bortoleto (2012)	
				Botelho; Neira (2014)	
				Palomares; Altmann; Cao (2015)	
		<b>UNISC</b>		1	Alves; Timossi; Santos (2009)
				<b>4</b>	<b>TOTAL RIO GRANDE DO SUL</b>
	<b>Paraná</b>	<b>UFPR</b>		3	Marangon (2009)
					Pacífico (2011)
					Costa (2014)
		<b>UEM</b>		2	Gilioli (2013)
					Bolzan; Santos (2015)
			<b>5</b>	<b>TOTAL PARANÁ</b>	
<b>Santa Catarina</b>	<b>UFSC</b>		1	Paraíso (2011)	
			<b>1</b>	<b>TOTAL SANTA CATARINA</b>	
<b>TOTAL DA REGIÃO SUL</b>			<b>10</b>		
<b>Nordeste</b>	<b>Rio G. do Norte</b>	<b>UFRN</b>	1	Carlos (2016)	
	<b>Pernambuco</b>	<b>UPE</b>	1	Souza Júnior et al. (2015)	
<b>TOTAL DA REGIÃO NORDESTE</b>			<b>2</b>		
<b>TOTAL DE PUBLICAÇÕES: 45</b>					

Fonte: Elaborado pelos autores tendo como modelo Moreira (2006)

Percebemos neste quadro que das 45 pesquisas, 33 foram produzidos/publicados na Região Sudeste, ou seja, 73,3% nesta região. A Região Sul é a segunda com 10 publicações,

somando 22,2%, e a Região Nordeste com duas, num percentual de 4,4%. Na Região Norte e na Região Centro-Oeste não identificamos nenhuma produção, o que reveste nossa pesquisa de importância no contexto desta última região. É de nota que das 33 pesquisas encontradas na Região Sudeste, 26 são do Estado de São Paulo, e destas, 20 somente da UNESP, campus de Rio Claro, o que talvez se justifique pelo fato daquela universidade manter o LETPEF (Laboratório de Estudos e Trabalhos Pedagógicos em Educação Física), certificado pelo CNPq.

Outro fator a ser observado é que 10 dos 24 trabalhos (teses, dissertações e TCC) foram orientados por Suraya Cristina Darido, Professora Adjunta da UNESP – Rio Claro, sendo duas das cinco teses, quatro das 15 dissertações e os quatro TCCs, ou seja, estes últimos constituem a totalidade das pesquisas monográficas selecionadas. Ela ainda é autora/coautora de 10 de um total de 21 artigos, ou seja, metade desse número. Em resumo, ela tem participação em 40% das teses, 26,7% das dissertações, 100% dos TCC e 47,6% dos artigos, o que nos autorizaria dizer que ela é referência em pesquisas sobre LDEF no Brasil.

Num segundo momento das codificações quantitativas, distribuimos as pesquisas por ordem cronológica de produção/publicação, no Quadro 3:

**Quadro 3 - Distribuição temporal**

Ferreira (1993)	Dissert	Santos (2012)	Dissert
Carmo (1999)	Dissert	Fraiha (2012)	TCC
Rosário (2006)	Dissert	Diniz; Darido (2012)	Artigo
Galatti (2006)	Dissert	Ontañón; Duprat; Bortoleto (2012)	Artigo
Faganello (2008)	Dissert	Rosário; Darido (2012)	Artigo
Seabra Junior (2008)	Tese	Rufino et al. (2012)	Artigo
Darido et al. (2008)	Artigo	Rufino (2013)	TCC
Rodrigues (2009)	Dissert	Barros (2013)	TCC
Marangon (2009)	Tese	Gilioli (2013)	Dissert
Alves; Timossi; Santos (2009)	Artigo	Rufino; Darido (2013)	Artigo
Antunes; Dantas (2010)	Artigo	Silva (2014)	Dissert
Darido et al. (2010)	Artigo	Costa (2014)	Dissert
Galatti; Paes; Darido (2010)	Artigo	Bolzan (2014)	Dissert
Pacifico (2011)	Dissert	Botelho; Neira (2014)	Artigo
Ferreira (2011)	TCC	Barroso (2015)	Tese
Souza (2011)	Dissert	Bolzan; Santos (2015)	Artigo

Neves (2011)	Artigo	Moreno (2015)	Artigo
Paraíso (2011)	Artigo	Palomares; Altmann; Cao (2015)	Artigo
Rodrigues; Darido (2011)	Artigo	Puchta; Oliveira (2015)	Artigo
Rufino; Darido (2011)	Artigo	Souza Júnior et al. (2015)	Artigo
Rufino (2012)	Dissert	Carlos (2016)	Dissert
Monteiro (2012)	Tese	Fraiha et al. (2016)	Artigo
Impolcetto (2012)	Tese	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores

**Tabela 1- Taxa de produção por década**

PERÍODO	Tese	Dissertação	TCC	Artigo	Total	Taxa %
1993 a 2000	-	2	-	-	2	4,4%
2001 a 2010	2	4	-	5	11	24,4%
2011 a 2016	3	9	4	16	32	71,1%
<b>1993 a 2016</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>21</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores

Na tabela acima, codificamos em números os dados da tabela 3. Podemos perceber que o início do período é 1993, em razão da primeira fonte encontrada e a última década é reduzida por motivo de estar delimitada pelo presente ano. Na década de 1990 a produção foi bem reduzida, o que contrasta com as pesquisas de LDs de português e história, por exemplo, que naquele instante já eram mais assíduas. Na década de 2000, a EF começa a fomentar essas discussões, enquanto isso outras disciplinas já despontavam em suas investigações, pois somente na década 2010 a EF ingressa de maneira mais sólida nessa temática. Considerando estes dados, poderíamos dizer que a Educação Física possui um déficit de aproximadamente uma a duas décadas em relação às outras disciplinas escolares em assunto de pesquisas sobre LDs.

Na década de 1990, há duas publicações sobre LDEF, as dissertações *Atletismo e promoção da saúde nos livros-texto brasileiros* (FERREIRA, 1993), e *O livro como recurso didático no ensino do futebol* (CARMO, 1999), mas ambas já fazem discussões acerca do assunto, apesar da utilização do termo “livros-texto” em 1993 e “livro como recurso didático” em 1999 demonstrarem uma instabilidade de conceito e uma variação de termos para designar as mesmas materialidades didáticas. Uma hipótese para isto talvez seja o fato das discussões sobre LD nas décadas de 1980 e 1990 serem revestidas de certo preconceito, menosprezado por alguns, hostilizado por muitos, o que talvez tenha causado certo desconforto no

pesquisador ao denominar o material, ainda mais numa área como a EF, que tradicionalmente não faz uso desse instrumento.

Nas décadas de 2000 e 2010, até o corrente ano, há evidências do crescimento das publicações sobre LDEF, o que corrobora com Choppin (2004), quando cita pesquisas sobre LD em âmbito mundial, com apenas duas pesquisas antes de 1990. Como citamos anteriormente, lembrando Munakata (2003), até 1980 era um tabu realizar pesquisas sobre LD, o que talvez também tenha influenciado localizarmos apenas um trabalho nesse sentido sobre LDEF. Os dados temporais desta pesquisa nos permite apontar que o crescimento de pesquisas de LDEF segue proporções semelhantes a pesquisas sobre livro didático de história (LDH), pois como demonstra Moreira (2006, p. 74), numa pesquisa bibliográfica com recorte temporal de 1980 a 2005, 19,5% das pesquisas de LDH são da década de 1980, 39,2% de 1990 e 41,3% de 2001 em diante.

### 3.4 Análise qualitativa

Num terceiro momento, buscando realizar uma análise qualitativa, consideramos as abordagens que os autores utilizaram nas 45 pesquisas. Durante uma leitura preliminar, chamada por Bardin (1977 apud MOREIRA, 2006) de flutuante, na qual o pesquisador deixa se influenciar por impressões e orientações, consideramos, para fins metodológicos, cinco abordagens que estão bem caracterizadas em eixos temáticos distintos: análise de conteúdo (AC), proposta (P), discussão (D), avaliação (A) e pesquisa bibliográfica (PB). Consideramos **análise de conteúdo** as pesquisas que objetivaram analisar o conteúdo presente nos LDEF, independente do tipo de análise a que se propuseram; como **proposta**, consideramos todas as tentativas de propor conteúdos em forma de livros, e demais materialidades e tecnologias para a Escola; como **discussão** as pesquisas que dialogam sobre LD no ensino de EF, sem necessariamente abordar ou analisar um objeto especificamente; **avaliação** os que realizaram algum tipo de avaliação, validação e teste; e como **pesquisa bibliográfica** as tentativas de quantificar a frequência de determinado termo ou assunto num dado recorte temporal e geográfico. Para estabelecer em qual das abordagens se enquadrava cada fonte pesquisada, utilizamos a unidade de registro “qual o objetivo do autor ao realizar a pesquisa?”. No Quadro 4, realizamos a codificação desse aspecto, apresentados em ordem crescente de ano de publicação:

**Quadro 4 - Abordagens presentes nas pesquisas sobre LDEF**

Ferreira (1993)	AC	Santos (2012)	A
Carmo (1999)	P	Fraiha (2012)	P
Rosário (2006)	AC	Diniz; Darido (2012)	P
Galatti (2006)	P	Ontañón; Duprat; Bortoleto (2012)	PB
Faganello (2008)	AC	Rosário; Darido (2012)	D
Seabra Junior (2008)	P	Rufino et al. (2012)	P
Darido et al. (2008)	P	Rufino (2013)	D
Rodrigues (2009)	P	Barros (2013)	P
Marangon (2009)	AC	Gilioli (2013)	AC
Alves; Timossi; Santos (2009)	AC	Rufino; Darido (2013)	A
Antunes; Dantas (2010)	AC	Silva (2014)	P
Darido et al. (2010)	D	Costa (2014)	AC
Galatti; Paes; Darido (2010)	P	Bolzan (2014)	AC
Pacifico (2011)	AC	Botelho; Neira (2014)	AC
Ferreira (2011)	P	Barroso (2015)	AC
Souza (2011)	AC	Bolzan; Santos (2015)	AC
Neves (2011)	D	Moreno (2015)	AC
Paraíso (2011)	AC	Palomares; Altmann; Cao (2015)	AC
Rodrigues; Darido (2011)	D	Puchta; Oliveira (2015)	AC
Rufino; Darido (2011)	A	Souza Júnior et al. (2015)	PB
Rufino (2012)	P	Carlos (2016)	AC
Monteiro (2012)	AC	Fraiha et al. (2016)	A
Impolcetto (2012)	P		

Legenda: AC - análise de conteúdo; A - avaliação; D - discussão; PB - pesquisa bibliográfica; P - proposta  
 Fonte: Elaborado pelos autores

**Quadro 5 - Distribuição do conjunto de fontes por eixo temático**

<b>Legenda</b>	<b>Eixo Temático</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
AC	Análise de Conteúdo	20	44,4%
P	Proposta	14	31,1%
D	Discussão	5	11,1%
A	Avaliação	4	8,9%
PB	Pesquisa Bibliográfica	2	4,4%
<b>Total</b>		<b>45</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores

Nesta análise, fica evidente a preocupação dos pesquisadores em **analisar os conteúdos** presentes nos LD, já que 20 pesquisas se propõem a isso. Fialho (2007) apontou que tais pesquisas inicialmente eram permeadas pela concepção de indústria cultural com objetivos ideológicos determinados. Não identificamos essa observação de Fialho em nossa pesquisa no que tange às primeiras fontes em ordem cronológica, mas também temos que considerar o escasso uso de LDEF nas escolas. No contexto desse gênero de pesquisa, quando o objeto é o LDEF, as publicações com abordagens relativas a analisar ideologias contidas nos LDs, percebemos que há quantidade considerável no estado do Paraná, ou seja, bastou que uma Unidade da Federação houvesse publicado e utilizado esse instrumento no ensino público de EF para que as pesquisas sobre a análise dos conteúdos presentes nele ocorressem. Em 2006 este Estado publicou uma coleção de LD públicos, contemplando todas as disciplinas escolares, inclusive EF, e a partir daí já se podem observar oito pesquisas analisando o LDEF naquele Estado (MARANGON, 2009; ALVES; TIMOSSI; SANTOS, 2009; PACIFICO, 2011; PARAISO, 2011; GILIOLI, 2013; COSTA, 2014; PALOMARES; ALTMANN; CAO, 2015; CARLOS, 2016). No caso de Costa (2014), a questão de ideologia fica bastante evidente, pois ela interroga ainda no título de sua dissertação: “uma proposta marxista?”.

Sobre **análise de conteúdo** ainda, percebemos que há três pesquisas analisando os LD de ginástica que foram utilizados entre o fim do século XIX e início século XX, ainda norteados pelo eugenismo. Souza (2011) analisa os livros do mestre de ginástica Arthur Higgins; Puchta e Oliveira (2015) o livro *Ginástica doméstica, médica e higiênica* do alemão Daniel Schreber, que deu origem a outro compêndio, *Homem Forte*, de Domingos Nascimento, proposto como um manual escolar para as escolas Paranaenses por volta do ano de 1882, ocasião em que se tornou obrigatória o ensino de tal prática naquele Estado. Antunes e Dantas (2010) analisam as perspectivas de ensino existentes em quatro LDEF americanos, já que no Brasil, como os próprios autores afirmam “há quase que total inexistência de livros didáticos de Educação Física Escolar” (ANTUNES; DANTAS, 2010, p. 2). Moreno (2015) investiga a influência da ginástica sueca e dos conceitos de Ling em manuais em língua portuguesa produzidos entre fins do século XIX e início do XX, tais como os manuais escolares escritos por Pedro Borges, Antonio M. Ferreira, Paulo Lauret, Kumlien e Arthur Higgins, nem todos brasileiros.

Em relação as 14 pesquisas que realizaram **propostas** percebemos o esforço para superar esse paradigma de que EF não utiliza livros, de que é apenas prática. Como as pesquisas atuais ultrapassaram em partes as concepções eugenistas, higienistas, militaristas e

esportivistas, mesmo que a prática escolar ainda reflita muito de todas elas, percebemos esse movimento de proposta de materiais didáticos para servir de auxílio ao professor, já que a cultura corporal do movimento é vasta, pois abrange tanto a ginástica, como danças, jogos, brincadeiras, esportes coletivos, lutas, capoeira, etc., todas ainda em seu contexto histórico e cultural, além da prática em si. Por esse motivo de amplitude dos conhecimentos, se torna difícil para o professor possuir o domínio desses conteúdos, e se faz cada vez mais necessário instrumentos de apoio, como é o caso do LD.

Carmo (1999) traz a necessidade do LD até mesmo para o ensino do futebol, que por ser uma paixão nacional e ter sua prática tão popularizada, que o senso comum nos remete pensar que seus conteúdos são de domínio público, não havendo necessidade de livros. Galatti (2006) e Galatti, Paes e Darido (2010) apresentam propostas para o ensino de esportes coletivos. O “quarteto” clássico dos esportes inseridos na cultura escolar, futebol, basquete, vôlei e handebol, não poderiam ficar de fora. Rodrigues (2009) e Fraiha (2012) propõem LD para o ensino do basquete na escola, e Impolcetto (2012) inova na tentativa de construção coletiva de um LD para o ensino de Voleibol. Silva (2014) aponta as possibilidades da educação olímpica enquanto esporte e Diniz e Darido (2012) da dança, seguidas de Barros (2013) que inova ao trazer uma proposta do ensino de *hip hop*.

Cinco pesquisas realizam uma **discussão** acerca do tema LDEF. Rufino (2013) termina sua graduação em Educação Física tratando sobre interlocuções e entrelaçamentos em relação ao uso de LD na disciplina de EF. Darido et al. (2010) tecem considerações iniciais e Neves (2011) realiza uma abordagem contemporânea sobre o assunto. Rodrigues e Darido (2011) buscam a opinião de professores experientes sobre o LDEF em suas práticas e, novamente, Rosário e Darido (2012) relacionam os currículos de história e ciências e os conteúdos presentes em seus LD, com a organização curricular de EF.

Mas se algumas pesquisas se propuseram a analisar, propor e discutir conteúdos, quatro pesquisas se dispuseram a realizar uma **avaliação** de LDEF. Santos (2012) avalia o Manual de Educação Olímpica e Fraiha et al. (2016) traz a opinião dos alunos sobre o uso de LD no ensino de basquete. Os temas transversais, ética e saúde, também são avaliados por Rufino e Darido, (2011, 2013). Duas pesquisas realizaram **pesquisas bibliográficas**, sendo que Ontañón, Duprat e Bortoleto (2012) mapeiam as atividades circenses na literatura de EF e Souza Júnior et al. (2015) buscam pesquisas que tratem de LDEF, algo semelhante a nossa pesquisa.

Podemos perceber que no decorrer do capítulo as dificuldades em se localizar pesquisas que tratem de LDEF, pois a imprecisão do termo dificulta o processo investigatório,

e que mesmo com estes obstáculos é possível mapear e localizar as fontes. E que há interesse crescente por parte dos pesquisadores, principalmente nas últimas duas décadas e na região sudeste. Encerramos aqui a codificação dos dados e passamos às considerações finais de nossas investigações. Fizemos a análise detalhada do conjunto de fontes no Apêndice A.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento realizado na presente pesquisa nos permitiu realizar dois tipos de análise, uma quantitativa e outra qualitativa. Na análise quantitativa concluímos que há uma existência de 45 trabalhos, sendo eles cinco teses, 15 dissertações, quatro pesquisas monográficas apresentadas como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 21 artigos. Destes 45 trabalhos, apenas oito foram produzidos na área de educação e os demais 37 na área de Educação Física. Das cinco teses duas é da EF, das 15 dissertações 12 são EF e dos 21 artigos apenas dois não foram publicados em periódicos de Educação Física, ou seja, apenas 17,7% são da área de educação e os demais 82,3% são programas de pós-graduação em Educação Física ou periódicos da área.

Da análise quantitativa do conjunto de 45 fontes podemos ainda concluir que: 33 ou 73,3% foram produzidas na região sudeste; 10 ou 22,2% na região sul; duas ou 4,4 %; na região nordeste; 26 somente no estado de São Paulo, sendo 78,8% da produção da região sudeste e 57,7% da produção nacional; 21 são artigos e os demais 24 são 5 teses, 15 dissertações e 4 TCC; dos 21 ou 47,6% dos artigos Suraya Cristina Darido tem autoria/coautoria em 10 deles; dos demais 24 ou 41,6% dos trabalhos Suraya Cristina Darido orientou 10 deles; com participação em 40% das teses, 26,7% das dissertações, 100% dos TCC e 47,6% dos artigos, o que nos autorizaria a dizer que ela é referência em pesquisas sobre LDEF no Brasil.

Na década de 1990 há duas publicações ou 4,4% (2 dissertações), na década de 2000 há 11 publicações ou 24,4% (2 teses, 5 dissertações, 4 artigos), e de 2010 a 2016 há 32 publicações ou 71,1% (3 teses, 9 dissertações, 4 TCC e 16 artigos).

De uma análise qualitativa podemos concluir que 20 realizam uma análise de conteúdo da LDEF, 16 fizeram propostas de novos materiais, cinco realizaram discussões e reflexões acerca do uso de LDEF, quatro se propõem a avaliar livros didáticos, e dois utilizam os LDEF como fonte para pesquisas bibliográficas.

Face o acima exposto, concluímos que há um grande crescimento no número de produções que se interessam por LDEF e uma grande variedade de propostas, o que talvez se justifique pelas transformações provocadas pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a partir da qual a Educação Física passou a ser legalmente um componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica da escola. Nos dois anos que sucederam a promulgação desta lei, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental em duas partes, uma em 1997 para o 1º ao 4º ano e outra em 1998 para o 5º ao 8º ano. Ambos

PCNs entendem a Educação Física enquanto cultura corporal de movimento, e a demanda da produção de conhecimento para atender este entendimento pode ter influenciado para que os pesquisadores se interessassem por livros didáticos, já que estes historicamente são ferramentas importantes na sistematização dos conteúdos e, até então, foram pouco utilizadas na área.

Pelo fato de haver um grande crescimento do interesse dos pesquisadores por livro didático de Educação Física (LDEF), e debruçados no Apêndice B, no qual listamos 49 títulos de obras classificadas ou mencionadas nas fontes como LDEF, consideramos profícuo, instigante e desafiador analisar o conteúdo destes livros para melhor compreender a história da Educação Física e seu processo de construção até tornar-se uma disciplina escolar. São livros didáticos alinhados aos conceitos de Alain Choppin? Eram destinados aos professores ou aos alunos? Promoviam a intermediação entre mestre e aprendiz? Onde foram utilizados? Em que contexto? Quando? Como? Com qual intenção? Quais eram as representações por parte dos professores, alunos, pais, pesquisadores? Estas são apenas algumas das interrogações aguardando propostas de pesquisas para respondê-las.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Luís Rogério. A constituição histórica da educação física no Brasil e os processos da formação profissional. In: Congresso Nacional de Educação, 9., 2009, Curitiba. *Anais...Curitiba*: PUC, 2009, p. 2245-2258.
- ALCANFOR, Lucilene Rezende. *Produção e circulação das obras didáticas de Monteiro Lobato*. 159 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALMEIDA, Adilson José de. História da educação física no Exército Brasileiro: história do corpo e formação do estado. *Recorde: Revista de História do Esporte* v. 3, n. 2, 2010.
- APPLE, Michael Whitman. Cultura e Comércio do Livro Didático. In: *Trabalho Docente e Textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ARANTES, Ana Cristina. A História da Educação Física escolar no Brasil. *Revista Digital*, Buenos Aires, n. 124, p. 1-18, set. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd124/a-historia-da-educacao-fisica-escolar-no-brasil.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2009.
- BAÍÁ, Anderson da Cunha. *Associação Cristã de Moços no Brasil: um projeto de formação moral, intelectual e física (1890-1929)*. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BETTI, Irene Conceição Rangel. Esporte na escola: mas é só isso, professor?. *Motriz*, v. 1, n. 1, p. 25 -31, 1999.
- BETTI, Mauro. *Educação física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar*. 369 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. Entrevista [31 out. 2007]. Entrevistador: Revista Época, 31 out. 2007. In: *Agência Universitária de Notícias USP*. São Paulo, 04 nov. 2007. Ano: 40 - Edição Nº: 72. Faculdade de Educação da USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=1823&edicao=194>>. Acesso em: 28 fev. 2017.
- BRACHT, Valter. *Educação física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRASIL. Decreto-lei Nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938.
- BRASIL. Decreto-lei Nº 19.890, de 18 de abril de 1931.
- BRASIL. Decreto-lei Nº 3.705, de 22 de setembro 1866.

BRASIL. Decreto-lei Nº 4.244, de abril de 1942.

BRASIL. *Regulamento n. 62*, de 1 de fevereiro de 1841. Altera algumas disposições do regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838, que contém os Estatutos do Colégio Pedro II. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 18, 1842.

BRASIL. *Regulamento n. 8*, de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio de Pedro Segundo. Coleção das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, parte 2, p. 61-95, 1839.

BUNZEN, Clécio. O antigo e novo testamento: livro didático e apostila escolar. *Ao pé da letra*, v. 3, n. 1, p. 35-46, 2001.

CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro. *Educação Física no Estado Novo; História e Doutrina*. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, 1982.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

CHOPPIN, Alain. *L'histoire des manuels scolaires: une approche globale*. *Historie del'Education*, Paris, n. 9, p. 1-25, 1980.

\_\_\_\_\_. *Les Manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette Éducation, 1992.

\_\_\_\_\_. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, set./dez., p. 549-566, 2004.

CORRÊA, Lígia de Moraes Antunes. *Da beleza e vigor do corpo: Breve história da Calistenia*. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Os exercícios gymnasticos no Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841 a 1870). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 25, n. 1, p. 69-81, 2003.

\_\_\_\_\_. A escolarização da Educação Física no Imperial Collégio de Pedro Segundo. In: V EnFEFE - Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 1996, Rio de Janeiro, Centro Esportivo Virtual. *Anais...* Rio de Janeiro: CEV, 1996.

DAOLIO, Jocimar. A antropologia social e a Educação Física: possibilidades de encontro. In: Gwalho, Yara Maria de & Rubio, Katia (orgs.). *Educação física e ciências humanas*. São Paulo, Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. *Educação física e o conceito de cultura*. Campinas, SP: Autores Associados, coleção polêmicas do nosso tempo, 2004.

DARIDO, Suraya Cristina. Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. *Revista Fluminense de Educação Física Escolar*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 5-25, 2001.

DOLCIMÁSCOLO, Sandra Helena. *Utilização do livro didático: problema em questão*. 32 f. (Monografia apresentada como exigência para aprovação no Curso de Sistemática do Trabalho Individual e de Grupo) Faculdade de Educação – Curso de Pedagogia. UNICAMP, Campinas, 1991.

DORIA, Escragnolle. *Memória-Histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937*. 2. ed. INEP: Brasília, 1997.

EMMEL, Rúbia. *Estado da arte e coletivos de pensamento da pesquisa sobre o livro didático no Brasil*. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências). UNIJUI, Ijuí, 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Editora UFPR, 2006.

FIALHO, Orlando José de Almeida. Historiografia, história da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil. *Revista Saberes Interdisciplinares*, v. 1, p. 17-46, 2007.

FRANGIOTI, P. C. *O livro didático na educação física escolar*. 50 f. Monografia (Licenciatura Plena em Educação Física) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

FREIRE, Carina Cuvelano. *Reflexões sobre a escola, a educação física e os conteúdos*. 29 f. Monografia apresentada à disciplina seminário de Monografia II, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

GALLAHUE, David Lee. *Understanding motor development in children*. Nova Iorque: Wiley, 1982.

GATTI JÚNIOR, Décio. *Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações*. *História da Educação*. v. 1, n. 2, p. 29-50, 1997.

\_\_\_\_\_. Um itinerário de desigualdades: livros didáticos de História e massificação do ensino na escola brasileira (1960-1990). In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; IOKOI, Zilda M. Gricoli (Org.). *História: fronteiras*. São Paulo: ANPUH: Humanitas, v. 1, p. 241, 1999.

GÉRARD, François Marie; ROEGIERS, Xavier. (1993) - *Concevoir et évaluer des manuels scolaires*. Bruxelas. De Boeck-Wesmail (tradução Portuguesa de Júlia Ferreira e de Helena Peralta, Porto, 1998).

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. O Estado, os sujeitos políticos e a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos: a história de uma hegemonia. In: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). *Pesquisa histórica na educação física*. Aracruz: Facha. v. 3, 1998.

GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. Associação entre variáveis do aspecto morfológico e desempenho motor em crianças e adolescentes. *Revista Paulista de Educação Física*, v. 2, n. 10, p. 99-112, 1996.

GUTIERREZ, Washington. *História da Educação Física*. 3. ed. Porto Alegre: Instituto Porto Alegre, 1980.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

KUNZ, Elenor. *Educação física: ensino & mudanças*. Ijuí: Editora Unijuí, 1991.

\_\_\_\_\_. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

LAJOLO, Mariza. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, Brasília, v. 16, n. 69, jan./mar., 1996.

LENHARO, Alcyr. *A militarização do corpo*. In: *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a “energização do caráter”*: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2006.

LONGO, Cristiano da Silveira. Ética disciplinar e punições corporais na infância. *Psicologia USP*, São Paulo, 2005.

MACIEL, Giséle Neves. O Programa Nacional do Livro Didático e as mudanças nos processos de avaliação dos livros de geografia. *Pesquisar - Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia*. Florianópolis, v. 1, n. 1, out. 2014.

MARINHO, Inezil Penna. História da Educação Física e desportos no Brasil; Brasil colônia, Brasil império, Brasil república, *documentário*, v. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1952.

MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas. *A educação do corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II*: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937). 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

MEDINA, João Paulo *Subirá*. *A Educação Física cuida do corpo... e mente*. Campinas: Papirus, 1983.

MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza. *Mens sana in corpore sano*: compreensões de corpo, saúde e educação. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MOREIRA, Kênia Hilda. *O ensino de História do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos*: análise historiográfica e didático-pedagógica. 236 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Um mapeamento das pesquisas sobre o livro didático de história na região sudeste: 1980 a 2000*. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2006.

MUNAKATA, Kazume. História que os livros didáticos contam depois que acabou a ditadura militar. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, p. 271-296, 1998.

\_\_\_\_\_. Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias à materialidade. In: *Los Manuales Escolares como Fuentes para la Historia de la Educación em América latina*. Ossenbach e Somoza (Org.), Universidade de Quilmes, Argentina, 2003.

\_\_\_\_\_. O livro didático como mercadoria. *Pro-Posições*. v. 23, n. 3, p. 51-66, set./dez., 2012.

\_\_\_\_\_. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 12, n. 3, p. 179-197, set./dez., 2012.

\_\_\_\_\_. O livro didático como indício da cultura escolar. *História da Educação*. Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, set./dez., 2016.

NAHAS, Markus Vinicius. Educação Física no ensino médio: educação para um estilo de vida ativo no terceiro milênio. In: Seminário de Educação Física escolar/ escola de Educação Física e esporte, IV. *Anais...* p. 17-20, 1997.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes. *Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização*: condições de possibilidade para o engendramento do campo da educação física. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PENNA, Fernando de Araujo. *Sob o nome e a capa do Imperador*: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PINTO, Joelcio Fernandes. *Representações de Esporte e Educação Física na Ditadura Militar*: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1968 a 1974). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PUCHTA, Diogo Rodrigues. A escolarização dos exercícios físicos e os manuais de ginástica no processo de constituição da Educação Física como disciplina escolar (1882-1926). 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RATHLEF, Cláudia. *O Livro Didático Brasileiro*. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia apresentada como exigência para aprovação no Curso de Sistemática do Trabalho Individual e de Grupo) Faculdade de Educação – Curso de Pedagogia, UNICAMP, Campinas, 1989.

- RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Org.). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 101-120.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. *Reflexões sobre metodologia para uma história da Educação Física*. Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Ed. da UNIJUÍ, Maceió – Alagoas, p. 56-62, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *A metrópole irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3, 1998.
- SILVA, Ana Márcia et al. A formação profissional em Educação Física e o processo político social. *Pensar a Prática*, v. 12, n. 2, ago. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/6588/4960>>. Acesso em: 22 fev. 2017.
- SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Escritos sobre higiene: os manuais médico-pedagógicos em circulação na Paraíba. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 24, n. Especial, p. 99-116, 2015.
- SOARES, Carmen Lúcia et al. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- SOEIRO, Renato Souza Pinto, TUBINO, Manoel José Gomes. A contribuição da escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional: 1933 a 2000. *Fitness & Performance Journal*, v. 2, n. 6, p. 336-340, 2003.
- SOUZA, Janaina de. *História da capoeira no Brasil e seu aspecto jurídico: da marginalização a patrimônio cultural*. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Instituto Superior do Litoral do Paraná - ISULPAR, Curitiba, 2013.
- TANI, Go et al. *Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: EPU/Edusp, 1988.

## REFERÊNCIAS DO CONJUNTO DE FONTES

- ALVES, Evandro Silva; TIMOSSI, Luciana da Silva; SANTOS, Ricardo Alfeu dos. Livro didático nas aulas de Educação Física escolar: utopia ou realidade? Análise no contexto de Irati - PR. *Cinergis*, Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 1, p. 1-7 jan./jun., 2009.
- ANTUNES, Fabia Helena Chiorboli; DANTAS, Luiz. Sistematização do conhecimento declarativo em Educação Física escolar de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 205-21, abr./jun., 2010.
- BARROS, Mayra Giovaneti de. *Hip Hop na escola: para além da proposta curricular do Estado de São Paulo*. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.
- BARROSO, A utilização de material didático impresso para o ensino de um modelo de classificação do esporte na Educação Física escolar. 312 f. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

BOLZAN, Érica. *Das prescrições às práticas de pesquisa/formação compartilhadas: o lugar do livro didático na Educação Física*. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BOLZAN, Érica; SANTOS, Wagner dos. Propostas didático-pedagógicas e suas projeções para o ensino da Educação Física. *Revista da Educação Física*, Universidade Estadual de Maringá, v. 26, n. 1, p. 43-57, 2015.

BOTELHO, Rafael Guimarães; NEIRA, Marcos Garcia. Análisis de libros de texto en Brasil y en España: una introducción al tema en el área de Educación Física. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 659-685, abr./jun., de 2014.

CARLOS, Camila Ursulla Batista. *Discussão sobre o livro didático na Educação Física a partir da proposta do Estado do Paraná e da cidade de João Pessoa*. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CARMO, Sérgio Carnevale do. *O livro como recuso didático no ensino do futebol*. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

COSTA, Carine Ferreira. *O livro didático público de Educação Física para o ensino médio do Estado do Paraná: uma proposta marxista?*. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

DARIDO et al. Livro didático na Educação Física escolar: considerações iniciais. *Motriz*, Rio Claro, v. 16 n. 2, p. 450-457, abr./jun., 2010.

DARIDO, Suraya Cristina et al. A construção de um livro didático na Educação Física escolar: discussão, apresentação e análise. In: PINHO, Sheila Zambello de. SAGLIETTI, José Roberto Corrêa. (Org.). *Núcleos de ensino*. São Paulo: Unesp - Publicações, p. 387-409, 2008.

DINIZ, Irla Karla dos Santos; DARIDO, Suraya Cristina. Livro didático uma ferramenta possível de trabalho com a dança na Educação Física Escolar. *Motriz*, Rio Claro, v. 18, n. 1, p. 176-185, jan./mar., 2012.

FAGANELLO, Flórence Rosana. *Análise dos livros de atletismo como subsídio para o seu ensino no campo escolar*. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) - Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FERREIRA, Aline Fernanda. *Pluralidade cultural e Educação Física: elaboração de material didático*. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

FERREIRA, Marcos Santos. *Atletismo e promoção da saúde nos livros-texto brasileiros*. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

- FRAIHA et al. Avaliação da utilização do livro didático com conteúdos de basquetebol nas aulas de Educação Física a partir da opinião de alunos. *Arquivos em Movimento*, v. 12, n. 1, jan./jun., 2016.
- FRAIHA, Ana Livia Gorgatto. *A Educação Física escolar, o basquetebol e o livro didático: avaliação do contexto da aprendizagem*. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.
- GALATTI, Larissa Rafaela. *Pedagogia do esporte: O livro didático como um mediador no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos*. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.
- GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues; DARIDO, Suraya Cristina. *Pedagogia do Esporte: livro didático aplicado aos Jogos Esportivos Coletivos*. *Motriz*, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 751-761, jul./set., 2010.
- GILIOLI, Eduardo Borba. *Livro didático público de Educação Física do Estado do Paraná: potencial formativo*. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- IMPOLCETTO, Fernanda Moreto. *Livro didático como tecnologia educacional: uma proposta de construção coletiva para a organização curricular do conteúdo voleibol*. 320 f. Tese (Doutorado Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.
- MARANGON, Davi. *Mobilização para o saber, discurso pedagógico e construção de identidades: uma análise do livro didático público de Educação Física do Estado do Paraná*. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- MONTEIRO, A *saúde nos livros didáticos no Brasil: concepções e tendências nos anos iniciais do ensino fundamental*. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, p. 128-135, 2015.
- NEVES, Maria Lucia Paniago Lordelo. O manual didático de Educação Física na relação educativa: uma abordagem contemporânea. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, SP, v. 19, n. 20, p. 155-170, maio/ago., 2011.
- PACIFICO, Tânia Mara. *Relações raciais no livro didático público do Paraná*. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- PALOMARES, Alba González; ALLTMANN, Helena; CAO, Ana Rey. Estereótipos de gênero nas imagens dos livros didáticos de Educação Física do Brasil. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 203-216, jan./mar., de 2015.
- PARAISO, Cristina Souza. O trato com o conhecimento da ginástica: um estudo sobre possibilidades de superação. *Motrivivência*, Ano XXIII, n. 36, p. 169-168, jun. 2011.

PUCHTA, Diogo Rodrigues; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. O livro como ferramenta pedagógica para a inserção da Educação Física e da ginástica no ensino público primário paranaense (fim do século XIX e início do século XX). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, p. 272-279, 2015.

RODRIGUES, Heitor de Andrade. *Basquetebol na escola: construção, avaliação e aplicabilidade de um livro didático*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) - Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

RODRIGUES, Heitor de Andrade; DARIDO, Suraya Cristina. O livro didático na Educação Física escolar: a visão dos professores. *Motriz*, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 48-62, jan./mar., 2011.

ROSÁRIO, Luis Fernando Rocha. *A Educação Física na escola e suas interfaces com os conteúdos de História e Ciências nos livros didáticos*. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) - Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

RUFINO et al. Temas transversais e livro didático: possibilidades para a Educação Física escolar brasileira. *Revista Mineira de Educação Física*, Viçosa, Edição Especial, n. 1, p. 658-669, 2012.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física escolar, tema transversal, saúde e livro didático: possíveis relações durante a prática pedagógica. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, p. 21-34, 2013.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto. *"Campos de luta": o processo de construção coletiva de um livro didático na Educação Física no ensino médio*. 366 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) - Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

\_\_\_\_\_. *Livro didático e Educação Física escolar: interlocuções e entrelaçamentos*. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

SANTOS, Fabiano Basso dos. *Valores em jogo: possibilidades para Educação Olímpica na Educação Física escolar*. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar. *Estratégias de Ensino e Recursos Pedagógicos para o Ensino do Aluno com Deficiência Visual na Atividade Física Adaptada*. 128 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

SILVA, Eduardo Viganor. *Educação Olímpica no ensino médio: validação qualitativa de um material didático de educação em valores por meio do esporte*. 252 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SOUZA JÚNIOR et al. Educação Física e livro didático: entre o hiato e o despertar. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 479-493, abr./jun., de 2015.

SOUZA, Fabiana Fatima Dias de. *O professor da moda: Arthur Higgins e a Educação Física no Brasil (1885-1934)*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

## APÊNDICE A - Apresentação das fontes codificadas

Apresentamos aqui informações que julgamos pertinentes sobre as pesquisas que constituíram as fontes deste balanço. Dispomo-las em ordem cronológica, a mesma utilizada no quadro 3, e iniciamos cada uma com um quadro de informações onde consta título, ano, autor, instituição e número de páginas para todas as fontes. No caso das teses, dissertações e TCC acrescentamos orientador, curso e programa de pós-graduação, e para os artigos o periódico de publicação. Logo abaixo do quadro de informações identificamos o objetivo da pesquisa, metodologia, conclusão e possíveis observações<sup>31</sup>.

---

**Título: Atletismo e promoção da saúde nos livros-texto brasileiros**

Ano: 1993

Autor: Marcos Santos Ferreira

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Instituição: UFRJ

Curso: Mestrado em Educação Física, Escola de Educação Física e Desportos

Tipo: dissertação

Páginas: 198

---

Ferreira (1993) tem por objetivos esboçar um quadro teórico para o atletismo na perspectiva da promoção da saúde e investigar se os livros-texto brasileiros abordam essa perspectiva, e ainda identificar problemas de conteúdo neles. Utiliza a análise de conteúdo para a coleta de dados e elabora um sistema de sete categorias.

Conclui que os livros-texto transmitem conteúdos distantes das ideias que integram a promoção da saúde, reforçam a concepção do desporto de rendimento, veiculam informações sem valor científico e apresentam inúmeros do ponto de vista gramatical, como concordância ortografia e pontuação. Esta pesquisa delimita o início de nosso recorte temporal.

---

**Título: O livro como recuso didático no ensino do futebol**

Ano: 1999

Autor: Sérgio Carnevale do Carmo

Orientador: João Batista Freire da Silva

Instituição: UNICAMP

Curso: Mestrado em Faculdade de Educação Física

Tipo: dissertação

Páginas: 173

---

---

<sup>31</sup> O *layout* de apresentação segue o modelo estético de Moreira (2006).

Carmo (1999) tem por objetivos compreender com mais profundidade o que representa o livro didático no contexto histórico-nacional, validar um protótipo de LD para o ensino de futebol, aponta suas virtudes e deficiências no processo de ensino, aproximar o compêndio proposto do contexto da Educação Física e estabelecer um roteiro básico para novos autores de LD interessados pelo ensino de futebol.

Pesquisa bibliográfica da história do LD no Brasil e de delimitação das características técnicas e tipográficas e roteiro teste baseado em LD de outras disciplinas para a construção do protótipo. Nas conclusões diz que indica uma direção, na qual gostaria de interferir no futuro de cada um, e ver no futuro atletas de futebol mais emancipado com discursos mais coerentes, e cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres.

---

**Título: A Educação Física na escola e suas interfaces com os conteúdos de história e ciências nos livros didáticos**

Ano: 2006

Autor: Luis Fernando Rocha Rosário

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP - Rio Claro

Curso: Mestrado em Ciências da Motricidade, Instituto de Biociências

Tipo: dissertação

Páginas: 193

---

Rosário (2006) teve por objetivos investigar os conteúdos das disciplinas de História e Ciências por meio da análise de LD de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> séries, buscando encontrar relações possíveis com os conteúdos da Educação Física escolar, bem com levantar e apontar, nos livros analisados, textos, artigos, gravuras, gráficos, tabelas e fotos sobre a cultura corporal de movimento que possam ser utilizados pelos professores de Educação Física nas suas aulas. E ainda levantar e apontar, nos livros analisados, textos, artigos, gravuras, gráficos, tabelas e fotos sobre a cultura corporal de movimento que possam ser utilizados pelos professores de Educação Física nas suas aulas.

Realizou para isso pesquisa qualitativa de análise documental de oito coleções de livros didáticos de História e cinco coleções de Ciências. Conclui que os resultados mostraram que estes documentos apresentam uma série de conhecimentos que oferecem possibilidades sobre como sistematizar os conteúdos da Educação Física na escola, como:

a) na 5<sup>a</sup> série; iniciar pela compreensão dos sentidos e significados da cultura corporal de movimento; identificar junto aos alunos às transformações relativas ao estilo de vida; abordar temas das Olimpíadas e Lutas; tratar das Atividades Físicas de Aventura e Natureza; relacionar exercício e meio ambiente: ar, água e solo; importância da hidratação e do exercício físico;

b) na 6<sup>a</sup> série pode-se tratar de valores relacionados ao respeito ao diferente, sobretudo nas questões da religiosidade;

c) na 7<sup>a</sup> série é possível enfatizar o conhecimento sobre Ginástica, Capoeira e aspectos fisiológicos aplicados à Educação Física; e

d) na 8<sup>a</sup> série pode abordar o esporte e suas relações com a política e economia; abordar as Práticas Corporais Alternativas e Paraolimpíadas; abordar conceitos de mecânica e habilidades motoras; tratar de postura e do sistema muscular-esquelético.

---

**Título: Pedagogia do esporte: o livro didático como um mediador no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos**

Ano: 2006

Autora: Larissa Rafaela Galatti

Orientador: Roberto Rodrigues Paes

Instituição: UNICAMP

Curso: Mestrado em Educação Física

Tipo: dissertação

Páginas: 141

---

Galatti (2006) objetivou contribuir para o processo de ensino e aprendizagem em Jogos Esportivos Coletivos (JECs), possibilitando que os alunos tenham acesso a um programa esportivo que contemple além da prática, estimulando-os a compreender integralmente o esporte, conhecendo suas diferentes modalidades, oportunizando aprender e vivenciar seus fundamentos, compreender suas regras, bem como conhecer sua história e evolução. Somado a estes objetivos, acrescenta outro, o de possibilitar possibilidades de aprendizagem social por meio do esporte, uma vez que o convívio humano que se estabelece na prática esportiva pode ser apontado como uma metáfora do convívio humano em outros contextos sociais. Para tanto elaborou de um LD, chamado de mediador pedagógico, tratando dos JECs em seus aspectos práticos como teóricos.

---

**Título: Análise dos livros de atletismo como subsídio para seu ensino no campo escolar**

Ano: 2008

Autora: Flórence Rosana Faganello

Orientadora: Sara Quenzer Matthiesen

Instituição: UNESP - Rio Claro

Curso: Mestrado em Ciências da Motricidade, Instituto de Biociências

Tipo: dissertação

Páginas: 167

---

Faganello (2008) buscou identificar qual a perspectiva de ensino presente nos livros de atletismo interrogando “o que ensinam”, “como ensinam”, “quem é o responsável pelo ensino”, “quem é o sujeito do ensino” e “qual o local e materiais utilizados para o desenvolvimento das atividades propostas”. Com base no levantamento do acervo das Universidades Públicas de São Paulo: USP, UNESP, UNICAMP e UFSCar, buscou coletar todos os livros nacionais, portugueses e traduzidos para o português, específicos do atletismo. O referencial teórico e metodológico adotado no presente estudo foi a Análise de Conteúdo de 86 livros, sendo que com o auxílio do sistema de categorias foi possível categorizar o material bibliográfico em quatro blocos de conteúdo: “Aspectos Regulamentares e Históricos”, “Aspectos do Treinamento”, “Aspectos da Saúde” e “Aspectos Didáticos”, estes subdivididos em “Técnicos” e “Pedagógicos”.

A última subdivisão foi a responsável por colocarmos esta pesquisa em nossa codificação, pois foram cinco livros nacionais e dois estrangeiros, num total de sete livros classificados como pedagógicos:

a) SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios para a implementação do guia curricular de educação física para o 1º grau – 5ª a 8ª séries: atletismo*. São Paulo: CENP, 1978;

b) SESI. *Atletismo*. Rio de Janeiro: SESI, 1979;

c) ARAÚJO, R. *Atletismo na escola*: Secretaria de Educação de Pernambuco: [s.n.], 1980;

d) GOMES, A. C; GARAVELO, J. J. *Inicie brincando no atletismo: saltos. Arapongas*: [s.n.], 1985;

e) MATTHIESEN, S. Q. *Atletismo se aprende na escola*. Jundiaí: Fontoura, 2005;

f) KIRSCH, A. *Antologia do atletismo: Metodologia para iniciação em escolas e clubes*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984; e

g) VASSEUR, C. *Atletismo*. [s.l.]: Armand Colin, [197\_].

Mesmo que o objetivo da autora não tenha sido classificar as 86 obras como didáticos ou não, é possível que algumas delas tenham sido utilizadas em escolas, e mesmo que não sejam classificados como tal, não sabemos se o são, o simples fato de serem utilizadas em algum momento no ambiente escolar significa que assumiram mesmo que temporariamente a função de LD, e considerando a escassez desse material na disciplina EF, optamos por considerar a pesquisa em pauta. Faganello considera no fim da dissertação que:

Consideramos, entretanto, que todos os livros pertencentes às categorias: “Aspectos Regulamentares e Históricos”, “Aspectos do Treinamento”, “Aspectos Didáticos” e “Aspectos da Saúde” são subsídios importantes para auxiliar o professor no desenvolvimento do trabalho com o atletismo no campo escolar, uma vez que os diferentes assuntos por eles abordados possibilitam o aprofundamento do conhecimento do atletismo, proporcionando diferentes formas de trabalho. (p. 153).

---

**Título: Estratégias de ensino e recursos pedagógicos para o ensino do aluno com deficiência visual na atividade física adaptada**

Ano: 2008

Autor: Manoel Osmar Seabra Junior

Orientador: Eduardo José Manzini

Instituição: UNESP – Marília

Curso: Doutorado em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências

Tipo: tese

Páginas: 128

---

Seabra Junior (2008) justifica-se pelo interesse em dar eficiência ao processo de ensino e aprendizagem, na área de atividade física adaptada, propondo ao professor a refletir e reinterpretar sua prática com relação às estratégias de ensino, locais, atividades e recursos pedagógicos (materiais utilizados), voltados às necessidades das pessoas com deficiência visual. Propôs-se identificar na literatura proposições que descrevam estratégias de ensino e recursos pedagógicos, propostos a alunos cegos ou com baixa visão. E ainda, interpretar e categorizar as proposições na forma didática de ensino, apresentar um panorama das publicações e disponibilizar um rol de proposições ao professor que trabalha com essa clientela, por meio de um manual contendo 28 folhas.

Para obtenção dos dados, utilizou-se de uma análise documental na forma de pesquisas em bases de dados. Foram selecionados livros, teses, dissertações, artigos de periódicos e manuais que indicavam estratégias de ensino e recursos pedagógicos para pessoas cegas ou com baixa visão. Essas foram denominadas de proposições que foram enquadradas em categorias e subcategorias. Para validação das categorias e suas proposições o material foi submetido à apreciação do grupo de estudos em deficiências físicas e sensoriais da Universidade Julio de Mesquita Filho, campus de Marília. Observou-se aspectos menos favorecidos pelas publicações, dada as poucas proposições encontradas, bem como os autores mais representados em cada uma delas e a preferência de estudos publicados por estes. O material produzido deverá servir como instrumento para formação de acadêmicos, para

professores de instituições, professores de esportes adaptados, e, ainda, para uso diário de professores que atuam com essa clientela exclusiva ou em meio à inclusão.

---

**Título: A construção de um livro didático na educação física escolar: discussão, apresentação e análise**

Ano: 2008

Autores: Suraya Cristina Darido, Amarílis Oliveira Carvalho, Ana Cristina Bonfá, André Barroso, André Minuzzo de Barros, Anael Fernandes, Christiano Streb Ricci, Fernanda Moreto Impolcetto, Glauber Bedini de Jesus, Heitor Rodrigues, Janaina Terra, Laércio Franco, Maria Fernanda Telo Ladeira, Nelson Servilha, Odailton Pollon Lopes, Osmar Souza Junior, Ricardo Ducatti Colpas, Ricardo Ziotti Gabriel, Ricardo Simões de Oliveira e Telma Gaspari

Instituição: UNESP - Rio Claro

Tipo: capítulo de livro. In: PINHO, Sheila Zambello de. SAGLIETTI, José Roberto Corrêa. (Org.). Núcleos de ensino. São Paulo: UNESP

Páginas: 12

---

Darido et al. (2008) discorre sobre o processo de elaboração de um LD e apresenta reflexões que antecedem e explicam esse material, que foi elaborado por meio de sugestões de aulas a partir de experiências e ideias dos professores integrantes do LETPEF (Laboratório de Estudos e Trabalhos Pedagógicos em Educação Física). O livro que estava em construção naquele instante, propunha saberes sobre cultura corporal, e para isso, o grupo de estudo elencou os seguintes conteúdos para compor o LD, que seriam dispostos cada um em capítulos distintos: futebol, basquetebol, handebol, voleibol, jogos e brincadeiras, atletismo, ginástica, lutas, atividades aquáticas, atividades rítmicas e expressivas, capoeira, esportes de aventura, práticas corporais alternativas e exercícios físicos.

Os autores tentaram abranger diversos aspectos sobre cada conteúdo, além de elaborar e sugerir estratégias para o desenvolvimento de temas e utilizam como exemplo o conteúdo voleibol. Os temas selecionados foram: “Origem e História do Voleibol”; “O voleibol no Brasil”; “Evolução da modalidade: regras e alterações”; “Futevôlei, Vôlei de Praia e Vôlei 4X4”; “Os fundamentos no processo de ensino e aprendizagem”; “Táticas e técnicas”; “A inclusão de portadores de necessidades especiais”; “Lesões”.

---

**Título: Basquetebol na escola: construção, avaliação e aplicabilidade de um livro didático**

Ano: 2009

Autor: Heitor de Andrade Rodrigues

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP - Rio Claro

Curso: Mestrado em Ciências da Motricidade, Instituto de Biociências (Pedagogia da Motricidade Humana)

Tipo: dissertação

Páginas: 183

---

Rodrigues (2009) teve por objetivos elaborar um livro didático de basquetebol para o Ensino Fundamental, tanto para o aluno quanto para o professor, avaliar a aplicabilidade do material proposto e investigar como o professor utiliza esse livro em situações reais de ensino. Utilizou metodologia qualitativa, sendo que na elaboração do LD o referencial da pesquisa teórica, na fase de avaliação estudo exploratório valendo-se da entrevista de cinco professores de Educação Física para coleta de dados e na terceira etapa fez um estudo de caso observando aulas de um professor. Comenta que os resultados apontaram que a elaboração de um LD é uma tarefa complexa e existem poucos princípios que fornecem suporte a esse trabalho e que os professores se identificaram com a proposta do LD de basquetebol e apontaram vantagens e desvantagens. Apresentaram dificuldades na aplicabilidade do material devido à falta de tradição de uso de LD em aulas de EF. Durante o estudo de caso o professor investigado demonstrou pouco interesse pelo livro do professor, mas utilizou bastante o livro do aluno. Conclui dizendo que “os alunos receberam o livro didático de formas variadas e as relações que eles estabelecem com o livro didático modifica-se de acordo com o comprometimento do professor em relação ao uso do material”.

---

**Título: Mobilização para o saber, discurso pedagógico e construção de identidades: uma análise do livro didático público de educação física do estado do Paraná**

Ano: 2009

Autor: Davi Marangon

Orientadora: Leilah Santiago Bufrem

Instituição: UFPR

Curso: Doutorado em Educação

Tipo: tese

Páginas: 275

---

Marangon (2009) objetiva compreender o funcionamento das lógicas dos processos de mobilização para o saber da Educação Física, enfocando a constituição das identidades pedagógicas, como resultado do sentido que se dá à mobilização para a realização das atividades pedagógicas. Estudo de caso sobre o processo de constituição da mobilização para o saber no discurso pedagógico contido no livro didático público de Educação Física do Estado do Paraná, destinado aos alunos do ensino médio. No dizer do próprio pesquisador,

“Constrói o quadro teórico na interlocução estabelecida entre os conceitos de relação com o saber, de Bernard Charlot, e de discurso pedagógico, de Brasil Bernstein, articulados com a visão dialógica de mundo de Mikhail Bakhtin”.

Como procedimento metodológico utiliza o modelo de Bernstein sobre a estruturação do discurso pedagógico, analisando-o quanti e qualitativamente, dentro do contexto sócio ideológico da produção dos textos e os sentidos da mobilização para o saber no discurso pedagógico da Educação Física, “valendo-se das dimensões interativas e organizacionais sugeridas pelos enunciados do Livro Didático e pelas entrevistas com os seus autores”.

Percebemos aqui mais uma pesquisa que tem por objetivo avaliar e identificar ideologia nos discursos contidos nos conteúdos do LD.

---

**Título: Livro didático nas aulas de Educação Física escolar: utopia ou realidade? Análise no contexto de Irati - PR**

Ano: 2009

Autores: Evandro Silva Alves; Luciana da Silva Timossi; Ricardo Alfeu dos Santos

Instituição: UFSC

Tipo: artigo

Periódico: Cinergis

Páginas: 10

---

Alves, Timossi e Santos (2009) consideram como objeto de pesquisa o LDEF público adotado pelo Estado do Paraná em 2006. Investigam quais os significados atribuídos a este livro por professores de EF da rede estadual de ensino da cidade de Irati - PR. Realizam uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo, na qual participaram de EF do Ensino Médio. A coleta dos dados foi por intermédio de um questionário com questões abertas e semiabertas. Concluem que os professores de EF consideraram o LDEF “um grande avanço no que diz respeito à histórica falta de materiais didáticos nas aulas de Educação Física”, mas pontuaram que o LD auxilia “como meio de pesquisa juntamente com outros materiais didáticos, mas que para um melhor rendimento no processo ensino aprendizagem necessita de transformações e ou adaptações”. Os pesquisadores finalizam dizendo que “nítido que dificilmente vá existir um livro didático que supra todas as necessidades da Educação Física escolar, mas um conjunto de variados materiais pode vir a conseguir suprir parte das necessidades dessa disciplina nas diferentes regiões e culturas”.

---

**Título: Sistematização do conhecimento declarativo em educação física escolar de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental**

Ano: 2010

Autores: Fabia Helena Chiorboli Antunes; Luiz Dantas

Instituição: USP

Tipo: artigo

Antunes e Dantas (2010) objetivaram “selecionar, sistematizar e validar o conhecimento declarativo sobre o movimento a ser ensinado no componente curricular Educação Física, de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental”. Selecionaram quatro LDEF americanos para identificar o conhecimento declarativo sobre o movimento humano e submeteram a seleção prévia à análise de 11 docentes de ensino superior envolvidos com licenciatura em suas instituições. Posteriormente procuraram “sistematizar o conhecimento declarativo selecionado como relevante para a Educação Física Escolar, ao longo das quatro séries finais do ensino fundamental” e validar a proposta por 167 professores de EF e 75 assistentes técnico-pedagógicos (ATP) da rede estadual de ensino. “A maioria dos comportamentos esperados por séries recebeu uma aceitação maior que 80% por parte dos professores”. Quatro comportamentos relativos à biodinâmica e comportamento foram unânimes em aceitação na 8ª série.

Consideramos esta pesquisa para compor nossas fontes pelo motivo dela demonstrar interesse em analisar LDEF, mesmo que as análises tenham sido realizadas em LD americanos. Os autores mencionam que selecionaram fontes estrangeiras porque “há quase que total inexistência de livros didáticos de Educação Física Escolar” no Brasil, e ainda citam o livro *Trabalho Dirigido de Educação Física (TDEF)*, de autoria do Professor Hudson Ventura Teixeira, publicado na década de 70, afirmando que após essa publicação “em mais de 25 anos pouco se fez em acréscimo à obra do professor Hudson Ventura” (p.3).

Discordamos dos autores ao fazerem essa afirmação, pois entre 1976, ano em que foi publicada a referida obra, e 2010, ano de publicação do artigo Antunes; Dantas (2010), podemos citar outras publicações no sentido de sistematizar os conteúdos de EF na escola. Em 1996 o Professor Hudson Ventura Teixeira publica o livro *Educação Física e Desportos*, que segundo Souza Júnior et al. (2015) é uma reformulação do *TDEF*. Em 2006, o Livro Didático Público de Educação Física do Estado do Paraná, em 2008 e 2009 Caderno do Professor e Caderno do Aluno, tanto no Estado de São Paulo como no Estado do Rio Grande do Sul, e ainda em 2009 no Estado de Minas Gerais, Roteiros de Atividades Educação Física – Fundamental 6º ao 9º ano, contendo 41 tópicos e para o Ensino Médio, com 31 tópicos. Acreditamos que tais obras constituem vasto campo de pesquisa.

Autores: Suraya Cristina Darido; Fernanda Moreto Impolcetto; André Luis Ruggiero Barroso; Heitor de Andrade Rodrigues  
Instituição: UNESP - Rio Claro  
Tipo: artigo  
Periódico: Motriz  
Páginas: 8

---

Darido et al. (2010) tentam listar as principais críticas tecidas aos livros didáticos e refletir sobre as possibilidades da produção desses materiais para a EF. Perpassam as questões histórias da disciplina, as abordagens contemporâneas, questões de mercado editorial e os preconceitos pelos quais esse tipo de material é objeto até hoje.

---

**Título: Pedagogia do Esporte: livro didático aplicado aos Jogos Esportivos Coletivos**  
Ano: 2010  
Autores: Larissa Rafaela Galatti; Roberto Rodrigues Paes; Suraya Cristina Darido  
Instituição: UNESP - Rio Claro  
Tipo: artigo  
Periódico: Motriz  
Páginas: 11

---

Galatti, Paes e Darido (2010) sugerem possibilidades pedagógicas do livro didático (LD) como recurso nas aulas de Educação Física, tendo por conteúdo o esporte e, em específico, os jogos esportivos coletivos (JECs). Através de revisão bibliográfica propõem um LDEF na temática dos JECs, considerando dois referenciais, um técnico-tático e outro socioeducativo. Recorrem a “métodos provenientes da área da linguística, com o desenvolvimento de uma Sequência Didática que permitiu a seleção e distribuição dos conteúdos a serem apresentados no LD de forma ordenada e criteriosa”. Finalizam dizendo que o LD, “bem como a preparação adequada dos profissionais que o utilizarão, é apontado como facilitador no processo de ensino, vivência e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos”.

---

**Título: Relações raciais no livro didático público do Paraná**  
Ano: 2011  
Autora: Tânia Mara Pacifico  
Orientador: Paulo Vinicius Baptista Silva  
Instituição: UFPR  
Curso: Mestrado em Educação  
Tipo: dissertação  
Páginas: 153

---

Pacifico (2011) se propõe a analisar os LD públicos de Língua Portuguesa e Educação Física e verificar em que medida o LD público, resultante do Projeto Folhas, contempla o estudo obrigatório da história e cultura afro-brasileira e indígena, e ainda elucidar que estratégias ideológicas de hierarquização entre brancos (as) e negros(as) foram captadas nas políticas públicas e nos livros. Utilizando o conceito de ideologia e da metodologia da hermenêutica de profundidade, considerou que somente o livro de EF “atende parcialmente e com contradições internas às definições legais sobre Educação das Relações Étnico-Raciais”. Descreve ainda que

foram analisadas formas simbólicas dos livros que *naturalizam* ao branco como representante da humanidade; que *estigmatizam* a personagens negros (as), em especial à mulher negra; que *silenciam* sobre a presença negra; sobre a história e cultura africana e afro-brasileira; sobre os processos de discriminação e desigualdade racial. (p. 11).

---

**Título: Pluralidade cultural e educação física: elaboração de material didático**

Ano: 2011

Autora: Aline Fernanda Ferreira

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP - Rio Claro

Curso: Licenciatura em Educação Física, Instituto de Biociências

Tipo: TCC

Páginas: 54

---

Ferreira (2011) teve por objetivo investigar a compreensão alunos do Ensino Fundamental sobre a Pluralidade Cultural. A coleta de dados foi feita por meio de entrevista semiestruturada com 30 alunos do 8º e 9º ano de duas escolas estaduais de Rio Claro, e as informações obtidas nessas coletas serviram como subsídios para a construção de um livro didático, tanto para o professor quanto para o aluno, com possibilidades de trabalho da Educação Física com este Tema Transversal. Os conteúdos selecionados para aproximar a EF das temáticas da Pluralidade Cultural foram dança e atividades físicas de aventura (AFA).

Os resultados apontaram que há pouco conhecimento por parte dos alunos sobre Pluralidade Cultural, “pois tiveram conteúdo aquém do estabelecido pelos PCNs”, apesar disso, os alunos conseguem visualizar uma relação possível com a dança e as AFA. De modo geral preferem conteúdos diversificados que este contenha textos e imagens.

---

**Título: O professor da moda: Arthur Higgins e a Educação Física no Brasil (1885 a 1934)**

Ano: 2011  
Autora: Fabiana Fátima Dias de Souza  
Orientador: Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior  
Instituição: UFJF  
Curso: Mestrado em Educação Física  
Tipo: dissertação  
Páginas: 138

---

Souza (2011) analisa a atuação e produção teórica de Arthur Higgins, professor e mestre de gymnastica, considerado o “professor da moda” no fim do século XIX, de maneira a compreender os objetivos da EF nesse período em pauta. Utilizando como fontes históricas documentos escolares, publicações em jornais e os próprios compêndios de ginástica de Higgins. A autora analisa os Jogos Gymnasticos, organizados pelo mestre em plena Praça da República - RJ, depois os documentos do Colégio Pedro II onde ele foi professor por 40 anos, e por fim seus compêndios: *O Compendio de Gymnastica e Jogos Escolares* (1896); o *Manual de gymnastica hygienica* (1902); e o *Compendio de Gymnastica Escolar Methodo Sueco-Belga* (1909), edição aperfeiçoada e ilustrada de seu primeiro trabalho e atualizada em 1934 com o nome de *Gymnastica Escolar Methodo Sueco-Belga-Brasileiro*.

Percebemos ao identificar alguns LDEF utilizados durante o processo histórico da EF enquanto disciplina escolar, que durante o período no qual foi balizada pelos conhecimentos médicos e biológicos, que o uso de manuais e compêndios era muito mais presente.

---

**Título: O manual didático de Educação Física na relação educativa: uma abordagem contemporânea**

Ano: 2011  
Autores: Maria Lucia Paniago Lordelo Neves  
Instituição: UNESP – Presidente Prudente  
Tipo: artigo  
Periódico: Nuances  
Páginas: 16

---

Neves (2011) se propôs discutir questões sobre a mediação feita entre professor/aluno através dos manuais didáticos. Realiza reflexões sobre a concepção do manual didático, considerando fatores históricos e metodológicos. Através de investigação literária constata que

mesmo com a escassez no âmbito da pesquisa e a quase inexistente produção do manual didático de Educação Física, **disponível no mercado**, esse debate

é pertinente na medida em que, como mercadoria que é e como possibilidade para ampliação do capital, tal instrumento de trabalho torna-se um nicho de lucro para a indústria editorial. (p. 1, grifo nosso).

Corroboramos com a afirmação da autora quando fala da “escassez no âmbito da pesquisa”, pois segundo nossas investigações, até 2010 encontramos duas teses, nove dissertações, dois TCC e sete artigos totalizando 20 pesquisas, e de 2011 em diante percebemos cinco teses, doze dissertações, quatro TCC e 21 artigos, totalizando 42 pesquisas, ou seja, aproximadamente 2/3 foram publicados depois de Neves (2011). Com relação à fala “quase inexistente produção do manual didático de Educação Física”, importante ter completando o sentido da frase com “disponível no mercado”, pois que tal produção durante o processo histórico se faz evidente. A pesquisadora menciona ainda duas exceções com relação às produções de manuais didáticos de EF, uma no Estado de São Paulo e outra no Amazonas. Relativo ao primeiro, encontramos pesquisas que tratam dessa proposta por parte daquele Estado, mas em relação ao segundo, não encontramos nenhuma referência, ou seja, concluímos que tal afirmação nos remeterá a futuras investigações acerca do assunto.

Comenta ainda sobre a opção que fez ao utilizar o termo manual didático ao invés do termo mais comumente usado, livro didático. Considera manual didático mais adequado para expressar uma “versão resumida e simplificada dos conteúdos contidos nesse recurso didático que, na concepção comeniana, tinha a função de facilitar o ensino, de modo que qualquer pessoa pudesse utilizá-lo para ensinar tudo a todos”. Aqui gostaríamos de comentar que os primeiros livros de ginástica utilizavam a nomenclatura manual e tinham o viés de “qualquer pessoa pudesse utilizá-lo para ensinar a todos”. A figura do professor de ginástica não estava vinculada necessariamente a uma formação aprofundada no assunto, pois bastava que dominasse as técnicas propostas pelo manual, baseado em um método específico, tanto que eram chamados de mestres ou instrutores de ginástica, como correu no Colégio Pedro II que citamos na página 21.

Não consideramos que manual e livro por si só sejam objetos distintos, tendo em vista que o que os torna manual ou livro é o uso que se faz deles. Um professor pode perfeitamente empregar um LD de maneira a considerar ele como fonte única do saber, o que faria dele um manual, e em contrapartida também se pode de posse de um manual utilizá-lo de maneira crítica, trazendo outros elementos para discussão, o que atribuiria a ele função de LD, mas não esqueçamos que nosso entendimento é de que os LD são elaborados e concebidos com o objetivo de serem usados na/para escola.

A autora afirma diversas vezes que o capital é o principal fator que promove o desenvolvimento da educação, bem como de suas materialidades, chegando a citar “neste sentido que podemos dizer que a esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica do seu desenvolvimento.” (TONET, 2007, p. 13 apud NEVES, 2011, p. 4). Não é objeto de nossas perquirições na presente pesquisa elencar os fatores que motivaram a cultura escolar do LD, ocasionando uma grande produção, e nem teríamos cabedal teórico para isso, mas nos causa profundas reflexões o porquê da EF não estar inserida nessa cultura do consumo do LD. Não seria um possível campo de lucratividade a produção de LDEF já que a disciplina hoje contempla em suas abordagens contemporâneas diversos conteúdos para se aproximar do conceito de cultura corporal? Continuamos sem as respostas.

Para finalizar ela conclui fazendo duas perguntas que ousaríamos responder com base nos dados encontrados na presente pesquisa a que nos dispomos. A primeira “é necessário um *livro didático de Educação Física* na relação educativa?”, responderíamos que quanto à necessidade não é possível afirmar, mas podemos dizer que o aumento do volume de pesquisas que tem por objeto de estudo o LDEF denotam uma tendência positiva. Já a segunda pergunta, dita por ela a mais difícil de responder caso a resposta da primeira fosse positiva, “qual concepção permeará esse instrumento de trabalho, em uma sociedade regida por interesses antagônicos?”, responderíamos que seriam as concepções que consideram a cultura corporal do movimento como o objeto de estudo da EF na atualidade, ou seja, numa concepção Cherveliana, onde comunicar é produzir cultura, diríamos que toda forma de expressão corporal é comunicação, e por isso, produz cultura e deve permear os conteúdos da EF.

Parece-nos ponto em comum na fala dos pesquisadores que o LD não deve ser fonte única dos conteúdos escolares, o que se torna contraditório no momento que as práticas em sala de aula priorizam esses instrumentos.

---

**Título: O trato com o conhecimento da ginástica: um estudo sobre possibilidades de superação**

Ano: 2011

Autores: Cristina Souza Paraiso

Instituição: UFSC

Tipo: artigo

Periódico: Motrivivência

Páginas: 28

---

Paraiso (2011) apresenta como objetos as propostas superadoras para o ensino da ginástica na escola, a partir de uma pesquisa qualitativa analisando quatro obras, entre elas o Livro Didático Público de Educação Física do Paraná publicado em 2006, notoriamente concebido com a função de LD. Traça um panorama da ginástica como prática corporal, demarcando os períodos em que diversas concepções foram adotadas, como o Eugenismo, higienismo e militarismo, até o momento da esportivização no país, momento em que perde força. Analisa as obras selecionadas numa perspectiva dialógica, e conclui que o LD público de EF do estado do Paraná, ao ser elaborado por professores da rede pública de ensino:

é a concretização de propostas superadoras no momento em que aponta as atividades, explicita como se faz e, principalmente, considera a história da humanidade para compreender o passado, fazer o presente e planejar o futuro, não de forma linear ou mecanicista, mas de forma dialética, tendo como mola propulsora a contradição. (p. 23).

Cita ainda as subdivisões do conteúdo ginástica no referido livro, o que por si só já nos dá uma noção das abordagens empregadas: 1) Introdução; 2) O circo como componente da ginástica; 3) Ginástica: um modelo antigo com roupagem nova? Ou uma nova maneira de aprisionar os corpos?; 4) Saúde é o que interessa? O resto não tem pressa!; 5) Os segredos do corpo.

---

**Título: O livro didático na Educação Física escolar: a visão dos professores**

Ano: 2011

Autores: Heitor de Andrade Rodrigues; Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP – Rio Claro

Tipo: artigo

Periódico: Motriz

Páginas: 15

---

Rodrigues e Darido (2011) utilizam a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados para avaliar a aplicabilidade de um livro didático de basquetebol, construído especificamente para aquela pesquisa. Os resultados baseados na visão de cinco professores apontaram que estes “estabeleceram uma relação crítica frente ao livro didático de basquetebol e indicaram vantagens e desvantagens de sua utilização no contexto escolar”.

Entre as vantagens apontam que o LD pode colaborar nas aulas por possuir “sequência organizada de conteúdos”, possibilitar a “atualização dos professores defasados” apresentando-se como elemento a compor a prática reflexiva do professor, e no que tange os alunos, o material por possuir imagens, textos e exercícios, pode ser amplamente utilizado.

Quanto às desvantagens falam que por ter elevado “volume de discussões e debates propostos” pode dificultar a utilização do LD e que para o “professor acomodado” ele pode ser um empecilho. Por fim, demonstram dificuldades relacionadas ao “contexto conturbado”, à “falta de apoio” e a “indisciplina dos alunos”.

Os autores concluem que os professores jamais estabelecem uma relação passiva com o LD, pois mesmo que se identificaram com ele, não o compreendem como material ideal ou perfeito, bem pelo contrário, são muito críticos “em relação às vantagens e desvantagens que o livro pode proporcionar em suas práticas pedagógicas”.

---

**Título: Tema transversal ética nas aulas de EF: avaliando o processo de implementação de um livro didático**

Ano: 2011

Autores: Gustavo Bonatto Rufino; Suraya Cristina Darido

Instituição: Centro Universitário Moura Lacerda

Tipo: artigo

Periódico: Plures Humanidades

Páginas: 28

---

Rufino e Darido (2011) objetivaram avaliar o processo de implementação de um livro didático sobre o tema transversal Ética nas Aulas de Educação Física no Ensino Fundamental. Avaliaram o processo de utilização do material em uma turma de 31 alunos do sexto ano do Ensino Fundamental, realizando uma análise documental das respostas obtidas. Concluem de forma positiva, dizendo que o LD sobre ética possibilitou que os alunos compreendessem melhor a respeito dessa temática, mas que algumas reformulações precisam ser feitas, visando adequar o material com os conteúdos específicos da cultura corporal.

---

**Título: "Campos de luta": o processo de construção coletiva de um livro didático na Educação Física no Ensino Médio**

Ano: 2012

Autor: Luiz Gustavo Bonatto Rufino

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP - Rio Claro

Curso: Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias

Tipo: dissertação

Páginas: 366

---

Rufino (2012) objetivou avaliar o processo de construção coletiva de um LD com professores de escolas públicas estaduais no interior do estado de São Paulo para o ensino do conteúdo das lutas nas aulas de EF no Ensino Médio. Houve também participação de cinco

especialistas em luta no Ensino Superior. Avaliou a implementação de partes do material junto a dois professores participantes de seu processo de elaboração. Os resultados foram submetidos a uma análise de conteúdo das entrevistas com os especialistas e a pesquisa-ação. Nas entrevistas com os especialistas identificou dificuldades como formação docente, insegurança do professor, infraestrutura, falta de materiais, pouca carga horária para a EF na escola, poucas informações sobre as lutas na sociedade e associação com incitações à violência, mas também possibilidades como propostas de inovação e adaptação para o ensino das lutas na escola, materiais didáticos e propostas de formação continuada.

Na pesquisa-ação sobre a implementação do material, destacou dificuldades como implicações ao trabalho docente, livros didáticos e o processo de sistematização dos conteúdos na EF, o Ensino Médio e compreensões sobre o conteúdo das lutas. Como possibilidades os livros didáticos ressignificando perspectivas sobre o conteúdo das lutas e, por fim, o processo de formação continuada e as reflexões sobre a prática pedagógica.

---

**Título: A saúde nos livros didáticos no Brasil: concepções e tendências nos anos iniciais do Ensino Fundamental**

Ano: 2012

Autor: Paulo Henrique Nico Monteiro

Orientador: Nelio Marco Vincenzo Bizzo

Instituição: USP

Curso: Doutorado em Educação

Tipo: tese

Páginas: 210

---

Monteiro (2012) define como seu objetivo de pesquisa a maneira como os temas relacionados à saúde humana, chamado por ele de currículo da saúde, vem sendo abordados em LD das séries iniciais do Ensino Fundamental. Opta por analisar os LD de ciências que integram o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2010 para identificar as concepções e entendimentos em relação ao tema. Cita que das 33 coleções avaliadas pelo MEC apenas 11 foram aprovadas, e que estas aprovadas formam um conjunto de 44 obras, estas que foram objeto de análise em sua pesquisa. Aponta que tradicionalmente no âmbito da escolarização formal, no que tange às séries iniciais do Ensino Fundamental, cabe às disciplinas de Ciências e Educação Física o ensino de conteúdos relacionados à saúde, e que os professores destas disciplinas são vistos, inclusive por eles próprios, como “agentes de saúde dentro da escola”, responsáveis pelas mudanças e aquisições de “hábitos saudáveis”. Apesar do PNLD não contemplar a EF com LD, consideramos incluir a dissertação de

Monteiro em nossas fontes, por considerarmos que apesar do tema saúde permear constantemente os saberes da EF na escola, ainda assim o professor não tem esse instrumento específico para tratar sobre o tema.

O autor cita a Lei Nº 5.672 de 1971 que em seu artigo sétimo traz em seu texto que “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus”, e considera que tal legislação tem por “objetivo estimular o conhecimento e a prática da saúde e da higiene” (p. 19). Menciona ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental apontam a saúde como componente da Base Comum Nacional (BCN) tornando-o parte do paradigma curricular. Essa obrigatoriedade de tais componentes curriculares estão diretamente relacionados com a promoção da saúde, e por esse motivo ratificamos nossa opção por selecionar tal pesquisa para integrar as fontes analisadas.

Aspectos relacionados à arquitetura escolar, infraestrutura, regulamentação e orientação nutricional da merenda escolar, exames antropométricos para detectar deficiências na população escolar, estas últimas geralmente realizadas na disciplina de EF, são exemplos da incorporação da saúde na cultura escolar. (LIMA, 1985 apud MONTEIRO, 2012, p. 73). Acreditamos que se houvessem LDEF no PNLD, estes fariam alusão à concepção de saúde, e conseqüentemente também estariam dentro da seleção analisada pelo autor, juntamente com os LD de Ciências.

---

**Título: Livro didático como tecnologia educacional: uma proposta de construção coletiva para a organização curricular do conteúdo de voleibol**

Ano: 2012

Autora: Fernanda Moreto Impolcetto

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP – Rio Claro

Curso: Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias

Tipo: tese

Páginas: 320

---

Impolcetto (2012) teve por objetivo elaborar e analisar o processo de construção coletiva de um LD para o ensino de voleibol como conteúdo do 6º ao 9º ano. Utiliza a produção acadêmica e também o conhecimento dos professores para elaboração do material, e através de pesquisa-ação realizou encontros com seis professores de EF que atuam em escolas. Ao terminar a elaboração, o material foi aplicado por um dos seis professores, e a avaliação desta prática trouxe como dificuldades às condições de trabalho como falta de

tempo e experiência para elaboração de material didático, e as falhas na formação inicial e continuada, que não permitem o professor no processo de seleção e organização dos conteúdos, a construção do livro didático, especialmente no desenvolvimento das dimensões conceitual e atitudinal, já que historicamente a formação do profissional de EF tem por foco o procedimental.

---

**Título: Valores em jogos: possibilidades de uma Educação Olímpica na Educação Física escolar**

Ano: 2012

Autor: Fabiano Basso dos Santos

Orientadora: Otávio Guimarães Tavares da Silva

Instituição: UFES

Curso: Mestrado em Educação Física

Tipo: dissertação

Páginas: 182

---

Santos (2012) realiza uma proposta de material didático para a educação olímpica, que deve ser entendida aqui pelos saberes que envolvem megaeventos esportivos, mais precisamente o maior deles, os Jogos Olímpicos. Material desenvolvido pelo grupo de pesquisa Arete, do Centro de Estudos Olímpicos (CEFD / UFES), foi denominado de Manual de Educação Olímpica (MEO), e faz parte de um projeto de inovação pelo desenvolvimento de material didático para operacionalizar práticas de educação em valores por meio do esporte tendo como referência a Educação Olímpica. Realizou revisão da literatura e indicou que a educação olímpica pode estar associada ou não a organização dos próprios jogos, e menciona que são inexistentes programas sistematizados de educação olímpica no Brasil. A pesquisa realiza a validação instrumental do MEO do tipo qualitativo exploratório considerando quatro critérios: conteúdo, organização e métodos, informação e comunicação. Participaram desta validação quatro professores voluntários de escolas públicas do espírito Santo, os quais foram submetidos inicialmente a uma entrevista, depois o próprio volume impresso do manual continha em todas as páginas um espaço destinado ao registro escrito do professor participante, e por fim, utilizou um instrumento de avaliação do MEO baseado em alguns instrumentos de avaliação de materiais didáticos. Ao término da pesquisa considerou que: a) os conteúdos do MEO foram validados; b) a organização do Manual foi validada, contudo novas sessões se fazem necessárias para dar conta das limitações de informação identificadas; c) No quesito 'informação', o MEO apresenta deficiências, sendo necessária a definição das faixas etárias para as quais se destinam as atividades, a inserção direta de mais informações assim como da indicação de fontes e bases de

dados; d) A comunicação do MEO também foi validada, embora tenham sido apontadas sugestões de mais ilustrações e da adequação do material iconográfico as referências nacionais.

---

**Título: A educação física escolar, o basquetebol e o livro didático: avaliação do contexto da aprendizagem**

Ano: 2012

Autora: Ana Livia Gorgatto Fraiha

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP - Rio Claro

Curso: Licenciatura em Educação Física, Instituto de Biociências

Tipo: TCC

Páginas: 69

---

Fraiha (2012) por considerar que o basquetebol está imerso na concepção de cultura corporal de movimento, e tradicionalmente ser abordado somente em sua dimensão procedimental, tem por objetivo implementar um livro didático de ensino de basquetebol partindo dos pressupostos teóricos, Galatti (2006) e Rodrigues (2009), os quais realizaram propostas que melhoram a compreensão dos conteúdos referentes ao basquetebol. Avaliou o processo de ensino aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental a partir da aplicação do LD aplicando um instrumento avaliativo antes e depois das aulas. Os resultados indicam que os alunos tiveram aumento das notas após o uso do material e as dimensões de conteúdo conceitual, atitudinal e procedimental foram atingidas. Cita que

embora não seja possível confirmar que houve aprendizagem, uma vez que para se avaliar a aprendizagem outros critérios são necessários, a pesquisa evidenciou algumas possibilidades de inter-relação do basquetebol nas aulas de Educação Física por meio da explícita consideração das três dimensões dos conteúdos, a partir da compilação de um livro didático voltado ao aluno. Isso sugere estudos mais aprofundados nesse contexto buscando averiguar a aquisição da aprendizagem dos alunos, área ainda pouco explorada na Educação Física escolar (p. 7).

---

**Título: Livro didático uma ferramenta possível de trabalho com a dança na Educação Física Escolar**

Ano: 2012

Autores: Irla Karla dos Santos Diniz; Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP – Rio Claro

Tipo: artigo

Periódico: Motriz

Páginas: 10

---

Diniz e Darido (2012) discorrem sobre a relação entre LD e EF e trazem elementos apontando algumas discussões sobre o processo de elaboração de um LD do professor e do aluno para o ensino de dança na perspectiva da Pluralidade Cultural, algumas sugestões para o processo de construção de um LD e por último problematizam sobre a autonomia do professor e do uso que pode ou não fazer de LD.

---

**Título: Educação Física e atividades circenses: “O estado da arte”**

Ano: 2012

Autores: Teresa Ontañón; Rodrigo Duprat; Marco A. Bortoleto

Instituição: UFRGS

Tipo: artigo

Periódico: Movimento

Páginas: 21

---

Ontañón, Duprat e Bortoleto (2012) apresentaram uma revisão bibliográfica da produção acadêmico-científica nacional e internacional das atividades circenses na EF. Os resultados indicam que grande parte dos 95 documentos analisados se apresenta em forma de manuais didáticos e "relatos de experiência", com ênfase nos procedimentos técnico-pedagógicos. Observaram que são “escassas as discussões conceituais e poucos estudos que avançam para além do senso comum e do romantismo pedagógico”.

Dos 95 documentos analisados, cinco foram classificados no eixo temático “Pedagogia das Atividades Circenses em Geral”. Por motivo de a classificação utilizar o termo “pedagogia” esse eixo nos interessou, mas dos cinco documentos selecionados, havia apenas dois produzidos no Brasil, *Introdução à pedagogia das atividades circenses*, de 2008, e *Jogando com o circo*, de 2011, ambas de autoria de Marco Bortoleto, um dos autores do artigo. Como o artigo apresenta apenas o título da obra, não possível constatar se se tratam de LD. Nos demais eixos temáticos há mais nove títulos do mesmo autor, mas não foi possível investigar se são ou não LD, pelos mesmos motivos que citamos.

---

**Título: Os conteúdos escolares das disciplinas de história e ciências e suas relações com a organização curricular da Educação Física na escola**

Ano: 2012

Autores: Luís Fernando Rocha Rosário; Suraya Cristina Darido

Instituição: USP

Tipo: artigo

Periódico: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte

Páginas: 14

---

Rosário e Darido (2012) é uma síntese da dissertação Rosário (2006), já mencionada anteriormente.

---

**Título: Temas transversais e livro didático: possibilidades para a educação física escolar brasileira**

Ano: 2012

Autores: Gustavo Bonatto Rufino; Irla Karla dos Santos Diniz; Marcelo Fadori Soares Palhares; Suraya Cristina Darido

Instituição: Universidade Federal de Viçosa

Tipo: artigo

Periódico: Revista Mineira de Educação Física

Páginas: 14

---

Rufino et al. (2012) analisam o processo de construção, implementação e avaliação de um LD relacionando conteúdos da Cultura Corporal com os Temas Transversais durante aulas. Sua avaliação, por meio de entrevistas, diários de campo e análise das respostas realizadas pelos alunos. Os temas transversais foram contextualizados com os seguintes conteúdos de cultura corporal: a) Ética: Ginástica e Atividade Física de Aventura; b) Meio Ambiente: Esportes e Práticas Corporais Alternativas; c) Orientação Sexual: Lutas e Capoeira relacionadas às questões de gênero; d) Pluralidade Cultural: Atividades Circenses e Práticas Corporais Alternativas; e) Saúde: Danças e os Exercícios Físicos; e f) Trabalho e Consumo: Jogos e a Ginástica. Concluíram que “abordar o livro didático na Educação Física constituiu-se como mais uma ferramenta pedagógica importante para o professor em sua prática diária” (p.1).

---

**Título: Livro didático e Educação Física escolar: interlocuções e entrelaçamentos**

Ano: 2013

Autora: Luiz Gustavo Bonatto Rufino

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP - Rio Claro

Curso: Licenciatura em Educação Física, Instituto de Biociências

Tipo: TCC

Páginas: 52

---

Rufino (2013) objetivou analisar as relações entre Educação Física e livros didáticos. Realiza uma revisão bibliográfica sobre EF e LD. Concluiu que embora haja poucos LDEF é importante compreender melhor a função dos LD na prática pedagógica.

---

**Título: Hip hop na escola: para além da proposta curricular do Estado de São Paulo**

Ano: 2013

Autora: Mayra Giovaneti de Barros

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Co-Orientadora: Irla Karla dos Santos Diniz

Instituição: UNESP - Rio Claro

Curso: Licenciatura em Educação Física, Instituto de Biociências

Tipo: TCC

Páginas: 82

---

Barros (2013) apresenta uma proposta de LD de hip hop, tendo em vista que em 2008 a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo implantou uma proposta para o Ensino Fundamental e Médio contendo o hip hop em seu currículo. Considera que parece haver dificuldades dos professores quanto a sua formação profissional frente ao conteúdo. Portanto realizou uma revisão de literatura sobre o tema Hip Hop. Analisou LD de outras disciplinas e considerou também sua própria experiência com a dança. Menciona escassez de materiais didáticos na EF, bem como específicos de Hip Hop. A estrutura do LD proposto segue alguns elementos como sugestões de atividades, vídeos e sugestões de leituras complementares. Conclui que “este tipo de trabalho é muito importante para EF considerando as dificuldades dos professores frente a tal conteúdo”, e que “o Hip Hop é um conteúdo sugerido pela Proposta do Estado de São Paulo. É necessário ainda que sejam desenvolvidas mais pesquisas nessa área” (p. 6).

---

**Título: Livro didático público de Educação Física do Estado do Paraná: potencial formativo**

**Ano: 2013**

Autor: Eduardo Borba Gilioli

Orientadora: Maria Terezinha Bellanda Galuch

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

Curso: Mestrado em Educação

Tipo: dissertação

Páginas: 207

---

Gilioli (2013) comenta que o embate entre a perspectiva da saúde e da cultura corporal influencia a elaboração do Livro Didático Público de Educação Física do Estado do Paraná, se opondo às orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio, o qual se pauta no paradigma da saúde. Por esse motivo se propõe a analisar, “à luz do materialismo histórico-dialético, como e em que medida os conteúdos sistematizados” daquele livro podem contribuir para a formação escolar. Analisa os documentos oficiais que

influenciam a constituição do livro, tais como o Relatório Delors, os PCN-EM, as Diretrizes Curriculares Estaduais de Educação Física (DCEEF) e a própria obra. Conclui que apesar da oposição aos PCN, as propostas contidas no livro estão afinadas com eles, e que isso ocorre porque “os princípios educacionais que orientam a elaboração dos documentos oficiais não se originam neles e sim são decorrentes das necessidades de manutenção e preservação do sistema capitalista” (p. 9), mas comenta que mesmo assim, a maior contribuição do LD em análise:

consiste no esforço em relacionar os conteúdos específicos da EF com a totalidade social, o que favorece uma maior compreensão da realidade e, conseqüentemente, as possibilidades, ainda que remotas, de supressão do modo de produção que impede o pleno desenvolvimento humano (p. 9).

---

**Título: Educação física escolar, tema transversal, saúde e livro didático: possíveis relações durante a prática pedagógica**

Ano: 2013

Autores: Gustavo Bonatto Rufino; Suraya Cristina Darido

Instituição: Universidade Católica de Brasília

Tipo: artigo

Periódico: Revista Brasileira Ciência e Movimento

Páginas: 14

---

Rufino e Darido (2013) avaliaram a implementação de um LDEF sobre o tema transversal saúde em uma escola pública estadual no interior de São Paulo. Participaram da pesquisa qualitativa 33 alunos com idade de 12 anos. A escolha dos dois conteúdos foi feita por sorteio e foram eleitos dança e exercícios físicos. Posteriormente, sorteou-se aleatoriamente uma amostra de 12 alunos que participaram de um grupo focal. Os resultados foram organizados em 4 categorias: Expectativas prévias dos alunos; Relação saúde e Educação Física; Livros didáticos e Educação Física escolar; A saúde e a prática pedagógica da Educação Física: ampliando conceitos. Concluíram que o impacto da implementação do LDEF foi positivo, demonstrando a possibilidade de utilizar esse tipo de material na EF escolar. Consideram que:

a complexidade da prática pedagógica requer que diversos meios possam ser utilizados para mediar o processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, os livros didáticos devem ser compreendidos como mais um elemento a disposição do professor, contribuindo com suas ações, possibilitando o desenvolvimento de conteúdos relacionados à esfera da cultura corporal (p. 1).

---

**Título: Educação Olímpica no ensino médio: validação qualitativa de um material didático de educação em valores por meio do esporte**

Ano: 2014

Autor: Eduardo Viganor Silva

Orientadora: Otávio Tavares

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Curso: Mestrado em Educação Física

Tipo: dissertação

Páginas: 252

---

Silva (2014) buscou validar um “instrumento pedagógico” destinado a professores e alunos de Educação Física do Ensino Médio. Chamou o referido material com 73 páginas de “Manual de Educação Olímpica”, e mencionou que o “conteúdo esportivo submetido a um tratamento pedagógico específico tem sido apontado como um veículo de formação moral”. A pesquisa teve a participação de quatro professores de EF atuantes no nível médio de escolarização que aplicaram e analisaram o material, apresentado sob a forma de um livro didático com propostas de atividades voltadas para a promoção de valores a partir do esporte, tendo como referência a Educação Olímpica. Considerou que o material é “claro, conciso e coerente, mas precisa avançar na indicação de mais atividades práticas” para que haja maior discussão de valores. Conclui que “a iniciativa é válida, porém ainda é necessário desenvolver indicadores de aplicação que sinalizem para a ocorrência ou não de mudanças comportamentais e atitudinais por parte dos alunos submetidos às atividades do instrumento” (p 8).

---

**Título: O livro didático público de educação física para o ensino médio do Estado do Paraná: uma proposta marxista?**

Ano: 2014

Autor: Carine Ferreira Costa

Orientadora: Carlos Herold Júnior

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Curso: Mestrado em Educação Física

Tipo: dissertação

Páginas: 134

---

Costa (2014) se propõe a analisar o conteúdo do livro didático público de educação física, publicado em 2016 pela Secretaria do Estado da Educação do Estado do Paraná para uso no ensino médio. Segundo ela a imprensa fez crítica ao material, apontando-o como

portador de ideologia marxista. Por esse motivo, dentre outros, a autora, membro do Núcleo de Pesquisa Educação e Marxismo da UFPR, realizou entrevista semiestruturada com os professores autores dos capítulos do livro para verificar se havia realmente uma ideologia subsidiando tal publicação. Constata ao final da pesquisa que a hipótese é verdadeira, que o discurso contido no material é alusivo ao materialismo histórico dialético, e que na “organização do trabalho didático da Educação Física Escolar atualmente há um distanciamento das obras clássicas marxistas fato que dificulta o desenvolvimento do trabalho didático dos professores que atuam na escola que defendem a reflexão da Educação Física à luz do materialismo histórico e dialético” (p. 7).

---

**Título: Das prescrições às práticas de pesquisa/formação compartilhadas: o lugar do livro didático na educação física**

Ano: 2014

Autor: Érica Bolzan

Orientadora: Wagner dos Santos

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Curso: Mestrado em Educação Física

Tipo: dissertação

Páginas: 112

---

Bolzan (2014) tem o livro didático de educação física por objeto e tem como fonte as publicações sobre LDEF em periódicos, a forma e o conteúdo de sete propostas didático-pedagógicas e a proposta do Proteoria<sup>32</sup> que tem com eixo central as práticas pedagógicas dos professores, como fonte. Na pesquisa bibliográfica mapeia textos que abordam propostas didático-pedagógicas para o ensino de EF, e aponta um aumento no interesse sobre o tema, principalmente partir do ano 2000. Na pesquisa documental das sete propostas, dos estados de MG, ES, RJ, SP, GO, PE e PR, conclui que são parcerias entre universidades e instituições escolares, e leva em consideração as falas de professores da rede de ensino, e por último, numa pesquisa chamada de “(auto) biográfica” busca dar voz aos sujeitos que elaboraram tais materiais.

---

<sup>32</sup>Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física. Fundado em 1999 este instituto é vinculado ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, e é constituído por professores e pesquisadores com pós-graduação *stricto sensu* em Educação Física e áreas afins, e por alunos de pós-graduação e de iniciação científica. Tem por finalidade compreender *as Teorias da Educação Física no Brasil* sob a ótica da História da contemporaneidade. Os resultados destas pesquisas são registrados em livros que são comercializados na loja virtual do portal Proteoria, e fazem parte do projeto de divulgação científica que é desenvolvido desde o lançamento da obra *Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira*, organizada no ano de 1996, pelo professor Dr. Amarílio Ferreira Neto. Disponível em: <<http://proteoria.org/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

No capítulo I, a pesquisadora faz algo semelhante a nossa proposta de investigação, ou seja, a apresentar um panorama do estado da arte das pesquisas científicas no que tange LDEF, o que ela chama de “o estado de conhecimento”. Diferenças metodológicas determinam resultados muito distintos. Ela considera publicações do período de 1930 a 2012 tendo como referência a relação de revistas do “Catálogo de Periódicos” (FERREIRA NETO et al., 2002 apud BOLZAN, 2014, p. 24), que segundo ela reúne referências bibliográficas de 36 revistas de EF publicadas entre 1930 e 2000. Sua busca inicial se deu pelo descritor “livro didático” e teve por resultado sete textos, e por motivo desse quantitativo restrito optou por ampliar a pesquisa utilizando também os descritores dispositivo, proposta, referencial, orientação, currículo, parâmetro e diretriz, o que forneceu um total de 36 textos depois de feita a leitura dos títulos e resumos, ou seja, realizou uma seleção subjetiva da maior parte das fontes, pois dos 36 textos selecionados, apenas sete continham o termo livro didático.

No caso da nossa pesquisa, utilizamos os descritores livro didáticos e a variações que pudessem remeter ao LD considerando sua materialidade, como manual, texto, compendio, dentre outros, conforme descrito no início do capítulo 3, ou seja, pautamos nossa pesquisa em encontrar publicações que tivessem como objeto ou fonte o livro, o que ocasionou um *corpus* documental muito diferente, já que consideramos apenas textos completos que contivessem no título, resumo ou palavras-chave os descritores livro didático e suas variações gramaticais e termos correlatos. A dissertação em pauta considerou também os anais dos Congressos Brasileiros de Ciência do Esporte, de periodicidade bienal, publicados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, de 1979 a 1995 em forma de resumo, e de 1997 em diante sob forma de resumo expandido.

Como considerações finais Bolzan diz que a produção acadêmica avança e que o termo “livro didático” foi adotado por alguns autores somente a partir de 2007, com Angulski et al. (2007). Nós diríamos que o termo começou a ser utilizado na área de EF partir de 1999, com a publicação de Carmo (1999), intitulada *O livro como recuso didático no ensino do futebol*, e mais a frente com Galatti (2006), *Pedagogia do esporte: o livro didático como um mediador no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos*.

---

**Título: Análisis de libros de texto en Brasil y en España: una introducción al tema en el área de Educación Física**

Ano: 2014

Autores: Rafael Guimarães Botelho; Marcos Garcia Neira

Instituição: UFRGS

Tipo: artigo

Periódico: Movimento

Páginas: 27

---

Botelho e Neira (2014) analisam imagens contidas em LD de diversas disciplinas de autores brasileiros e espanhóis. Vasculharam periódicos brasileiros e de língua espanhola entre os anos de 2000 e 2012 e consideraram artigos, dissertações, teses e anais de eventos, livros e capítulos de livros, selecionando um conjunto de 17 títulos, concluindo que as imagens dos livros revelam a predominância de corpos femininos magros e delicados, e de homens viris e musculosos, sempre evidenciando pessoas brancas e atléticas, prevalecendo estereótipos que discriminam os contextos de gênero, idade, etnia e padrões corporais.

---

**Título: A utilização de material didático impresso para classificação do esporte na EF**

Ano: 2015

Autor: André Luís Ruggiero Barroso

Orientadora: Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP – Rio Claro

Curso: Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias

Tipo: tese

Páginas: 312

---

Barroso (2015) objetivou analisar o conteúdo do livro didático elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (caderno do professor e caderno do aluno) e buscou apontar quais mudanças podem ser realizadas pelos professores de EF atuantes no Ensino Fundamental em relação ao referido material didático, que trata de um sistema de classificação do esporte, tendo como referência a lógica interna, com base nos critérios de cooperação, de interação com o adversário, do desempenho comparado e dos objetivos táticos da ação. Por meio de pesquisa-ação teve a participação de sete professores, divididos em dois grupos: A – desenvolveu as aulas com o material didático original e B – utilizou o material didático modificado pelos integrantes do primeiro grupo. Os resultados foram organizados em três categorias de discussão: compreensão e avaliação do sistema de classificação do esporte, compreensão e avaliação do material didático, implementação do material didático referente ao sistema de classificação do esporte. Após a utilização do material os professores apontaram “que este pode se apresentar como um importante instrumento de ensino que auxilie o trabalho pedagógico, desde que o professor possa realizar alterações para atender as suas realidades educacionais”. Concluíram que com relação ao modelo de classificação do esporte adotado no estudo, os resultados foram satisfatórios, mas

que para haver maior aproveitamento do material, os professores devem implementá-lo, avaliá-lo e transformá-lo na sua própria prática pedagógica.

---

**Título: Propostas didático-pedagógicas e suas projeções para o ensino da Educação Física**

Ano: 2015

Autores: Érica Bolzan; Wagner dos Santos

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

Tipo: artigo

Periódico: Revista da Educação Física

Páginas: 15

---

Bolzan e Santos (2015) por meio de pesquisa documental analisam as propostas didáticas publicadas pelas secretarias estaduais: a) Proposta Curricular de Minas Gerais; b) o Currículo Básico do Espírito Santo; c) o Currículo em Debate de Goiás; d) as Orientações Teórico-Methodológicas de Pernambuco; e) o Livro Didático Público do Paraná; f) os Cadernos do Professor de São Paulo; e g) os Materiais Didáticos do Rio de Janeiro. Conclui que há evidências de intenções de: a) demarcação da gestão política; b) repetição de conteúdos com lacunas quanto à progressão pedagógica deles; c) valorização do conhecimento teórico e interdisciplinar à medida que avança para o ensino médio; d) imagens como elementos de ilustração e produção de significados; e f) documentos que são produtos da parceria entre universidade e secretarias de educação. O artigo é resultante da dissertação Bolzan (2014).

---

**Título: A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa**

Ano: 2015

Autores: Andrea Moreno

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Tipo: artigo

Periódico: Revista da Brasileira de Ciências do Esporte

Páginas: 8

---

Moreno (2015) analisa o modelo sueco de ginástica criado por P. H. Ling estabelece um panorama profissional deste precursor e da vocação do Instituto Central de Ginástica de Estocolmo no papel de preservação e divulgação dos seus preceitos. Como metodologia atenta para a divulgação dos preceitos lingilianos por meio de manuais em língua portuguesa produzidos entre fins do século XIX e início do XX, tais como os manuais escolares escritos

por Pedro Borges, Antonio M. Ferreira, Paulo Lauret, Kumlien e Arthur Higgins, nem todos brasileiros. Conclui que se percebe neles forte inspiração na ginástica sueca, “revelada nas lições sistematizadas e na valorização de aspectos como retidão, racionalidade, simetria, correção, educação da vontade e aperfeiçoamento físico”.

---

**Título: Estereótipos de gênero nas imagens dos livros didáticos de Educação Física do Brasil**

Ano: 2015

Autores: Alba González-Palomares; Helena Altmann; Ana Rey Cao

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tipo: artigo

Periódico: Movimento

Páginas: 8

---

Palomares; Altmann; Cao (2015) analisam a incidência de estereótipos de gênero nas imagens de LDEF brasileiros. Consideraram 929 imagens contidas em livros publicados entre 2006 e 2012 destinados a estudantes do ensino fundamental e médio. Os livros selecionados para análise são: a) Livro Didático Público de Educação Física da Prefeitura de João Pessoa-Paraíba, de 2012; b) Livro Didático Público de Educação Física do Paraná, de 2006; c) Lições do Rio Grande, Referenciais Curriculares - caderno do aluno, de 2009; d) Caderno do aluno de São Paulo; e) Coleção Cultura Corporal, quatro volumes, Editora Ícone, de 2008 a 2011.

Os resultados mostraram um breve predomínio de representações de homens e muitas imagens de grupos mistos de homens e mulheres. As imagens reproduzem homens associados aos esportes enquanto as mulheres às atividades de fitness e condicionamento físico. Em imagens de competição e alto rendimento não há distinção entre homens e mulheres.

---

**Título: O livro como ferramenta pedagógica para a inserção da educação física e da ginástica no ensino público primário paranaense (fim do século XIX e início do século XX)**

Ano: 2015

Autores: Diogo Rodrigues Puchta; Marcus Aurélio Taborda de Oliveira

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Tipo: artigo

Periódico: Revista da Brasileira de Ciências do Esporte

Páginas: 8

---

Puchta e Oliveira (2015) buscam confrontar duas obras utilizadas nas escolas paranaenses a partir de 1882, ano em que a ginástica se torna obrigatória nas escolas daquele estado. A *Ginástica doméstica, médica e higiênica*, escrita pelo médico ortopedista alemão

Daniel Gottlieb Moritz Schreber, sem data mencionada, e *Homem Forte*, de Domingos Vírgilio do Nascimento, militar e parlamentar paranaense, publicada em 1905. A obra de Domingos tratava de gymnastica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo, e segundo os pesquisadores, a parte que tratava de ginástica era uma tradução baseada na obra de Schreber. O artigo em pauta procura identificar as motivações do autor Domingos Nascimento ao utilizar o manual de Daniel Schreber para escrever sobre a novidade nas reformas do ensino no Paraná no início do século XX, a ginástica. Ao fim do artigo fazem algumas considerações sobre essa relação, dizendo que a obra de Domingos, por mais que se aproximasse de uma tradução do manual de Schreber, foi uma tentativa de aproximar as imposições da lei, no que tange a obrigatoriedade da ginástica na escola na então Província do Paraná, da prática dos professores que não se sentiam preparados para tal intento.

---

**Título: Educação física e livro didático: entre o hiato e o despertar**

Ano: 2015

Autores: Marcílio Barbosa Mendonça de Souza Júnior; Lucas Vieira do Amaral; Marcelo Soares Tavares de Melo; Suraya Cristina Darido; Ricardo Bezerra Torres Lima

Instituição: Universidade de Pernambuco

Tipo: artigo

Periódico: Movimento/UFRGS

Páginas: 15

---

Souza Júnior et al. (2015) objetivaram apontar na literatura quais os fatores que contribuíram para a lacuna que há entre Educação Física e os livros didáticos, e quais as propostas contemporâneas de elaboração de LD. Utilizaram como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica na base de dados do Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial (NUTESSES) onde encontraram dois trabalhos, e em 34 periódicos de circulação nacional, encontrando publicações de acordo com os critérios somente em quatro revistas num total de 12 trabalhos que abordavam o tema específico, ou seja, ao final da pesquisa bibliográfica, 14 títulos compuseram o *corpus* documental. Citam a escassez de estudos na área, e que muitos deles, ao invés de abordar LD já constituídos, tiveram que elaborar o material para testar o uso e validar, apontam o livro *Trabalho Dirigido de Educação Física*, de 1976, como a primeira proposta de LDEF dentro dos conceitos de Munakata (2003) e Carmo (1999), onde o material se apresenta como um intermediador entre professor e aluno, e não apenas um guia de orientação exclusivo de uso dos professores. Citam ainda que em pesquisa realizada por Rodrigues (2009), apenas 11 títulos havia sido cadastrados pelo LIVRES (Banco de Dados de

Livros Escolares Brasileiros), maioria deles do início do século XX, e que a partir da década de 1990 nenhum livro mais foi cadastrado.

Esse ponto da fala dos autores nos deixou bastante reflexivos, pois em investigação análoga no LIVRES encontramos 23 obras, sendo 13 delas até 1950, constituídas em maioria de manuais de ginástica, as quais analisadas somente pelo título, não nos permitiram afirmar se eram manuais direcionados aos professores, alunos, ou a ambos, exceção feita ao Manual de gymnastica higienica, de autoria de Arthur Higgins, publicada em 1902, destinado à prática sem professor conforme SOUZA (2011). Todas as demais se faz necessário uma análise dos seus conteúdos.

Os autores apontam alguns fatores que afastaram a EF dos LD, entre eles as influências higienista, militarista e esportivista; o fato de que nas aulas de EF “não se reflete, não discute, não se pensa”, e, portanto não se faz necessário ler; a questão legal, pois até 1996 era tido como atividade, algo muito distinto de disciplina, e que a EF só adquire o status de componente obrigatório em 1996 com as LDB, e

Desse modo, acredita-se que, por não se configurar, à época, como uma disciplina, não tendo caráter formal no currículo escolar, não dispondo de um conteúdo programático formal, ou seja, por ser concebida como uma atividade, não se percebia a necessidade de se ter propriamente livros didáticos de Educação Física (p. 9).

O fato da EF estar relacionada historicamente ao saber fazer dentro das dimensões procedimentais, como executar movimentos, das brincadeiras, jogos e esportes, atividades estas que tornam difícil o uso de tal material; o fato das questões que envolveram discussões acerca do pensar a EF, de qual objeto ela tratava, se deram na década de 1980, período em que o uso dos LD por outras disciplinas era bastante combatido. Frente este hiato, como chamam esse afastamento entre EF e LD, os autores afirmam que

Reconhecemos que Educação Física é um componente curricular obrigatório da Educação Básica, e não mais uma atividade, no sentido pejorativo, destituída de conhecimentos. Por isso devemos nos fazer presentes também no campo dos livros didáticos, sendo essa mais uma forma de reivindicar nossa isonomia perante as demais disciplinas. Porém, lembramos que a área, os docentes devem avançar frente à concepção tradicional de elaboração, discussão e uso do livro didático, empregando-o coerentemente na prática pedagógica, aproveitando-o como mais um recurso, e não o único, que pode contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos diversos conteúdos da Educação Física (p. 13).

Nossa pesquisa aproximou-se muito do que o artigo em pauta realizou, mas por motivos de pesquisar em outras bases de dados e considerar periódicos de qualquer classificação de *qualis*, e por termos concluído nossas buscas no início de 2017, dois anos após a publicação do artigo, chegamos a um conjunto de fontes mais ampliado.

---

**Título: Discussão sobre o livro didático na educação física a partir da proposta do estado do Paraná e da cidade de João Pessoa**

Ano: 2016

Autor: Camila Ursulla Batista Carlos

Orientadora: José Pereira de Melo

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Curso: Mestrado em Educação

Tipo: dissertação

Páginas: 214

---

Carlos (2016) e propõe a analisar dois LDEF públicos, um do estado do Paraná, pioneiro nesse tipo de publicação em EF, e a proposta do município de João Pessoa na Paraíba. A seleção destes dois livros teve por critério a disponibilidade dos conteúdos destes em seus respectivos portais eletrônicos, e o fato de ambos terem sido elaborados com a participação de professores da rede pública de ensino. A análise considerou configuração das obras, conteúdos, objetivos, metodologia e método de avaliação. Concluiu que é significativa a importância das obras para os docentes que trabalham no “chão” da escola como referência para pensar conteúdos para as aulas de EF de “forma real e possível”. Saliencia a importância dos materiais estarem disponíveis em formato digital, pois possibilitam a outros professores distantes daqueles ambientes a utilização de tais materiais.

---

**Título: Avaliação da utilização do livro didático com conteúdos de basquetebol nas aulas de educação física a partir da opinião de alunos**

Ano: 2016

Autores: Ana Livia Gorgatto Fraiha; Luiz Gustavo Bonatto Rufino; Fernanda Moreto Impolcetto; Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP – Rio Claro

Tipo: artigo

Periódico: Arquivos em Movimento/ UFRJ

Páginas: 12

---

Fraiha et al. (2016) objetivo do presente estudo foi avaliar a implementação de um livro didático de basquetebol durante algumas aulas de educação física para 25 alunos do 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual no interior de São Paulo. O LD em questão

foi construído por pressupostos teóricos de Rodrigues (2009) e Galatti (2006) Após a utilização e a análise do livro, foi selecionada de maneira aleatória uma amostra de cinco alunos para a realização de um grupo focal, onde foram submetidos a algumas perguntas relativas ao interesse que tiveram pelo material. Os alunos deste grupo focal avaliaram o LD numa escala de zero a dez, ocasionando uma média aritmética de nove em relação à aprovação do material. Os resultados indicaram “que o livro didático proporcionou um aporte necessário para a compreensão das dimensões dos conteúdos (conceitual, atitudinal e procedimental), propiciando um auxílio importante à prática pedagógica”.

### **Outras fontes**

Gostaríamos aqui de anexar quatro pesquisas que, mesmo não integrando nosso *corpus* documental, é de grande valia em nossas reflexões. Uma delas registra uma tentativa de propor material didático para preencher lacunas de conteúdos inovadores para a época, fato este que causaria dificuldades aos professores em um momento que, além de não possuir formação para abarcar novos saberes, ainda não podiam valer-se da internet. Outros dois textos que nos revelam próprios relatos dos professores como eram construíam os conhecimentos docentes e como estes eram reproduzidos e repassados aos demais sujeitos do processo. E por último uma tese de doutoramento onde o pesquisador discorre sobre um livro que utilizava a personagem de uma fada para otimizar o processo de ensino e aprendizagem.

---

**Título: Ginástica Jazz: guia para professores e alunos de Educação Física**

Ano: 1981

Autora: Maria Eugenia Penha Morato

Orientador: Moacyr Brondi Daiuto

Instituição: USP

Curso: Mestrado em Educação Física, Escola de Educação Física e Desportos

Tipo: dissertação

Páginas: 211

---

Mesmo que o início de nosso recorte temporal tenha sido delimitado por Ferreira (1993) com a dissertação *Atletismo e promoção da saúde nos livros-texto brasileiros*, em nossas buscas encontramos o trabalho de Morato, que mesmo não utilizando na sua redação os descritores que fizemos uso, fato este que definiu a não inclusão da dissertação dela em nosso conjunto de fontes, constitui-se de uma proposta de manual para o ensino de ginástica *Jazz*.

Morato (1981) tem por objetivo preencher a lacuna bibliográfica existente e servir de guia para os profissionais da área de EF. O texto não traz nenhuma discussão acerca do uso de LD, nem mesmo preliminar, e nem mesmo emprega termos correlatos, mas achamos pertinente mencioná-lo, pois consta em sua proposta até um quadro de distribuição de desenvolvimentos da aprendizagem da Ginástica *Jazz* da pré-escola até o ensino superior, ou seja, que o coloca dentro das concepções de LD, pois tem por finalidade o ambiente escolar. Os cuidados da autora em registrar seu conhecimento em literatura, para servir de suporte para colegas de profissão, demonstra a maturidade na consciência de transmitir saberes.

A pesquisadora conclui que a pesquisa serviu de validação do método chamado Ginástica *Jazz* e assim pretende mudar a opinião dos “conservadores” que não consideram o método como científico. Fala ainda que sua pesquisa dá condições para os profissionais se apoiarem metodologicamente e serve para orientá-los na realização de um trabalho seguro e responsável.

---

**Título: PHYSICAMENTE VIGOROSOS Medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba 1913 a 1942**

Ano: 2015

Autor: Azemar dos Santos Soares Júnior

Orientadora: Cláudia Engler Cury

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Curso: Doutorado em Educação

Tipo: tese

Páginas: 284

---

Soares Júnior (2015) teve por objetivo analisar o ideário de construção do corpo infantil fisicamente vigoroso, a partir do discurso médico-pedagógico nas escolas da Paraíba a partir de 1913, ano de implantação das matérias Higiene e Educação Física no programa de ensino de duas escolas privadas, Colégio Nossa Senhora das Neves e Colégio Diocesano Pio X, e uma pública, Escola de Aprendizes de Marinheiro. Dentre vasto acervo documental analisado pelo pesquisador, encontramos no capítulo cinco, intitulado de *Um toque de Higia: os impressos a serviço da educação da saúde*, a análise de diversos documentos que tratavam da educação do corpo e da higiene, entre eles salientamos o artigo *Educação Physica* de 1936 de autoria de Aluísio Xavier na *Revista do Ensino*, veículo oficial do Departamento de Educação do Estado da Paraíba, que já no início do texto discorre sobre a importância da ginástica diária para a educação do corpo, da cultura física como “matéria superior de regeneração physica, moral e intelectual dos indivíduos”. Ao final do capítulo o autor dedica

algumas páginas para o livro didático e manual de higiene *A Fada Higia*, obra de autoria do farmacêutico Renato Kehl, publicada em 1925. Os primeiros volumes utilizados nas escolas públicas paraibanas datam de 1932, fato consequente da segunda edição da obra, com tiragem de 2.297 exemplares, que também ampliou seu uso em diversos estados brasileiros, inclusive no Distrito Federal.

*A Fada Higia* por sua linguagem de fácil compreensão constituía-se de material didático voltado para ensino primário. A primeira parte do livro é destinada pra as mães, professores e alunos, e já no início continha carta às genitoras sobre a importância da higiene na vida familiar, e seis capítulos tipo fábula onde a fada Higia narra sobre a importância da higiene, das cidades que tiveram suas populações dizimadas por epidemias, a estória de Jeca e Tônico, dois meninos que fugiam das aulas e tiveram suas vidas prejudicadas pela ingestão de frutas e água impróprias. Em outro momento a fada da saúde visita a residência dos meninos e faz apontamentos sobre ambiente limpo, sem poeira, arejado e exposto à luz solar, a higiene do quintal, o trato com o lixo e resíduos, para não ser alvo de inseto, parasitas e hematófagos. Em uma nova visita à casa, a fada fica impressionada com as transformações daquele ambiente depois que a família seguiu seus conselhos, e reitera a importância da mastigação, digestão e o descanso após as refeições. Na última história a visita da fada coincide com as comemorações natalícias, e ela ressalta a todos a importância de participarem da comemoração do nascimento de Jesus, de ir à igreja, o cuidado de usarem roupas limpas e leves no verão, transformando a ceia natalina em uma aula de indumentárias e boas maneiras.

A segunda parte do livro era endereçada aos professores que deveriam sistematizar suas aulas por uma sequência sugerida no livro com os seguintes temas: ar, água, alimentos, habitação, asseio do corpo, exercícios físicos, maus hábitos, sono, vestes, atitudes, micróbios, moscas, doenças, vícios, vermes intestinais, animais e animálculos e bons hábitos. Parte considerável do livro é dedicada às aulas de ginástica e a prática de exercícios físicos. A fada apresenta uma série de exercícios, associando-os aos conceitos de beleza e robustez, enquanto que sua não observância estaria ligada as doenças.

---

**Título: A sistematização dos conteúdos da educação física na escola a perspectiva dos professores experientes**

Ano: 2005

Autor: Luís Fernando Rocha Rosário; Suraya Cristina Darido

Instituição: UNESP - Rio Claro

Tipo: artigo

Periódico: Motriz

Páginas: 12

---

Rosário e Darido (2005) objetivam investigar como professores experientes sistematizam os conteúdos da Educação Física nas aulas que ministram de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental. Utilizaram de revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada como metodologia. No final do artigo consideram que:

os professores investigados chegaram até a **sistematização dos conteúdos empregando a própria experiência**, tentativas e reflexões. Por se tratar de um conhecimento originado do próprio professor, **sem amparo de pesquisas ou da literatura**, a sistematização é, em muitos casos, transmitida aos outros professores da escola. (p. 10, grifos nossos).

Apontam que outras disciplinas utilizam o LD e é ele que muitas vezes fornece elementos para a sistematização dos conteúdos, pela própria força que possui em si, e que os professores muitas vezes seguem tão a risca estes livros que permitem que quem sistematize os conteúdos sejam os próprios autores. Várias propostas e tentativas de mudar essa organização foram observadas, mas que os próprios professores do ensino fundamental e médio preferem o uso do livro. Falam ainda que no caso da EF, por não utilizar LD, essa sistematização fica dificultada. Em relação a essa dificuldade falam que:

Isso demonstra a importância de futuros trabalhos que possam proporcionar aos professores conhecimento e reflexão sobre como organizar os conteúdos durante as aulas. Não é prudente que estes precisem testar, **ano após ano, novas possibilidades de organização sem nenhum embasamento específico**. (p. 10, grifos nossos).

---

Título: **Memórias de professores/as de Educação Física sobre formação e práticas pedagógicas (1950 à 1970)**

Ano: 2012

Autor: Joélcio Fernandes Pinto

Orientadora: Tarcísio Mauro Vago

Instituição: UFMG

Curso: Doutorado em Educação

Tipo: tese

Páginas: 196

---

Pinto (2012) teve por objeto investigar as memórias de dez professores de EF com formação inicial e experiência docente em Belo Horizonte, entre 1950 à 1970, ouvir suas experiências de como pensaram, organizaram e implementaram suas prática pedagógicas frente as circunstâncias políticas, sociais e culturais peculiares. Utilizou da história Oral, tanto para a eleição da colônia de entrevistados como para a realização das entrevistas. Analisou

documentos tais como legislação do ensino, material didático dos professores, livros, apostilas, produções do Ministério da Educação, dentre outros. As entrevistas permearam temas como a esportivização na capital mineira, e também nas cidades onde atuaram como Lavras, Moeda, São João Del Rey e Caratinga, formação profissional em EF que realizaram em Belo Horizonte com menções de formação precária, empírica, “genericada” e militarizada. Questões como hierarquia, práticas sexistas, iniciativas de incentivo ao encontro entre meninos e meninas nas aulas, a luta por direitos de igualdade, a pluralidade de conteúdos e tentativas de aproximação da comunidade local também surgem nos relatos.

Apesar do objetivo de tal pesquisa não ter o LDEF como objeto, as referências que fazem os entrevistados a respeito da falta de literatura didática fez com que o mencionássemos aqui. Selecionamos algumas falas dos professores entrevistados:

parte prática era mais ou menos o que existe hoje, mas a **parte teórica** era muito pouco. Essas disciplinas eram ministradas **da cabeça e da vivência** de cada professor. Era da cabeça do professor (p. 70, grifos nossos).

[...]

As disciplinas práticas também perdiam porque eram essencialmente práticas, então depois, por exemplo, que eu precisei alinhar coisas referentes à Dança, a prática da Dança e a teoria da Dança **eu não tinha o que buscar nos livros**, porque eu não tinha nada, **não tinha apostila**, porque era só prática (p. 73, grifos nossos).

[...]

Sobre bibliografia, **não existia bibliografia** praticamente nenhuma. Não existia. Tanto que em 1974 eu tive a oportunidade de ir à Europa e quis passar em Madri – nós fomos pra Alemanha – e eu **quis passar em Madri para comprar livros porque tinha um espanhol famoso que escrevia sobre Esporte e Escola**. Não me lembro do nome dele. E espanhol eu lia com facilidade. Eu queria comprar livros pra levar para a Escola porque não existiam livros. Você não tinha nada de literatura (p. 74, grifos nossos).

[...]

O Atletismo algumas vezes tem algumas teorias assim mais ligadas à prática. O salto com barreiras é feito desse jeito, pepepepe, aquelas coisas. E na ginástica não tinha nada, nenhuma teoria. Nada nem na ginástica, nem na dança, nós **não tínhamos nenhum escrito. Era só vivência**. Mas que ficou marcado na minha vida. Não podemos ser injustos, não quero dizer que não ficou. Tanto ficou que depois eu estudei mais, me aprofundei e aí tudo que a gente aprende fica (p. 94 grifos nossos).

[...]

Mas naquele tempo ainda era tudo muito precário, então **era um livro que você comprava e esse livro era reeditado**. Vale dizer que eu não gostava desses livros, pois era uma cópia de algum outro livro entendeu? Então **não havia**, assim, **uma literatura vasta**. Nós aprendíamos através dos professores (p. 95, grifos nossos).

[...]

Mas **não tinha muita bibliografia** nesta época. Em [19]70 teve um aumento da Educação Física. De duas passou pra três aulas por semana, aulas no noturno, passou ter aula na faculdade. Eu acho que foi nessa época mesmo.

Quer dizer, a Educação Física estava valorizando. Tinha uma **revista em quadrinhos** era um nomezinho... **DEDINHO**<sup>33</sup> isso aí (p. 95, grifos nossos). [...]

Olha, o **MEC**, por causa disso, **começou emitir vários livros**. Foram feitos pelo MEC, [livros] de **Vôlei, de Basquete, de Atletismo, de tudo**. Eu tinha muito desses livros. Eles falavam muito assim dos nossos esportes aqui. E comprávamos outros livros, como do Júlio Mazei pra poder aperfeiçoar. Mas o **MEC teve influência nesta época da ditadura. Distribuindo vários livros feitos por militar ou alguns professores assim mais famosos** (p. 95, grifos nossos).

Destacamos algumas falas porque elas traduzem uma realidade evidenciada naquele momento, e talvez ainda hoje, guardadas devidas proporções, a de que o uso da literatura nas práticas pedagógicas não era comum, tanto que há varias menções de que os conhecimentos eram tirados da “cabeça” e da “vivência” do professor, um simbolismo das práticas empíricas da própria experiência do professor, o que também constitui saberes e conhecimento. Não é objetivo desta pesquisa avaliar se há uma hierarquia no saber, se a literatura é mais ou menos importante do que o chamado empirismo, e nem teríamos aporte teórico para isso, nossa intenção nesse momento específico é o de ressaltar o meio pelo qual se reproduzia o conhecimento e os conteúdos, e talvez se reproduza ainda hoje.

Um dos entrevistados doou parte de seu acervo literário que utilizava durante sua atuação como professora ao pesquisador. Optamos por registrar aqui essa materialidade com a intenção de utiliza-los em investigações futuras:

- 1) Uma **apostila da disciplina de Recreação**, cujos autores são os professores Odilon Barbosa e Nella Testa Taranto;
- 2) Uma **apostila de “Planejamento para cursos pré-primários e primários”** da professora Nella Testa Taranto e do professor Theodomiro Marcellos;
- 3) O **livro** de Inezil Penna Marinho intitulado “**Educação Física, Recreação – Jogos**” datado de 1957 e que ela considera como sendo a fonte de inspiração da apostila do professor Odilon Barbosa;

---

<sup>33</sup> Impresso do gênero Revista de História em Quadrinhos (RHQ) que circulou no Brasil na década de 1970. Idealizada pelo Departamento de Educação Física e Desportos (DED), órgão criado em 1970 e subordinado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), a coleção continha seis números, cada um com a temática de uma modalidade esportiva distinta, e era destinada a crianças de 7 a 14 anos no intuito de incentivar a prática de esportes. Produto da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, a cartilha foi produzida pela Editora Abril, vencedora da licitação, com tiragem de um milhão de exemplares por número da revista, sendo que três estes foram reeditados com a mesma tiragem, ou seja, a revista teve um total de nove milhões de unidades, ficando atrás apenas da produção do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em questão de números, e superando a produção de A Turma da Mônica em cinco vezes. O personagem principal era Dedinho, nome estendido de DED, sigla do departamento que o concebeu. Foram as seguintes edições: a) Nº 1 - Pernas, pra que te quero! – sobre Atletismo/Corridas; b) Nº 2 - O Pulo do gato – sobre Atletismo/Saltos; c) Nº 3 - Braço é braço – sobre Atletismo/Arremessos; d) Nº 4 - Cesta, minha gente! – sobre Basquetebol; e) Nº 5 - Bola pra cima – sobre Voleibol; f) Nº 6 - Bola no barbante – sobre Handebol. Ver PINTO, Joelcio Fernandes. *Representações de Esporte e Educação Física na Ditadura Militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1968 a 1974)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

- 4) Uma coleção completa de seis volumes, intitulada “*Educação Física Mundial – Técnicas Modernas*” da editora Honor, em sua 6ª edição, datada de 1972. Um detalhe desta coleção é que a primeira edição em português saiu em 1970. E em menos de dois anos ela foi reeditada seis vezes. Um sinal de que tal coleção teria tido alguma circulação no Brasil. Os dois primeiros volumes são de autoria de Kenneth Cooper; o terceiro volume, intitulado “*Ginástica para preguiçosos*”, é de Stephen Huffaker, instrutor de Educação Física da Força Aérea dos E.U.A. O quarto e o quinto volumes, intitulados “*Treinamento de Força*” e “*Treinamento ao ar livre*” são do presidente do Comitê Olímpico Belga e Secretário Geral do *Conseil International du Sport Militaire* (C.I.S.M), Raoul Mollet, e o sexto e último volume, cujo o título é “*Introdução à Didática de Educação Física*” teve como autor o professor de Educação Física brasileiro Alfredo Gomes de Faria Júnior;
- 5) A coleção de **seis revistas** de histórias em **quadrinhos DEDINHO**, elaborada e distribuída pelo Departamento de Educação e Desportos (DED);
- 6) Um **caderno de anotações** de aulas da professora Marialva (p. 93, grifos nossos).

Diversos entrevistados mencionam a Revista Dedinho, e um deles chega a falar que era uma forma de trazer algo “teórico” para as aulas, o que no nosso entendimento denota uma preocupação por parte dos professores em não restringir suas aulas apenas à prática desportiva propriamente dita, mas que esses momentos de utilizar a literatura são importantes. A fala abaixo talvez corrobore com uma das características dos LD, a de traduzir o conhecimento para uma linguagem acessível às diversas faixas etárias.

Sobre a Campanha do Governo Federal, a Campanha lá do DED, eu não só mostrava a revista em quadrinhos como distribuía nas horas de intempéries, de chuvas. Nós discutíamos com os alunos. **Era uma forma de você ter uma parte teórica** e mostrar que existia o envolvimento nacional naquilo que eles estavam aprendendo. Então pro menino do interior, pro menino mais pobre da escola pública aquilo ali era um incentivo. [...] O Machado de Assis você mandava o menino ler ele não entendia o que ele queria dizer. **Agora o DEDINHO ele entendia. Falava a linguagem dele.** [...] A gente fazia concursos pra ver quem conseguia desenhar o DEDINHO passando barreiras. [...] Agora pra isso o professor tem que ter um envolvimento e não receber a revista e simplesmente distribuir. Ele tinha que estudar aquela revista (p. 125, grifos nossos).

**APÊNDICE B - Inventário de livros didáticos de Educação Física**

<b>Ord</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Editora</b>	<b>Comentário</b>	<b>Referência</b>
1	Joaquim Jerônimo Serpa	Tratado de Educação phisico-moral dos Meninos	1828	Pernambuco	1ª obra sobre EF publicada no Brasil <i>noções de higiene e puericultura</i>	LONGO (2005)
2	Daniel Gottlieb Moritz Schreiber médico ortopedista alemão	Ginástica doméstica, médica e higiênica	1855*	Lisboa: Candido Magalhães, s/d.	ou representação e descrição de movimentos gymnasticos que não exigem aparelho algum nem auxílio estranho e podem ser executados em qualquer ocasião e lugar para uso dos dois sexos e para todas as idades acompanhada com aplicações a diferentes afecções.	PUCHTA; OLIVEIRA (2015) PUCHTA (2015)*
3	Paulo Lauret Professor na cidade do Porto	Manual theorico-pratico de GYMASTICA para uso dos lyceus, collegios, escolas municipaes e primarias	1881	-	Indicado e reproduzido pela Escola Normal de Sabará* Professor de esgrima no Colégio Diocesano de São José**	MORENO (2015)* PUCHTA (2015)**
4	Bibliotheca do Povo e das Escolas possível autor Paulo Lauret:	GYMNASTICA	1882	Lisboa, PT David Corazzi Empreza Horas Romanticas	63 p. Paradidático. Escolas brasileiras e portuguesas Acreditamos se tratar da 2ª ed. do manual listado acima no item 3	LIVRES
5	Pedro Manoel Borges Professor adjunto em exercício na 1ª escola pública da Freguezia de sant' Anna**	Manual theorico-pratico de gymnastica escolar elementar e superior	1888	Rio de Janeiro - RJ B. L. Garnier	270 p. Manual 1º grau. Destinado ás escolas publicas, collegios, lycêos, escolas normaes e municipaes 1. ed. 1886,*	LIVRES MARINHO (1971)* MORENO (2015)**
6	Minon; Caldas, M.; Carvalho, E. de	Manual de gymnastica escolar	1896	Rio de Janeiro - RJ Typ Guillard, Aillaud e Cia; Alves & C	252 p. Livro do Professor, Secundário	LIVRES
7	Arthur Higgins	O Compendio de Gimnastica e Jogos Escolares	1896	Rio de Janeiro-	Adquiridos 313 exemplares pelo DF* Professor da Escola Normal da Corte**	PUCHTA (2015)* MORENO (2015)**

8	Antonio Martiniano Ferreira Professor da Escola Normal de Ouro Preto	Compendio pratico de Gymnastica - Para uso das escolas normaes e primarias	1897	Imprensa Oficial do Estado de Minas	Professor da Companhia de Aprendizes Militares e também professor <i>de gymnastica</i> e evoluções militares da Escola Normal de Ouro Preto* Baseado na obra de Lauret**	MORENO (2015)* PUCHTA (2015)**
9	Arthur Higgins	Manual de gymnastica hygienica	1902	Capital Federal: Typ. do Jornal do Commercio -	Destinado à prática sem professor SOUZA (2011)	PUCHTA (2015)
10	Domingos Virgílio do Nascimento (paranaense)	Homem forte	1905	Curitiba: Impressora Paranaense	gymnastica domestica - natação - esgrima - tiro ao alvo Capitão de Artilharia do Exército*	PUCHTA; OLIVEIRA (2015) PUCHTA (2015)*
11	Ludvig Gideon Kumlien francês	Tratado pratico de gymnastica sueca	1908	Lisboa: Typographia Lusitana Editora	2. ed. Traduzido para o português	PUCHTA (2015)
12	Arthur Higgins	Compendio de Gymnastica Escolar methodo sueco-belga	1909	Typ. do Jornal do Commercio	222 p. 2. Ed. Escolas Normaes 1 ed. de 1900	LIVRES
13	Alexandre Borges; Pedro Bordallo Pinheiro; Alvaro de Lacerda	O Escotismo	1916	Lisboa, PT Livraria Profissional	63 p. Manual Secundário. Coleção Os Livros do Povo – 11º Seção – Vida no Campo	LIVRES
14	Léon Worvad	Gymnastica Brasileira de acordo com os preceitos medico-pedagogicos e seguida duma collecção de jogos e brinquedos gymnasticos	1919	São Paulo – SP	154 p. Escola Normal	LIVRES
15	Victorino Fabiano	Manual de Gymnastica para estabelecimentos de ensino secundario	1924	São Paulo – SP Monteiro Lobato	118 p. Manual Secundario.	LIVRES
16	Renato Kehl Médico brasileiro	A Fada Higia	1925	Livraria Francisco Alves	Em 1930 a 2.ed com 2.297 unidades. Utilizada em escolas da paraíba entre 1930 e 40 e em mais 12 estados	SOARES JÚNIOR (2015)
17	Augusto Ribeiro de Carvalho	Demonstração collectiva de gymnastica pedagógica segunda série de licções, para provas de conjuncto, destinadas a ambos os sexos	1927	São Paulo – SP Typ. Siqueira	44 p. Manual. Escola Normal	LIVRES

18	Arthur Higgins	Gymnastica Escolar Methodo Sueco-Belga-Brasileiro	1934	-Rio de Janeiro	238 p. Gymnastica systematies livre e symnastica recreativa ou jogos gymnasticos	PUCHTA (2015)
19	Exército Brasileiro	Regulamento nº 7 de Educação Física	1934	-	Tradução integral de “Regulamento Geral de Educação Física francês”	SOUZA JÚNIOR et al. (2015)
20	Heini Wenzel	Educação física científica	1937	Rio de Janeiro - RJ Oficinas Gráficas da Editôra A Noite	90 p. Manual. Secundario.	LIVRES
21	Ignacio de Freitas Rolim; José Benedicto de Aquino	Pedagogia da educação física	1939	São Paulo – SP Brusco & Cia	229 p. Manual. Escola Normal	LIVRES
22	Hollanda Loyola	EDUCAÇÃO FÍSICA: pedagogia - história - estudos dos métodos - método francês - modelo de lição - didática	1940	Rio de Janeiro - RJ Companhia Brasil Editora	136 p. Manual. Escola Normal	LIVRES
23	Maria Lenk; Luiz Aranha	Organização de educação física e desportos	1943	Rio de Janeiro - RJ Imprensa Nacional	308 p. Paradidático. Escola normal	LIVRES
24	Mário Marques Ramos	Educação Física – curso elementar	1944	Porto Alegre – RS Livraria do Globo	383 p. 2. ed. Consta apresentação da Secretaria de Educação do RS e pareceres de médicos pediatras. Escola Normal	LIVRES
25	Autor institucional	Programa Experimental do Ensino Pré-primário e Elementar do Estado da Bahia	1944	Salvador – BA Tipografia Naval	330 p. Aprovado pelo Decreto No. 12.867 de 20 de agosto de 1943	MANES****
26	Stella F. M. Guérios	Educação física feminina – exercícios úteis às suas atividades físicas	1953	São Paulo – SP Gráfica Mercúrio	209 p. 1. ed. Escola Normal	LIVRES
27	Ministério da Educação e Cultura, INEP e CALDEME	Jogos infantis na escola elementar	1955	Brasília - DF	5. v. da Série I, Coleção Guias de Ensino. Editado pelo Departamento de Educação do Distrito Federal, em 1934.	MANES e Repositório UFSC Acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisa Científica (LEPAC), da UFPB – Campus I
28	Inezil Penna Marinho	Educação Física, Recreação – Jogos	1957	-	-	PINTO (2012)

29	Mauro Soares Teixeira	Manual de educação física jogos e recreação	1961	São Paulo – SP Obelisco Limitada	203 p. Texto Guia Ensino Fundamental	LIVRES
30	Darcymires do Rego Barros; Daisy Regina Pinto Barros	Educação física na escola primária	1969	Rio de Janeiro - RJ José Olympio	127 p. Coleção Didática Dinâmica. Ensino Fundamental	LIVRES
31	Mário Carvalho Pini; Valdir Barbanti	Guia para aulas de Educação Física	1971	MEC	Patrocínio da Empresa Alpargatas S/A	SOUZA JÚNIOR et al. (2015)
32	Hudson Ventura Teixeira	Trabalho Dirigido de Educação Física (TDEF)	1976	-	-	ANTUNES; DANTAS (2010)
33	Teixeira e Pini	<i>Aulas de Educação Física: 1. Grau</i>	1978	-	-	FRANGIOTI (2004)
34	Hudson Ventura Teixeira	Educação Física e Desportos	1996	-	-	ANTUNES; DANTAS (2010)
35	Zuleika de Felice Murrie; Maria Inês Fini	Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Artística e Educação Física: ensino fundamental e médio: livro do professor	2002	Brasília – DF MEC -INEP	152 p. 1. ed. Multidisciplinar, livro do professor, ENCCEJA, Ensino Fundamental. Educação jovens e adultos	LIVRES
36	PROJETO FOLHAS	Livro Didático Público de Educação Física do Estado do Paraná	2006	Curitiba-PR	-	BOTELHO; NEIRA (2014)
37	Gladson de Oliveira Silva; Vinícius Heine	Capoeira: um instrumento psicomotor para a cidadania	2008	São Paulo – SP Phorte	191 p. Programa PNBE 2013. Livro de consulta	LIVRES
38	Roseli Aparecida Bregolato	Coleção Cultura Corporal	2008	Editora Ícone	4 volumes. 1º Dança, 2º Ginástica, 3º Esporte, 4º do jogo	PALOMARES; ALTMANN; CAO (2015)
39	Adalberto dos Santos Souza; Carla de Meira Leite; Reata Elsa Stark; Sérgio Roberto Silveira; Maria Inês Fini	EDUCAÇÃO FÍSICA: linguagens, códigos e suas tecnologias	2008	São Paulo – SP CTP, Impressão e Acabamento - IBEP Gráfica	1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª 7ª e 8ª séries, caderno do professor	LIVRES
40	Adalberto dos Santos Souza; Carla de Meira Leite; Reata Elsa Stark; Sérgio Roberto Silveira; Maria Inês Fini	EDUCAÇÃO FÍSICA: linguagens, códigos e suas tecnologias	2009	São Paulo – SP Secretaria da Educação	1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6, 7ª e 8ª séries, caderno do aluno	LIVRES

40	Celina Brandão Cardoso; Lenice Carolina Toledo Priolli; Vera Cintra; Geny Marcos Russo	Manual pedagógico para a escola moderna: educação artística, educação física e educação musical	19__?	São Paulo - SP Editora Pedagógica Brasileira Ltda	92 p.	LIVRES
41	Kátia Cristina Stocco Smole; Eliane Aparecida de Aguiar; Isabelle Veronese; Ana Maria de Souza; Caio Martins Costa; Vera Rita da Costa	Ciranda	2009	São Paulo – SP Edições Mathema	331 p. Multidisciplinar. Inclui EF. Livro do Professor. Educação Infantil	LIVRES
42	Castellani Filho, Lino; Castellani, Rafael Moreno	Os jogos de minha escola	2009	Campinas – SP Autores Associados	80 p. Paradidático. Ensino fundamental.	LIVRES
43	-	Lições do Rio Grande. Referenciais Curriculares - Caderno do professor e do aluno	2009	Porto Alegre - RS	-	SOUZA JÚNIOR et al. (2015)
44	-	Roteiros de Atividades Educação Física – Fundamental 6º ao 9º ano		Minas Gerais - MG	-	SOUZA JÚNIOR et al. (2015)
45	-	Guias de Orientações para a Intervenção Pedagógica do Estado do Espírito Santo	2011	Vitória - ES	-	SOUZA JÚNIOR et al. (2015)
46	-	Livro Didático Público de Educação Física da Prefeitura de João Pessoa-PB	2012	João Pessoa - PB	-	SOUZA JÚNIOR et al. (2015)
47	(SOUZA JÚNIOR; DARIDO) 2013	Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção	2013	-	-	BOLZAN (2014)
48	-	Cadernos Pedagógicos do Município do Rio de Janeiro	2014	Rio de Janeiro - RJ	-	SOUZA JÚNIOR et al. (2015)
49	Odilon Barbosa e Nella Testa Taranto	apostila da disciplina de Recreação	-	-	Relato de professor sugere que esta apostila teve como base o livro Educação Física, Recreação – Jogos de Inezil, 1957	PINTO (2012) BOLZAN (2014)

\*\*\*Temas: v.1- Luta: boxe; Corpo, saúde e beleza: princípios do treinamento físico; Contemporaneidade: diferenças de gênero e de sexo e expectativas de desempenho físico e esportivo como construções culturais; v.2- Atividades rítmica: hip-hop e street dance; Lazer e trabalho: ginástica laboral; Contemporaneidade: esportes radicais; v.3- Atividade rítmica: manifestações e representações da cultura rítmica nacional - o samba; Lazer e trabalho: o lazer como direito do cidadão e dever do Estado; Corpo na contemporaneidade: a virtualização do corpo e os jogos virtuais - videogames e jogo de botão; v.4- Organização de torneios esportivos e festivais de dança, ginástica e luta; Lazer e trabalho: o lazer na comunidade escolar e em seu entorno; Corpo, saúde e beleza: promoção da atividade física e dos exercícios físico na comunidade escolar.